

Ana Maria Santiago
Fernando Gralha
Lúcia Grinberg
Ricardo Mariella

Volume | 2
2ª edição

História na Educação 2





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História na Educação 2

Volume 2
2ª edição

Ana Maria Santiago

Fernando Gralha

Lúcia Grinberg

Ricardo Mariella



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2299-4565 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Sueli Barbosa Thomaz

UERJ - Eloiza Gomes

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Maria Santiago

Fernando Gralha

Lúcia Grinberg

Ricardo Mariella

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Gisèle Bessa

Luciana Messeder

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Débora Barreiros

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Letícia Calhau

REDATOR FINAL

Gisèle Bessa

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COPIDESQUE

José Meyohas

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Marcus Knupp

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Renata Borges

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Andréa Dias Fiães

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2006, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

S235h

Santiago, Ana Maria.

História na educação 2. v. 2 / Ana Maria Santiago; Fernando Gralha; Lúcia Grinberg; Ricardo Mariella. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007. 199p.; 21 x 29,7 cm.

ISBN: 85-7648-264-9

1. História do Brasil. 2. Estudo e ensino. I. Gralha, Fernando. II. Grinberg, Lúcia. III. Mariella, Ricardo. IV. Título. CDD: 372.9

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Nival Nunes de Almeida

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Cícero Mauro Fialho Rodrigues

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 11 – História do Brasil colonial	7
Aula 12 – História do Brasil colonial 2	27
Aula 13 – O Império brasileiro (1822-1889)	43
Aula 14 – O Império brasileiro 2	57
Aula 15 – O Brasil republicano: da proclamação aos anos 2000	71
Aula 16 – O Brasil republicano 2	95
Aula 17 – Idade Contemporânea: a ascensão da burguesia	109
Aula 18 – Mundo contemporâneo e a constituição da(s) identidade(s): a questão da orientação sexual	137
Aula 19 – Revisão – História do Brasil e Idade Contemporânea	159
Aula 20 – Exercícios	179
Referências	189

História do Brasil colonial

AULA 11

Meta da aula

Apresentar um quadro geral dos acontecimentos mais marcantes da História do Brasil colonial.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- identificar as principais transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil colonial;
- reconhecer os momentos fundadores da História do Brasil;
- identificar as relações entre os fenômenos culturais, políticos e econômicos do período colonial.

Pré-requisitos

Com esta aula, você estará iniciando mais uma etapa dos seus estudos de História. Concentre sua atenção na formação histórica do Brasil. É uma oportunidade muito rica de compreender momentos importantes da construção da nação brasileira e a sua inserção no contexto internacional na História Moderna.

INTRODUÇÃO

Com esta aula, você iniciará mais uma etapa dos seus estudos de História. Concentre sua atenção na formação histórica do Brasil. É uma oportunidade muito rica de compreender momentos importantes da construção da nação brasileira e a sua inserção no contexto internacional na História Moderna.

COMO TUDO COMEÇOU?

Você estudou na Aula 7 deste curso a Idade Moderna. Naquela ocasião aprendeu os fundamentos de algumas das mais importantes manifestações políticas, culturais, sociais e econômicas que caracterizaram esse período: Renascimento, Humanismo, Mercantilismo e Absolutismo. Agora vamos transpor tudo isso para Portugal nas vésperas do descobrimento do Brasil. Assim você poderá compreender melhor por que vias aquela pequena nação conseguiu lançar-se em uma aventura de dimensões sem precedentes na História, dominando mares, descobrindo novas terras, estabelecendo comércio com nações longínquas e, conseqüentemente, aprenderá muito sobre como o Brasil entrou no cenário internacional quando era colônia de Portugal.

O final da Idade Média foi marcado, dentre outros fenômenos, pela recuperação econômica baseada no comércio. Daí a ênfase no Mercantilismo. Porém, essa recuperação não se deu apenas pelo aquecimento das antigas rotas comerciais, tradicionalmente dominadas pelos italianos, que levavam os produtos do Oriente até a Europa. Os caminhos terrestres, que atravessavam desertos e territórios dominados por nações inimigas, tornavam-se cada vez mais perigosos. Era importante estabelecer novas vias de acesso às terras das especiarias para baratear os custos das negociações e escapar do monopólio italiano. Para as nações modernas, que se queriam poderosas e tentavam fortalecer o poder dos monarcas, encontrar novos recursos econômicos, que trouxessem mais dinheiro para os cofres reais, era muito importante.

Portugal era um pequeno país apertado entre a poderosa Espanha e o desconhecido e temido Atlântico. Era relativamente pobre em recursos naturais, com um artesanato incipiente e uma população que não ultrapassava um milhão e meio de habitantes. Embora tenha sido a primeira nação moderna da Europa, o considerável avanço político carecia de iniciativas que a mantivesse autônoma e a colocasse no concerto das novas tendências econômicas. Havia, à custa de sangrentas

e longas batalhas, conquistado a autonomia política em relação à Espanha, da qual fora apenas um condado. Mas precisava consolidar esta importante conquista, criando recursos e saídas para o seu precário equilíbrio econômico.

Enfrentar a poderosa ex-senhora e vizinha Espanha não parecia ser uma atitude prudente. Então restava aos portugueses a vastidão do mar. O mar tenebroso, lendário por suas criaturas estranhas e desconhecidas, famoso pelos seus perigos, reconhecido como o limite do mundo. E é nessa vastidão que se lança Portugal!

De uma hora para outra? Não! Foi um processo paulatino, marcado por duas tendências: por um lado, a prática pesqueira; por outro, a rota comercial Mediterrâneo-mar do Norte.

Com uma costa considerável, a atividade pesqueira em Portugal foi naturalmente cultivada. E quem pesca navega. Mesmo que timidamente, ficando, a princípio, nas proximidades da praia, os pescadores foram dominando cada vez mais as técnicas de navegação, a leitura das estrelas, o conhecimento do regime dos ventos e das marés. Esse conhecimento permitia que fossem cada vez mais longe em busca de melhores pescarias. E quanto mais longe se ia, mais se aprendia sobre os mistérios desse mar tenebroso que, durante séculos, representou uma barreira intransponível para a expansão portuguesa e, por que não dizer, européia.

Os produtos que chegavam à Itália do Oriente para serem depois distribuídos pela Europa eram transportados por mar e por terra. Atingiam as regiões mais setentrionais por longos caminhos que cortavam o continente. Mas esses percursos eram caros e perigosos. No final da Idade Média e princípio da Idade Moderna, a rota marítima apresentava vantagens sobre a terrestre. Era mais barata porque transportava maior quantidade de carga. Então os barcos mercantes saíam do Mediterrâneo e passavam em Portugal para chegar ao mar do Norte. Lisboa cresceu como um entreposto comercial. Seu porto era cada vez mais freqüentado por navegadores de várias procedências. Muitos navegadores e muitas informações sobre a arte de navegar. Isso, somado à experiência acumulada na atividade pesqueira, foi transformando Portugal em um importante centro de navegação.

Você certamente já ouviu falar no infante Dom Henrique (1394-1460); ele foi um grande incentivador da navegação em Portugal e da expansão marítima e comercial. Ao perceber que o mar era a melhor

alternativa para as limitações portuguesas. Foi hábil o bastante para conjugar a experiência da pesca com a movimentação de navegadores e explorar um futuro promissor. Financiou pesquisas na área da navegação, contratou marinheiros experientes, enfim, fez de Portugal um centro de referência na arte de navegar.

MARCOS DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Em 1415 as embarcações da pequena nação portuguesa atravessavam o estreito de Gibraltar e conquistavam Ceuta. Foi o marco da expansão marítima. O século XV foi dedicado ao périplo africano: navegar pela costa da África até encontrar o caminho marítimo que levasse ao oceano Índico, às terras das valiosas especiarias. Portugal pretendia um lance ousado: abrir uma nova via de comércio, que não dependesse dos italianos nem dos lentos caminhos terrestres. Queria descobrir um caminho marítimo que o colocasse diretamente em contato com os fornecedores das tão cobiçadas especiarias.



O reinaldo do infante Dom Henrique é um marco na história da expansão marítima e comercial de Portugal. Entender um pouco mais as suas iniciativas pode contribuir bastante para você ampliar seus conhecimentos sobre este magnífico evento. Visite o *site* <http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/InfHenri.html>

Em 1488, Bartolomeu Dias contornou o cabo das Tormentas que ou foi rebatizado pelo rei D. João, cognominado o Príncipe Perfeito, de cabo da Boa Esperança. Era o caminho para se chegar às Índias e começar a fazer vantajosas trocas comerciais, que transformariam o pequeno reino de Portugal em um gigante dos mares e do comércio mundial.

E O BRASIL?

Depois de descoberto o caminho que levaria os portugueses às Índias e travados os primeiros contatos, o rei de Portugal armou uma grande expedição comercial, composta de treze navios que deveriam voltar ao reino abarrotados de valiosas especiarias. No comando estava Pedro Álvares Cabral, fidalgo e navegador. Sob seu comando, mais de

mil e quinhentos homens, dentre funcionários, soldados e comerciantes. Em 9 de março de 1500 partiram de Lisboa. Muito se discute até hoje sobre os rumos tomados pela expedição e sobre os seus objetivos. O fato é que, embora apenas preparados para uma viagem de comércio, em 22 de abril daquele mesmo ano, Pedro Álvares Cabral e seus homens descobriram o Brasil.

Na esquadra de Cabral encontrava-se um escrivão. Ele fora nomeado para assumir cargo em Calicute, na Índia. É de sua autoria o primeiro documento que fala explicitamente das novas terras descobertas e das pessoas que nela habitavam. Trata-se da famosa Carta de Caminha, que para alguns representa a certidão de nascimento do Brasil. É uma carta extremamente interessante e muito saborosa. Nela o escrivão narra ao rei de Portugal a viagem do reino até a descoberta da Terra de Santa Cruz, os primeiros contatos com os nativos e as impressões sobre as suas potencialidades. Recebem grande destaque na Carta de Caminha, os índios que viviam no litoral naquele momento do primeiro encontro. Para ele, tratava-se de gente de boa constituição física e aparentemente de boa índole, indivíduos que traziam os corpos desnudos e pintados, e disso não tinham nenhuma vergonha; viviam em inocência e eram ao mesmo tempo desconfiados e curiosos.

ATIVIDADE



1. Você acabou de conhecer alguns acontecimentos históricos que levaram um pequeno país a construir uma saída para sua situação política e econômica. A construção dessa saída só foi possível na medida em que Portugal rompeu com alguns cânones do saber ocidental da época. Faça uma pequena pesquisa e reflita sobre a relação entre educação e inovação na época dos descobrimentos. Você pode também recorrer à Aula 7.

RESPOSTA COMENTADA

Se você destacou a necessidade de romper com as idéias antigas sobre o formato do mundo como uma inovação e ruptura, a sua atividade foi bem desenvolvida.

E QUEM ERAM OS ÍNDIOS?

Quando os portugueses chegaram nas terras que futuramente seriam o Brasil, não as encontraram desabitadas. Muito pelo contrário, o extenso território era povoado, e bem povoado, diga-se de passagem. Estima-se que viviam aqui cerca de três milhões e meio de índios, divididos em quatro principais troncos lingüísticos, que se desdobravam em incontáveis dialetos. O principal grupo, com o qual os descobridores fizeram contatos em abril de 1500, foi o tupi-guarani, tronco constituído por várias nações que habitavam o litoral, depois de terem expulsado para o interior as tribos que não eram tupis. De modo geral, podemos dizer que se organizavam em núcleos menores – as tribos – e desconheciam a propriedade privada. Tanto a terra como os produtos dela tirados e o resultado das caçadas e das pescarias pertenciam à coletividade. Conheciam a agricultura, embora esta fosse rudimentar. Plantavam principalmente mandioca, além de milho, feijão, amendoim e abóbora. Completavam a dieta alimentar com a caça e a pesca – no que eram muito hábeis – e com a coleta de frutos silvestres.

Na tribo destacavam-se duas figuras: a do sacerdote, que comandava os cultos e cuidava das doenças; e a do guerreiro, que conduzia os seus nas constantes batalhas que travavam com outras tribos pelo domínio territorial de caça e pesca, e para vingar ofensas. Embora seja possível apontar as duas figuras principais da tribo, como você acabou de ler, deve-se ressaltar que entre eles não havia aquilo que conhecemos como classe social. A educação dos meninos e das meninas ocorria num clima harmonioso, por meio do qual eram inseridos, progressivamente, na vida da comunidade. As crianças acompanhavam os adultos nas atividades cotidianas e pouco a pouco aprendiam.

Os contatos entre os índios e os portugueses nem sempre foram hostis, mas também nem sempre foram pacíficos. Eles variaram segundo

os interesses e os comportamentos de ambos. Ao longo da colonização, de forma geral, pode-se dizer que os portugueses assumiram uma postura arrogante diante dos índios. Sentiam-se superiores a eles e esforçaram-se para escravizá-los e submetê-los à lógica do trabalho forçado, fundamental para tirar das terras conquistadas as riquezas cobiçadas. Movidos pela ganância e pela necessidade, os descobridores perpetraram verdadeiros massacres, reduzindo a população nativa a um número insignificante comparado ao ano de 1500.

OCUPAR PARA NÃO PERDER

Depois de reconhecida apenas uma pequena parcela do que viria a ser o Brasil, a frota de Cabral segue o seu destino. E por quê? Simplesmente porque seu objetivo e destino não estavam aqui. A esquadra de Cabral estava bem aparelhada para o comércio, e fazer comércio transoceânico foi o principal objetivo da expansão marítima europeia. As Índias representavam um sonho de riqueza, abundância e exotismos, e para lá seguiam as nave portuguesas. Mas abandonar o território descoberto seria o mesmo que perdê-lo; outras nações pretendiam conquistar colônias e elas não deixariam de ocupar um imenso território com potencialidade para produzir riquezas.

Na verdade, você está conhecendo agora um dilema vivido pelos portugueses. Eles estavam preparados para comercializar, mas nem tanto para colonizar, ou seja, transformar aquele imenso território, por meio de exploração e trabalho sistemático, em produtor de riqueza.

O SÉCULO XVI: A FIXAÇÃO LITORÂNEA

Em 1627, frei Vicente do Salvador colocava um ponto final na primeira História do Brasil escrita por um homem que nasceu e viveu a maior parte da vida aqui no Brasil. É um livro muito rico, que nos deixou informações preciosas sobre o primeiro século da presença portuguesa. Dentre as muitas tiradas originais, há uma muitas vezes citada quando se escreve sobre o Brasil no século XVI: “os portugueses andam arranhando a costa como caranguejos”. O nosso autor fazia uma crítica à ocupação portuguesa que, segundo ele, descuidou do interior e fixou pontos de povoamento e colonização apenas no litoral.

E ele tinha razão. Por falta de homens e recursos, por medo e ignorância das coisas do sertão, pela necessidade de estar próximo da costa, de onde se partia para o reino e dele se recebiam notícias e mercadorias, a colonização ao longo do século XVI teimou em fixar-se no litoral. É claro que não queremos dizer com isso que o interior, denominado então sertão, em contraposição ao litoral, terras próximas ao mar, era totalmente desconhecido. Mas podemos afirmar que a experiência da colonização transcorreu na faixa de terra próxima ao mar.

Primeiro ela começou com a extração do pau-brasil, madeira que dará nome à nova terra. Uma árvore muito comum, que existia em abundância ao longo da costa, nas florestas de Mata Atlântica. Para essa exploração, não foi preciso montar um sistema de colonização. Usavam-se as feitorias, espécie de pequenas e rústicas fortalezas comerciais, onde se armazenava a madeira abatida, que ficava à espera de navios que a levassem para o reino. Os índios tratavam de abater as árvores e transportá-las para as feitorias e depois para os navios. Recebiam como forma de pagamento produtos manufaturados, principalmente instrumentos metálicos. A atividade de extração do pau-brasil gerou renda significativa para a Coroa, que não dispunha de muitos recursos financeiros nem humanos para povoar e defender de possíveis invasores as terras descobertas. Mas sua importância da extração do pau-brasil não se limitava a aspectos comerciais. Você deve levar em conta que os portugueses, ao descobrirem o Brasil, não sabiam praticamente nada a respeito da terra e de seus habitantes. Desconheciam a língua aqui falada e não sabiam como era o interior. Este período inicial serviu como um laboratório. Os homens que aqui ficavam aprendiam como lidar com os nativos, reconheciam a terra, aprendiam a língua e iam, pouco a pouco, facilitando os contatos futuros.

Sistema de colonização ou sistema colonial mercantilista (séculos XVI, XVII, XVIII) é um conjunto de procedimentos colocados em prática pelas potências marítimas, visando a tornar suas colônias fontes de enriquecimento. Podemos destacar dentre esses procedimentos aqueles mais comuns, que caracterizaram o sistema colonial mercantilista: a Colônia deveria ser um mercado consumidor; uma fornecedora de produtos comerciais; deveria fazer comércio apenas com a metrópole e respeitar os monopólios. Nesse sentido, a Colônia era entendida como uma produtora de riqueza para a metrópole.

Em 1532, Martim Afonso de Souza fundou São Vicente, a primeira vila no Brasil, próxima à atual cidade de Santos. Foi um discreto mas importante passo rumo a uma nova estratégia de ocupação. A vila foi fundada sob ordens reais, o que significa que a Coroa portuguesa assumia a intenção de colonizar o Brasil. Na frota do fundador vieram algumas famílias, animais, ferramentas, profissionais da construção e técnicos de engenho. Plantou-se cana e trigo e deu-se início à colonização programada. No entanto, diante da imensidão da costa brasileira, São Vicente significava apenas um ponto diminuto e isolado. Parecia necessário criar uma estratégia mais ousada, que imprimisse mais velocidade à ocupação territorial. Pensando nisso, no mesmo ano de 1532, a Coroa decide dividir a terra em porções e doá-las a homens ricos de Portugal. São as chamadas **CAPITANIAS HEREDITÁRIAS**.

Os donatários, aqueles que recebiam uma capitania hereditária, enfrentavam várias dificuldades. Tratava-se de uma empresa cara e perigosa. Imagine um grupo de homens, chegando com suas ferramentas e mantimentos, sem poder contar com nenhuma forma de socorro, tendo de construir as suas moradias, defender-se dos ataques dos índios, derrubar a mata e preparar o solo para cultivo, tudo isso numa região desconhecida. Esse era o desafio, e a maioria dos donatários não conseguiu superá-lo. Aliás, muitos sequer tentaram.

Um outro problema enfrentado pelos donatários foi a dificuldade e demora na comunicação com Lisboa. Estavam distantes de Portugal e não contavam com um ponto de apoio para a resolução de problemas de justiça e segurança. O donatário tornava-se uma espécie de juiz e governador das suas terras, acumulando muitos poderes. Esse fato, aliado ao malogro de algumas capitanias, fez com que a Coroa repensasse os seus planos.

Em 1549, chegou ao Brasil o primeiro governador-geral: Tomé de Souza. Ele vinha com a tarefa de construir uma cidade para sediar a nova administração. A Coroa fincava em terras brasileiras um representante direto. A partir daquele momento, as questões de justiça, de cobrança de impostos e de segurança estariam a cargo do governador-geral. Ele tinha autoridade para resolver as questões que anteriormente só encontravam solução em Portugal.

Tomé de Souza trazia consigo, além de obreiros para a construção da cidade do Salvador e colonos para a ocupação da terra, um ouvidor-

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Entre 1534 e 1536 o rei de Portugal, D. João III, doou as terras do atual litoral brasileiro. Cada donatário recebia uma vasta porção de terra e direitos para exercer amplos domínios sobre os colonos que nela fossem viver. Foi uma tentativa de ocupar a terra sem grandes despesas. Catorze foram os lotes distribuídos a doze donatários.

mor (justiça), um provedor-mor (fazenda) e um capitão-mor (segurança), além de alguns jesuítas que deram início ao trabalho sistemático de conversão dos índios e de vigilância moral dos portugueses.

Você já teve ter ouvido falar em Manuel da Nóbrega. Ele é um dos mais conhecidos jesuítas que estiveram aqui no primeiro século da colonização. Foi trabalhador aguerrido, tanto no sentido de converter os índios, quanto na tentativa de moralizar os portugueses e impedir os abusos praticados por muitos senhores na escravização dos índios.

A vida religiosa na Colônia era bastante movimentada. Povos de cultura e origem distintas conviviam no mesmo espaço, gerando um verdadeiro caldeirão de crenças e comportamentos, que se misturavam e conflitavam, dependendo da flexibilidade e da conveniência dos agentes históricos. Isso numa época em que a tolerância religiosa não estava na pauta do dia. Hoje sabemos respeitar as crenças de outras pessoas e de outros povos, mas para os europeus do século XVI e seguintes, isso não era viável. A fé provocava guerras e a submissão dos seguidores de outras religiões.

Os índios, como você leu anteriormente, foram importantes reservas de mão-de-obra para os portugueses que tentavam tornar o Brasil uma exploração viável e lucrativa. Em muitas ocasiões eles foram simplesmente caçados e escravizados, mas esse procedimento criava muitos atritos e afastava as tribos das proximidades dos centros de povoamento dos portugueses, gerando ataques destruidores e falta de mão-de-obra. Os jesuítas e outras ordens religiosas que estavam presentes no Brasil tentavam, com a catequese e a conversão, amenizar esses conflitos, criando uma frente de contato mais branda com os índios e, às vezes, até mais lúdica. Nóbrega entendeu que a maneira mais eficiente de aproximação seria por meio da educação. Por isso ele criou a escola de crianças. Concluiu que os adultos já estavam arraigados demais aos seus princípios religiosos para ceder ao discurso do cristianismo, mas com as crianças poderia ser diferente. Elas eram alfabetizadas com o catecismo. E você sabe, quando se entra numa religião, entra-se também numa cultura. Assim, quanto mais cristianizados, mais bem adaptados aos preceitos de vida dos europeus. Além disso, os jesuítas se preocupavam com os portugueses que se indianizavam. Muitos colonos, degredados, marinheiros e fugitivos abandonavam a vida entre os portugueses e assumiam os hábitos e o estilo de vida dos índios. Casavam com várias mulheres, viviam nas aldeias e faziam guerra contra os portugueses.



ATIVIDADE

2. Em muitas ocasiões ouvimos juízos depreciativos a respeito dos índios nas relações com os colonizadores. Você acha que eles realmente foram inocentes e se comportaram como “bobinhos” diante da esperteza dos portugueses? Justifique a sua resposta a partir do que você aprendeu até agora.

RESPOSTA COMENTADA

Os índios trocaram com os portugueses aquilo que eles consideravam interessante e raro. E os portugueses fizeram o mesmo!

A CANA-DE-AÇÚCAR

Produzir para gerar riquezas! Baseando-se nas experiências de produção do açúcar nas ilhas atlânticas e na confiança de que o produto teria uma boa aceitação no mercado, Portugal transforma o Brasil em pólo de produção. Não mais o simples extrativismo, embora ele tenha permanecido como um importante item de exportação, mas a montagem de um complexo sistema de produção em larga escala: a monocultura da cana. Ela só era viável na medida em que se dispunha de grandes extensões de terra e mão-de-obra escrava. E aqui estão dois elementos importantes para se compreender o Brasil, não só do ponto de vista econômico, mas do social também.

A monocultura necessita de grandes extensões de terras sob o controle de um único proprietário. Assim, embora o critério de distribuição de terras fosse aparentemente aberto, poucos podiam transformar a terra inculta em propriedade produtiva, o que tornou a posse de terras em critério de distinção social. Com a monocultura, a necessidade de escravos aumenta. E logo os proprietários de terra e de escravos tornaram-se os senhores, uma distinção social que perdurou ao longo de todo o período colonial, adentrando inclusive nas sucessivas fases da História do Brasil.

Você certamente já ouviu a expressão “senhor de engenho”. Ela se refere a um homem que é o proprietário de uma extensa faixa de terra e que produz açúcar por meio da exploração do trabalho escravo. Essa descrição serve também para definir o grande produtor de cana. Para ser

realmente um senhor, era preciso ter em suas terras um engenho: uma estação de transformação da cana em açúcar. O engenho era muito caro, o seu perfeito funcionamento exigia a presença de técnicos especializados e a sua manutenção também era bastante custosa. Assim, ser senhor de engenho era o ápice da hierarquia social na Colônia. Os senhores formavam um tipo de nobreza da terra.

No final do século XVI o açúcar era o principal produto de exportação do Brasil. Além de gerar riqueza, ele participou diretamente no desenho das características da sociedade colonial e de sua hierarquização. Na parte superior da pirâmide social estavam os burocratas, os grandes comerciantes e os senhores de engenho. Na base dessa pirâmide, os escravos africanos e indígenas. Entre os extremos, trabalhadores livres, pequenos comerciantes, pequenos plantadores, escravos libertos e aventureiros. Além de desenhar a hierarquia social, a atividade canavieira também incidiu diretamente na ocupação territorial. As zonas próximas ao litoral foram as preferidas para o estabelecimento das fazendas de cana. A fixação litorânea, processo caracterizador da colonização no século XVI, teve na cana, na extração do pau-brasil, na fundação de vilas e cidades e no comércio com o exterior os seus pontos de apoio.

ATIVIDADE



3. Enumere três estratégias de ocupação do território e comente aquela que você considera a mais importante e que deixou marcas mais profundas na História do Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

A feitoria, as capitanias hereditárias, o governo geral e a monocultura da cana-de-açúcar podem ser apontados como estratégias de ocupação. A mais importante é a cana, pois deixou marcas na estrutura social, bem como na nossa economia.

SÉCULO XVII: A EXPANSÃO

Nesta parte da aula você estudará a expansão territorial ocorrida ao longo do século XVII, e com ela a variedade de atividades econômicas e administrativas.

Em 1580, Portugal perdeu a coroa para o rei da Espanha. É o cume de um processo longo, que manteve as duas casas reais ligadas através de casamentos. Com a morte de Dom Sebastião em 1578, a Coroa portuguesa ficou vacante e passou a ser disputada por vários pretendentes, mas o rei Filipe de Espanha levou a melhor. Deu-se então a União Ibérica, que perdurou até 1640. Portugal saiu arrasado dessa união forçada. Os espanhóis estavam em conflito com outras nações européias e, por conta da união das duas Coroas, as inimizades foram ampliadas também para o lado português. As principais possessões orientais foram perdidas nesse período. A partir de 1640, o Brasil emerge como a mais importante Colônia de Portugal e a única esperança de sobreviver às milionárias dívidas contraídas para libertar-se da dominação espanhola. Algumas colônias também perduraram na África, mas elas acabaram sendo transformadas em fornecedoras de escravos para as lavouras e a mineração no Brasil.

Enquanto Portugal debatia-se para sobreviver e escapar do domínio espanhol, o processo colonizador não parou. Pelo contrário: ganhou consistência e conquistou novos espaços.

A cultura da cana ia muito bem. O século XVII marcou o pleno estabelecimento do cultivo da cana e do refino de açúcar. Vários novos engenhos foram erguidos e terras doadas e ocupadas. Outras culturas também foram implantadas. O tabaco ganhou força, e o Brasil passou a exportar, principalmente para a África, farinha de mandioca e aguardente.

E o interior continuava abandonado e desconhecido? Não, esta situação mudou significativamente ao longo do século XVII. Não seria correto afirmar que ao longo do século XVI o interior, chamado à época de sertão, repousou no total desconhecimento. Foram principalmente os paulistas, com as suas bandeiras, os primeiros desbravadores das parcelas incógnitas do imenso território brasileiro. Eles iam ao sertão em busca de índios para escravizar e de metais e pedras preciosas. Como não encontravam as pedras, voltavam com as peças (como se chamavam então

os escravos). Dessas bandeiras nasceu uma cultura, algumas informações preciosas sobre o sertão e a técnica de adentrar no território. No século XVII essa penetração se fez sentir mais nitidamente. A procura de índios para a lavoura intensificava-se à medida que as plantações se expandiam. Mesmo que a preferência recaísse sobre o escravo negro, os índios representavam uma estratégica reserva de mão-de-obra, mais barata inclusive. O grande entrave eram as proibições da Coroa, que apostava na escravização do africano por questões estratégicas e econômicas: tirava dos colonos o acesso direto à mão-de-obra necessária ao cultivo de suas terras, aumentando, assim, a dependência em relação à Coroa. Esta ganhava com os impostos cobrados sobre o comércio dos africanos. Mas a despeito das proibições e de uma nítida política de valorização da escravidão africana, os colonos não abriam mão integralmente do trabalho dos índios. Os metais e as pedras também exerciam um grande fascínio sobre os colonos. Era comum pensar-se que o Brasil continha em seu subsolo imensas riquezas minerais que ainda não haviam sido encontradas. Portanto, buscá-las era uma atividade alimentada previamente por uma crença bastante forte e arraigada. Assim, a necessidade de mão-de-obra indígena e a esperança de encontrar minérios valiosos fizeram com que os limites estabelecidos no **TRATADO DE TORDESILHAS** fossem empurrados para o interior. O Brasil foi crescendo em direção ao Oeste!

TRATADO DE TORDESILHAS

Foi celebrado entre Portugal e Espanha em 1494. Ele definia as áreas de domínio extra-europeu, ou seja, estipulava como o mundo novo seria dividido entre as duas potências marítimas e descobridoras. Por esse tratado Portugal tinha a posse somente de uma pequena parte do Brasil.

Mas nem só de índios e esperanças se fez a expansão territorial. O século XVII marcou a expansão da pecuária. As fazendas de gado, mais baratas e mais fáceis de administrar, foram ocupando as terras vazias do sertão. Para começar, bastavam algumas cabeças de gado, uma sede rústica, um pequeno curral, lavoura de subsistência e um vaqueiro e seus auxiliares. Aqui a mão-de-obra era preferencialmente livre. Os vaqueiros cuidavam do gado e viajavam pelo sertão em busca de bons pastos. O gado se multiplicava. Depois voltavam para a fazenda, onde se abatiam os animais e preparavam o charque, modo como a carne era conservada para ser exportada para os centros consumidores da Colônia. Além da carne, o couro era um produto de boa aceitação nos mercados interno e externo. As fazendas localizavam-se na proximidade dos rios, e era o percurso dos rios que sinalizava os caminhos dos vaqueiros e de seus rebanhos. O rio São Francisco cumpriu um papel fundamental: a sua porção nordestina foi o berço da colonização do interior. Ao findar o

século XVII, o interior da Bahia ligava-se ao interior do Rio Grande do Norte pelos caminhos do gado.

E mais ao norte do Brasil, o interior também era desbravado. A região amazônica foi sendo paulatinamente explorada pelos índios aldeados, aqueles que estavam sob a tutela das ordens religiosas. Era uma região muito pobre, que encontrou nas chamadas “drogas do sertão”, produtos da floresta que encontravam valor no comércio internacional, seus fatores de sobrevivência.

Explorar e ocupar o Norte do Brasil fazia parte de uma estratégia de manutenção da Amazônia, uma forma de controlar a ligação do Atlântico com o interior do continente, rico produtor de metais preciosos. Assim, mesmo diante de muitas dificuldades encontradas pelos colonos situados ao norte, insistiu-se na permanência de sua presença. Era uma maneira de controlar a desembocadura do rio Amazonas.

Assim como também se insistiu na permanência de uma colônia no extremo sul do continente, a Colônia do Sacramento. Ela foi fundada na margem esquerda do Prata, por onde eram escoadas as riquezas produzidas na América espanhola. Parece que os colonos brasileiros estavam bastante interessados em manter um ponto de comércio avançado com os espanhóis; afinal, a prata do Peru circulava entre nós e, na maioria das vezes, como fruto de um intenso comércio ilegal.

Podemos dizer que ao findar o século XVII, todo litoral do atual Brasil estava sob o domínio português. O sertão não era mais apenas o vazio desconhecido e ameaçador. Ele já acomodava importantes iniciativas econômicas e contribuía para o comércio internacional. A região do Amazonas, embora escassamente povoada, como a maior parte do território brasileiro, estava pontilhada por colonos que, com dificuldade, mantinham-se atuantes na faina de cultivar e extrair riquezas da floresta, marcando a posse de Portugal sobre os vastos domínios amazônicos.

Durante o século XVII o açúcar permaneceu como o principal produto de exportação. Os holandeses invadiram Pernambuco em 1630 e lá permaneceram até 1654, quando foram expulsos. Depois desta data, tem início a crise do açúcar. Os holandeses criaram plantações e engenhos nas Antilhas e passaram a produzir um açúcar de boa qualidade e com preços competitivos no mercado. Além dessas vantagens, eles dominavam a distribuição do produto na Europa, o que acarretou grandes dificuldades para os produtores brasileiros.



Para saber mais sobre este importante momento da história do Brasil colonial, momento marcado por conflitos internacionais e reviravoltas internas, visite o seguinte site: <http://www.culturabrasil.pro.br/holanda.htm>



ATIVIDADE

4. O século XVII foi profundamente marcado pela expansão territorial e pela diversificação da economia. Faça uma lista com os principais produtos que entraram na cena econômica no século XVII e que até hoje são importantes para o Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

O gado, a mineração e as drogas do sertão são produtos que ainda hoje compõem o nosso cenário de produção de riquezas.

O SÉCULO XVIII: OURO E REFORMAS

Em 1695, foi finalmente encontrado ouro no Brasil em quantidade significativa; primeiro em Minas Gerais, depois em regiões mais afastadas como Goiás. Primeiro o ouro, depois as pedras preciosas. E, veja bem, essas tão sonhadas e procuradas riquezas não foram encontradas no litoral, e sim no sertão, fato que mudou o eixo de poder e de riqueza da colônia. Se durante os dois primeiros séculos da colonização a sede do governo geral esteve em Salvador, no Nordeste, bem próximo aos principais centros de produção de riqueza no século XVIII ela se transfere para o Rio de Janeiro, por onde saíam o ouro e as pedras preciosas arrancadas ao subsolo. O Sudeste tornou-se, então, a região mais povoada e vigiada da Colônia.

Assim que a notícia das novas descobertas se espalhou pela Colônia e metrópole, assistiu-se a uma corrida de aventureiros. Gentes de todas as partes afluíam em direção à região das minas, com a esperança de tomar parte na descoberta de riquezas. Essa afluência foi tão radical,

que a região padecia sérios problemas de abastecimento. Muitos homens chegavam de repente numa região vazia, sem população estabelecida e, portanto, sem nenhum sistema atuante de produção de alimentos. Assim a carestia se fez sentir rapidamente. Com ela os saques e a violência.

A Coroa não tardou a estender os seus longos tentáculos sobre a nova região. Ela precisava vigiar, administrar e cobrar impostos sobre as preciosidades recém-descobertas. Todos os veios auríferos pertenciam à Coroa, mas ela não tinha como explorá-los diretamente. A solução encontrada foi doar aos descobridores uma parcela do terreno aurífero e leiloar em lotes, chamados datas, os que a ela pertenciam por direito. Muitos homens disputavam as datas, mas para concorrer a uma era necessário apresentar condições de explorá-la, e estas condições estavam diretamente ligadas ao fato de possuírem escravos e dinheiro. Todo ouro deveria ser quintado, ou seja, um quinto dele ficava como pagamento de impostos à Coroa.

Na medida em que o ouro era arrancado ao solo, intensificava-se o processo de povoamento da região. Agora, uma parcela do sertão ganhava relevo social. As vilas nasceram e cresceram e, pela primeira vez no Brasil colonial, apresentavam alto índice de desenvolvimento sociocultural. Você certamente já ouviu falar e já viu fotos de cidades como Mariana, Sabará, São João Del Rei e Ouro Preto. São cidades históricas mineiras, que guardam um verdadeiro e rico patrimônio cultural erguido à época da mineração. Dessa densa sociabilidade emergiram os mais famosos e poderosos movimentos artísticos e de contestação colonial, o Barroco mineiro e a Inconfidência mineira.

A descoberta das minas foi fundamental para Portugal. Ao iniciar o século XVIII, a situação financeira da metrópole era extremamente delicada. As dívidas eram enormes e, como você já aprendeu, muitas possessões foram perdidas como consequência da União Ibérica. Nesse contexto, o Brasil situa-se como a mais importante Colônia de Portugal. Mas o século XVIII não foi apenas marcado por crises econômicas e de colonização. Ele foi também tremendamente marcado por alterações no cenário político e administrativo. E um nome ganha destaque ímpar nesse contexto: o marquês de Pombal. Nomeado ministro de D. José I, Pombal figura entre as mais destacadas personagens da Europa no século XVIII, um déspota esclarecido. O que vem a ser isto? Bom, déspota você sabe o que é. Trata-se de uma pessoa que exerce autoridade arbitrária e até

absoluta. E esclarecido é aquele que tem luz, conhecimento, informação e consciência de suas atitudes autoritárias. São figuras políticas típicas do Iluminismo, quando se acreditava que apenas o conhecimento e a educação poderiam levar um povo ao estado de civilização avançada. Pombal representou em Portugal e nas suas Colônias essa figura. Ele criou uma importante reforma. O seu objetivo era baratear a administração e centralizar o poder nas mãos do monarca. Tentou tornar o aparelho de poder da Coroa o mais eficiente possível. E o reflexo de suas atitudes fizeram-se sentir aqui no Brasil.

Implementou companhias de comércio para otimizar a economia colonial; proibiu a discriminação racial e religiosa, abrindo as portas para o retorno do capital dos judeus; proibiu o uso da língua geral; e permitiu aos descendentes de índios a ocupação de cargos administrativos. Uma de suas mais drásticas decisões foi a de expulsar os jesuítas do Brasil, a mais importante e poderosa ordem religiosa aqui estabelecida. Foi uma tentativa de intimidar o crescente poder exercido pelos jesuítas em vários setores da vida colonial. O resultado foi um duro golpe na educação, pois eles controlavam todas as fases do ensino no Brasil. Pombal tentou substituí-los com a criação das chamadas **AULAS RÉGIAS**, proferidas por professores não centrados em instituições de ensino. O resultado foi uma maior elitização do saber e uma desestruturação da educação em geral.

AULAS RÉGIAS

Assim chamavam-se as aulas instituídas por Pombal depois da expulsão dos jesuítas. Um professor era nomeado e tornava-se o “dono” de uma aula (leia-se uma matéria: Latim, Retórica, Grego). Cada aula era independente e não se articulava às demais. Não havia um sistema educacional.

Ao findar o século XVIII, o Brasil já apresentava a sua forma continental. Embora com uma densidade populacional ainda rala, os vários pontos de seu vasto território estavam interligados. A mineração interiorizou a Colônia. A administração ganhou uma arquitetura mais funcional. Já se falava em brasileiro, não só aqueles que trabalhavam com o pau-brasil, mas como a população que habitava estas terras. O sentimento nativista começa a despontar e a ganhar relevo nas discussões políticas.

Em 1808, a família real transfere-se para o Brasil, que passa a ser a sede da monarquia. Estava dado um passo importante para o processo da Independência do Brasil, que poria fim ao período colonial.

ATIVIDADE FINAL

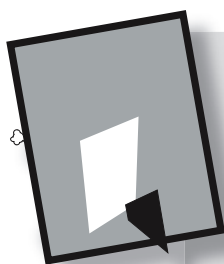
O século XVIII apresenta-se como um período de *consolidação* e de *reforma*. Baseando-se no que você aprendeu, trace uma relação entre o século XVIII e a atualidade brasileira, dando destaque às idéias de *consolidação* e *reforma*.

RESPOSTA COMENTADA

Diversos são os caminhos que você pode trilhar para resolver essa atividade. Se você levou em consideração que mudanças administrativas e educacionais foram implementadas como uma estratégia que serviu ao mesmo tempo para consolidar a colonização e reformar os pontos fracos da dominação, você seguiu um bom caminho.

RESUMO

O Brasil entrou no cenário internacional a partir da expansão comercial que inaugurou a Idade Moderna. Portugal objetivava negociar especiarias entre o Oriente e a Europa. Neste processo de expansão o Brasil foi descoberto e passou paulatinamente a compor o cenário do Mercantilismo, até transformar-se, já no século XVII, na mais importante Colônia de Portugal. Ao elevar-se a esta destacada categoria, começou a construir, por diversos caminhos, uma identidade que cada vez mais o distinguia da metrópole. Na passagem do século XVIII para o XIX, o Brasil apresentava os sintomas de querer ser Brasil.



MOMENTO PIPOCA

Vou indicar um filme que considero bastante interessante e ilustrativo do viver na Colônia no século XVI. Chama-se *Desmundo*. Baseado no romance histórico homônimo da escritora Ana Miranda, o filme conta a história de uma moça órfã, que foi enviada ao Brasil para se casar com um homem que a escolhesse, tirando-a, assim, da situação de penúria e abandono que vivia em Portugal. Mas ela não gosta nem um pouco daquele que a escolheu e sua vida torna-se um tormento. O filme foi dirigido por Alain Fresnot, lançado em 2003 pela Columbia Pictures do Brasil.

LEITURA RECOMENDADA

Quer ampliar os seus conhecimentos sobre os índios e os primeiros contatos com os europeus? Quer fazer isso lendo um livro muito bem escrito, sobre uma belíssima história que mistura aventura, navegação, descobrimento e compromisso ético? Então leia o muito bem pesquisado e escrito livro de Leyla Perrone-Moisés, *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Trata-se de uma ótima obra, que retrata a história de um navegador francês que vem ao Brasil, na região Sul, no começo do século XVI, e leva consigo o filho do chefe de uma tribo, mediante a promessa de que o traria de volta em vinte luas. Uma leitura instigante e informativa.

SITE RECOMENDADO

A prefeitura do Rio de Janeiro, junto com a MultiRio, empresa ligada à Secretaria de Educação, desenvolveu um *site* muito bem-feito, com amplo material e de fácil consulta sobre o Brasil colonial. É uma ótima fonte de pesquisa, com textos simples e corretos e boas ilustrações: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/index.html>

História do Brasil colonial 2

AULA 12

Meta da aula

Apresentar algumas abordagens possíveis dos conhecimentos que envolvem a História do Brasil Colônia sob a ótica dos PCN.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- refletir sobre termos usualmente utilizados para o processo de conquista e colonização;
- identificar alguns atores do processo de colonização, refletindo sobre os papéis históricos a eles imputados;
- reconhecer o caráter destrutivo da ocupação da terra para os diferentes ecossistemas, destacando-se o caso da Mata Atlântica.

Pré-requisito

Para um melhor acompanhamento desta aula, você deve retornar à Aula 11, que trata dos conhecimentos históricos básicos para o período colonial brasileiro, a fim de conectá-los com o ensino de História.

INTRODUÇÃO

Nomear é uma ação impregnada de significados. Não existe neutralidade nessa tarefa, pois ela embute sentimentos, valores, sentidos, posicionamentos sociais, políticos e econômicos. Será que os islâmicos ortodoxos se vêem, sentem-se e se posicionam como fundamentalistas? Claro que não! Esse é um olhar que a cultura ocidental dominante lança sobre eles.

Nesse sentido, um importante debate deve estar presente no ensino de História para as Séries Iniciais: a desmistificação do descobrimento. O registro da chegada dos portugueses na América do Sul como um feito de descoberta, traduz uma perspectiva eurocêntrica; isto é, interpreta a História a partir das vivências e significados dos europeus.

A idéia de descobrimento, portanto, além de exaltar o feito português, procura apagar uma constatação óbvia: as terras da América só não eram conhecidas pelos europeus, pois inúmeros povos, muitos séculos antes das Grandes Navegações, já as tinham descoberto e desbravado.

Essa desvalorização da presença secular dos povos indígenas nas Américas desdobra-se na crença nos direitos de propriedade, domínio e colonização dos europeus sobre o Novo Mundo. Nota-se que esse processo foi, como já vimos, impregnado pelas justificativas de caráter religioso e civilizatório; isto é, ao europeu cabia dominar para converter os nativos ao cristianismo (católico ou protestante) e para ensinar os valores, padrões, costumes e práticas civilizadas.

Em busca de uma nova perspectiva histórica de abordagem, passou-se a utilizar a expressão “encontro de culturas” com a finalidade de designar esse momento no qual os navegantes europeus se confrontaram com as sociedades indígenas. Essa abordagem, entretanto, não ficou livre, igualmente, de críticas, as quais demarcaram o quanto a expressão encobre a violência da tomada de posse e de colonização dos europeus sobre as terras americanas.

Fica claro que as terminologias usualmente utilizadas não dão conta da complexidade do processo histórico. Se por um lado, a chegada dos europeus ao continente desconhecido traduz, efetivamente, um feito épico; por outro, sob a ótica das sociedades indígenas das Américas, é inegável que esse processo foi de invasão, conquista e dominação.

No contexto das Séries Iniciais é preciso imenso cuidado para que a grandiosidade do feito europeu não ofusque a percepção de que, concomitantemente, se processou uma invasão. Dessa maneira, devemos ter atenção com a visão civilizatória da colonização incutida na nossa própria cultura que inferioriza as ricas culturas dos povos indígenas.

A colonização não pode ser entendida como um direito europeu, não pode ser naturalizada. Deve se dar espaço para a percepção da violência do processo de ocupação européia que, além da terra, roubou, muitas vezes, a identidade e aniquilou milhares de vidas.

ATIVIDADE



1. Leia atentamente o texto de Manoela Carneiro da Cunha:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, o encontro de sociedades do antigo [Europa] e do Novo Mundo [América].(CUNHA apud VAINFAS, 1995, p. 7).

Identifique no texto a expressão que demarca a visão crítica da autora quanto ao uso da expressão “encontro de culturas” para designar o processo de conquista e colonização da América pelos europeus.

RESPOSTA COMENTADA

A expressão “eufemismo envergonhado” é identificada como uma forma de suavizar a violência do processo. As marcas discursivas dos textos devem ser trabalhadas em sala de aula. Embora a autora não esteja diretamente discutindo o conceito de encontro de culturas, ela se posiciona em relação a ele. Observe que, se retirássemos o trecho em evidência do parágrafo, não haveria prejuízo da idéia central discutida por Manuela Carneiro da Cunha, mas não teríamos condições de discutir seu posicionamento quanto ao uso do conceito de encontro de culturas. Lembre-se sempre: pequenas marcas no texto podem dizer muito!

“BANDIDOS” E “MOCINHOS” DA COLONIZAÇÃO: UMA VISÃO A SE SUPERAR NO ENSINO

Os indígenas

A consolidação da colonização necessitou, obviamente, de colonos! Nesse momento, identificou-se um primeiro movimento de imigração de portugueses para o Brasil. A oportunidade de enriquecimento, a

nomeação para um cargo pelo rei, o degredo, a fuga de perseguições religiosas, dentre outras, foram motivações que trouxeram imigrantes para as terras americanas.

Nem todos vieram com família. Havia, portanto, uma imensa desproporcionalidade entre homens e mulheres de origem européia. As dificuldades de adaptação ao clima e as doenças locais não eram pequenas e, além disso, a constância dos confrontos com os indígenas também provocavam um aumento na mortalidade.

Os indígenas não diferenciavam portugueses ou franceses. Aliavam-se aos “invasores” que lhes apresentassem mais vantagens, mesmo que momentâneas. Os tupinambás, por exemplo, foram aliados dos franceses contra os portugueses que, por seu turno, eram apoiados pelos temiminós na disputa pelo controle da baía de Guanabara.

A **ILHA DO GATO** foi chamada posteriormente de ilha do Governador.

Martim Afonso de Sousa instalou, em 1531, uma casa forte na desembocadura do rio Carioca. Abandonada, a área foi tomada pelos franceses em 1555. Mem de Sá, em 1560, expulsou os franceses e deixou a região. Franceses e tupinambás se reorganizaram, construindo fortalezas (Uruçu-Mirim, na região da Carioca e Parapuan, na **ILHA DO GATO**). A Coroa portuguesa decidiu, então, fixar-se na região, fundando a cidade do Rio de Janeiro (1º de março de 1565).

Após mais de uma década, os franceses foram definitivamente expulsos (1567), mas os tupinambás formaram aldeias na região de Niterói e continuaram a atacar os portugueses e seus aliados. Em 1575, desferiram um ataque que detonou uma forte reação portuguesa. Uma tropa com cerca de 400 homens brancos e 700 índios “amigos” promoveu a destruição dos redutos tupinambás de Niterói até Cabo Frio. Mais de mil índios foram mortos!

Refletir sobre a construção histórica dos papéis de “bandido” e “mocinho” dever ser uma preocupação do ensino de História. Os indígenas tiveram, de acordo com o papel desenvolvido, tratamento diferenciado. Os tupinambás foram tratados como traidores pelos portugueses porque se aliaram aos franceses. Por outro lado, hoje, em frente ao ancoradouro das barcas em Niterói, a estátua de Arariboia, homenageia o chefe dos temiminós que lutaram ao lado dos colonizadores portugueses contra os franceses e tupinambás. Claro que, se os franceses tivessem vencido a disputa, os “bandidos” e “mocinhos” seriam outros.

Os bandeirantes

A vila de São Paulo de Piratininga foi fundada em 1554 e se caracterizou como um núcleo pobre e sem recursos. Nesse sentido, a prática de expedições para o sertão tornou-se comum. Era no interior que os paulistas iam buscar mão-de-obra (escravos indígenas) e procuravam encontrar metais e pedras preciosas.

Nesse cenário de restrições, surgiu a figura dos bandeirantes, líderes expedicionários. Na literatura didática tradicional, os bandeirantes aparecem como heróis do desbravamento do sertão. São representados como homens determinados e corajosos que atuaram para o crescimento do controle territorial português na América.

Na verdade, as dificuldades econômicas que experimentavam foram, de fato, as maiores motivações para que esses homens se embrenhassem nas matas, subissem e descessem rios, enfrentassem animais, indígenas e doenças. Era, portanto, a necessidade de sobrevivência e não alguma espécie de outro sentimento nobre que os movia.

Sem dúvida, coube aos vicentinos (paulistas) a proeza de descortinar os caminhos para o sertão, reconhecendo e dominando territórios. Suas expedições foram deixando, em seus rastros, lugarejos e vilas que serviam de base para reabastecimentos das tropas. Essas incursões ao interior, portanto, colaboraram para a ampliação dos territórios lusos na América ao estender a presença colonial para além do litoral e do planalto de São Vicente.

No entanto, nada disso justifica que pensemos nos bandeirantes como heróis da formação de uma colônia unificada! Não era essa a motivação dos bandeirantes, eles não estavam ligados aos interesses da Coroa portuguesa. E isso fica bastante visível durante o episódio da descoberta do ouro na região das Minas Gerais. Após descobrirem o ouro, os bandeirantes não aceitaram pacificamente o controle administrativo da metrópole e a onda migratória que se seguiu à divulgação da notícia. O descontentamento foi tanto que gerou a Guerra dos Emboabas, na qual paulistas e portugueses se confrontaram pelo controle da exploração do ouro e do comércio local.

Em 1693, foram descobertas os primeiros focos de ouro. A notícia da existência de metal precioso na região de Minas Gerais gerou uma corrida avassaladora de homens em busca de enriquecimento. Esses migrantes (vindos do litoral) e imigrantes (vindos da metrópole) chegaram às centenas numa região sem qualquer infra-estrutura. Os primeiros anos da mineração foram marcados por carestia e desordem. Vilas surgiam e desapareciam, seguindo o ritmo de produção dos veios de ouro encontrados. A produção de alimentos na região era precária, estimulando o surgimento de propriedades voltadas para o abastecimento e o estabelecimento de um comércio de longa distância. Com o passar do tempo, feijão, milho e marmelada vinham de São Paulo; o gado de corte vinha da Bahia; as bestas e mulas eram enviadas do Sul e os produtos portugueses e escravos africanos chegavam do Rio de Janeiro.

A desmistificação da imagem do bandeirante precisa ser trabalhada nas Séries Iniciais. O papel de “bandido” e “mocinho” sempre se constrói a partir de um lugar social, de uma posição histórica; logo, é preciso fazer que o estudante reflita sobre as visões maniqueístas que no passado e no presente se constroem. Os bandeirantes devem, portanto, ser analisados de forma não romântica. Atuaram na História a serviço dos interesses de sua sobrevivência, não para a grandeza da colonização portuguesa. Por outro lado, desbravaram o sertão a custo da escravidão indígena – legalmente proibida desde 1639 –, exterminando milhares de nativos com a realização das expedições e com o trabalho escravo.

Os jesuítas

O processo de ocupação do território brasileiro foi acompanhado desde cedo pelos jesuítas – em 1549 os primeiros membros da ordem chegaram ao Brasil –, que tinham como missão básica converter os “gentios”. Com esse objetivo, os jesuítas montaram aldeamentos e missões. Esses redutos permitiam a cristianização dos indígenas e sua utilização como mão-de-obra.

Na prática, todas as ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, tornaram-se grandes proprietárias de terras, produtoras de artigos para a exportação e senhoras de escravos africanos. Defenderam, em oposição, a não escravização do indígena, o que gerou imensos conflitos com colonizadores e colonos.

A Companhia de Jesus e outras ordens construíram aldeias e missões onde as comunidades indígenas pacificadas eram ensinadas, convertidas e organizadas de acordo com os valores europeus. O trabalho nessas comunidades era coletivo, sendo teoricamente realizado para prover a subsistência. Na realidade, uma imensa disponibilidade de mão-de-obra livre, mas gratuita, ficava sob o domínio das Ordens, que a utilizava para produção, inclusive, de artigos de exportação. Nesse sentido, a escravidão indígena não era interessante.

Na vila de São Paulo de Piratininga, colonos e inácianos divergiram intensamente sobre o apresamento e a escravização dos indígenas. Em 1640, os jesuítas chegaram a ser expulsos, retornando em 1643 sob a proteção de um alvará do rei D. João IV. As desavenças entre as partes, contudo, perduraram por mais uma década.

No Rio de Janeiro, houve conflito entre os colonizadores e os inácianos pelo controle do território. A Companhia de Jesus reivindicou de 42% da sesmária da Câmara a partir de 1643. Só em 1754 os limites das sesmarias foram demarcados, mas a Câmara perdeu boa parte das terras públicas.

Outro conflito no qual se envolveram os jesuítas foi o da preservação dos manguezais da cidade. Movido tanto pelos interesses de não verem suas terras invadidas e pelo conhecimento da importância do ecossistema para a reprodução de peixes e crustáceos, os inácianos se colocaram contra diversos seguimentos de colonos (lenhadores, donos de curtumes, produtores de cal, carvoeiros e catadores de caranguejos) e proibiram o uso dos manguezais contíguos às suas propriedades.

A Companhia de Jesus era, no Rio de Janeiro, proprietária de engenhos, lavouras, olarias, madeiras, imóveis urbanos e rurais, o que gerava um grande descontentamento na população local. A eliminação do poder político e econômico da Companhia de Jesus ocorreu com sua expulsão do reino de Portugal e suas colônias em 1759, quando suas propriedades foram confiscadas pela Coroa.

Os abusos e o enriquecimento dessas ordens podem ser o ponto de partida para a discussão do papel das instituições religiosas na sociedade; assim como, podem oportunizar a percepção do poder de controle que a religiosidade pode desenvolver em nome da evangelização e da pregação de uma visão de mundo única e indiscutível. Essas temáticas são caras para a Educação em um momento crescente de movimento religioso ortodoxos e de fundamentalismos.



ATIVIDADE

2. Em 1760, o ex-jesuíta Bento Pinheiro d’Orta da Silva Capeda, em depoimento ao Bispado do Rio de Janeiro por ocorrência da aplicação da Reforma da Companhia de Jesus, afirmava:

A Companhia, Ex.^{mo} Sr., estava já hoje neste Brasil como um esqueleto do Instituto, e hediondo cadáver da verdadeira observância (...) acabou o espírito com que Santo Inácio fundou esta Religião: porque com horrorosa metamorfose aquele zelo da salvação de almas, aquela profunda humildade (...) se trocou em espírito de torpe ambição, e monstruosa soberba. (...) Se mudou em soltura escandalosa de língua, e lastimosa devassidão de costumes (apud CAVALCANTI, 2004, p. 71).

a. Identifique as práticas dos jesuítas que justificaram a caracterização negativa apresentada no depoimento.

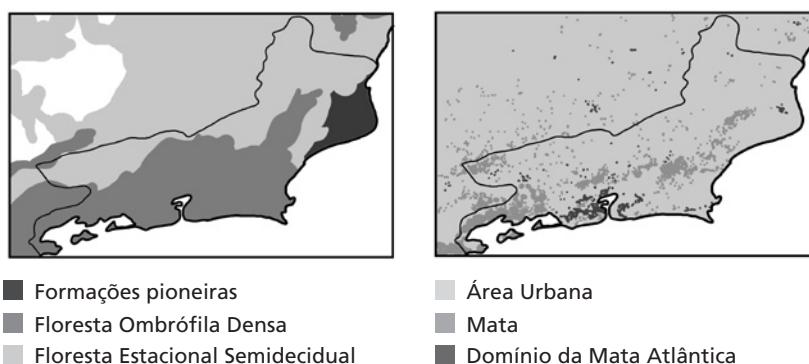
b. Comente a linguagem que o depoente utilizou para dar ênfase ao seu repúdio pela deturpação da Companhia de Jesus.

RESPOSTA COMENTADA

A interferência nos assuntos políticos, o poder econômico acentuado e utilização da mão-de-obra indígena foram alguns dos aspectos que desgastaram a imagem da Companhia na metrópole e na colônia. Numa perspectiva interdisciplinar é importante analisar a linguagem utilizada pelo depoente como um recurso de força argumentativa. Observe que o os adjetivos, pesados e extremamente negativos, estão antecedendo os substantivos, dando eloquência ao discurso.

A DEVASTAÇÃO DO “PARAÍSO”

Uma outra questão que pode ser trabalhada nesse processo de ocupação do litoral é a da devastação da Mata Atlântica. Essa temática merece bastante atenção, porque os PCN apresentam o Meio Ambiente como um de seus eixos temáticos transversais. No ano de 1500, esse ecossistema cobria cerca de 97% do território do atual Estado do Rio de Janeiro. Observe os mapas comparativos que seguem:



A Mata Atlântica é o ecossistema de floresta da encosta da Serra do Mar brasileira considerado o mais rico do mundo em biodiversidade. Era a segunda maior floresta tropical úmida do Brasil, só comparável à floresta Amazônica. Originalmente, estendia-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul e ocupava 1,3 milhão de km². Hoje restam, apenas, cerca de 5% de sua extensão original.

A Mata Atlântica é composta por formações bem distintas: a floresta do litoral – composta por Floresta de Planície e de Encosta (Serra do Mar) –, a floresta de planalto que acompanham as serras costeiras (Floresta Semidecídua) e os ecossistemas associados – a floresta mista com araucária, os campos de altitudes, os manguezais, as restingas.

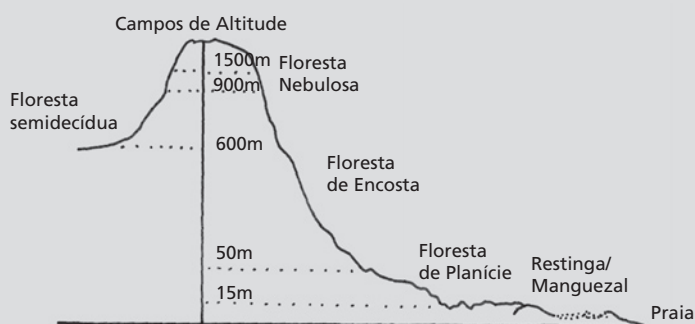


Figura 12.1: Perfil topográfico das diversas formações da Mata Atlântica.

No período colonial, a Mata Atlântica foi devastada pelo extrativismo descontrolado, pela prática das queimadas, pelo desmatamento para a formação de fazendas, pelo crescimento das cidades, dentre outros fatores. Mas é importante que você tenha em mente que a devastação continuou mesmo após a independência, o fim do escravismo e a proclamação da República.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o crescimento da lavoura do café no século XIX provocou estragos imensos no vale do rio Paraíba do Sul. Dados publicados pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica demonstraram que em 1990 restavam cerca de 928.858 hectares de florestas no Estado do Rio de Janeiro, o que correspondia a 21,1% da superfície da unidade federativa. Entre 1990-1995 e 1995-2000, foram perdidos, respectivamente, 140.372 hectares e 3.773 hectares. Embora seja possível observar um declínio significativo da devastação no último quinquênio retratado, o estado de conservação das florestas ainda é crítico.

Ao longo de 500 anos de exploração, a Mata Atlântica foi sendo reduzida a pequenas manchas verdes, a redutos ao longo da costa. Além da evidente perda da biodiversidade, várias espécies endógenas – que só ocorrem nesse ecossistema – desapareceram ou correm risco de desaparecer. A redução das áreas florestais e a ausência de contato entre um bolsão verde e outro compromete a diversidade genética das espécies existentes. O desaparecimento de uma espécie pode comprometer outras que dela dependem ou dela se alimentam. A perda da cobertura vegetal empobrece o solo, permite a erosão e afeta os mananciais de água.

O exemplo da Floresta Atlântica pode servir de ponto de partida para a reflexão sobre a destruição de outros ecossistemas ao longo do tempo. Constantemente ouvimos os alertas em relação à Floresta Amazônica, deteriorada pelo avanço da fronteira agrícola e pelo garimpo. Entretanto, na atualidade, talvez seja o cerrado o ecossistema mais agredido, especialmente, a partir da expansão do cultivo de soja voltado para a exportação na região Centro-Oeste do país.

Não podemos também mitificar a relação das populações indígenas com a Natureza. As comunidades agrícolas que habitavam os domínios da Mata Atlântica desenvolviam ações de interferência no ecossistema. Não havia, portanto, uma Mata Atlântica integralmente virgem por ocasião da chegada dos europeus, nem tampouco, uma relação harmoniosa

indígenas/Natureza sem nenhum tipo de impacto ambiental.

Essa percepção crítica do mito do “bom selvagem” pode ajudar na reflexão de questões contemporâneas, como a constante presença de notícias do envolvimento das comunidades indígenas com exploração de madeira, garimpo ilegal, tráfico de animais etc. – ações muitas vezes implementadas nas reservas indígenas.

É fundamental que a Educação contemporânea reflita sobre a relação do homem com a Natureza. É importantíssimo que recuperemos a percepção da dimensão da espécie animal na qual estamos incluídos. Como qualquer outra espécie, estamos inseridos em ecossistemas, dos quais retiramos a sobrevivência. Urge, portanto, que se redimensione o significado de riqueza e os interesses que movem a ação humana. Caso a espécie humana não seja capaz de rever e redefinir seu posicionamento frente ao universo, abdicando de uma visão utilitarista, consumista e depredadora, a pena pode ser, cedo ou tarde, a nossa própria extinção.

ATIVIDADE



3. Texto 1

(...) não fará prejuízo e água da dita Carioca, antes a terá limpa como se requer e não permitirá coisa alguma assim de roça como bananais e legumes e as mais coisas que se plantam. Ao longo do dito Rio ficarão cobertas de mato virgem, o qual não derrubará, nem se cortará de maneira que esteja sempre em pé, e quando servi-se do dito Rio com sua água assim para beber e lavar roupa fará na parte e lugar para isso (“Carta de sesmaria”, 1611. Apud CAVALCANTI, 2004, p. 35).

Texto 2

Vai-se estendendo a agricultura nas bordas dos rios no interior do país, mas com um método que com o tempo será muito prejudicial. (...) Queimados estes bosques, semeiam por dois ou três anos, enquanto dura a fertilidade produzida pelas cinzas, a qual diminuindo deixam inculto este terreno e queimam outros bosques. (Domenico Vandelli. “Memória sobre algumas produções naturais deste reino, 1789. Apud PÁDUA, 2004, 42).

Texto 3

Mas como se acham hoje todas as antigas povoações? Como corpos desanimados. Porque os lavradores circunvizinhos, que por meio da agricultura lhes forneciam os gêneros de primeira necessidade, depois de reduzirem a cinza todas as árvores, depois de privarem a terra da sua

mais vigorosa substância, a deixaram coberta de sape e samambaias (...) e abandonando as suas casas com todos os seus engenhos, oficinas e abegoarias, se foram estabelecer em novos terrenos (José Gregório de Moraes Navarro. “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil”, 1799. Apud PÁDUA: 2004 p. 34).

Proponha formas de abordagem dos três textos de época no contexto do ensino de História nas Séries Iniciais, utilizando os PCN como norteadores metodológicos.

RESPOSTA COMENTADA

Diversas são as opções possíveis. Os textos poderiam ser trabalhados juntamente com imagens de época e atuais. Neste caso, caberia ao docente estimular a identificação de continuidades e descontinuidades. Poderiam também ser confrontados com textos atuais que retratam situações semelhantes, propiciando a reflexão sobre a permanência de atitudes e valores. Além disso, poderiam ser o mote para a discussão da destruição em áreas de ocupação recente que tem no processo de exploração econômica sua justificativa básica. O importante é que as abordagens sejam pensadas para promover novos valores na relação homem-Natureza, que abdicuem de uma visão utilitarista.

CONCLUSÃO

A abordagem do conhecimento histórico nas Séries Iniciais não deve priorizar conteúdos. É importante que o estudante tenha dimensão da violência do processo de colonização quer pela eliminação física quer pela destruição das identidades das populações indígenas e africanas. É igualmente importante que o aluno seja capaz de refletir sobre a imagem que se construiu sobre cada agente histórico. Perceber que outras histórias são contadas, que os “bandidos” para uns foram os “heróis” de outros. Por fim, não podemos deixar de refletir sobre as perdas de vidas, saberes e culturas ocorridas no contexto do processo de colonização.

ATIVIDADE FINAL

Evidências seguras da existência de caçadores-coletores na região da Mata Atlântica datam de 11 mil anos. Já a imigração crescente de europeus se deu a partir de 1492, intensificando-se nos séculos XVI e XVII.

Leia o texto de Leonardo Boff que segue.

Em toda as partes da Terra existem povos originários, que vivem a dimensão do sagrado e da re-ligação com todas as coisas. São aqueles que, embora vivam em nosso tempo (sincronia), não se encontram no mesmo nível evolucionário que nós (contemporaneidade). Em sua grande maioria se encontram no mesmo nível evolucionário das vilas do Neolítico. Mas são portadores de um significado importante para a crise ecológica e para animar alternativas ao tipo de relação que nós estabelecemos para com a natureza (BOFF, 1995, p. 190).

Estabeleça uma ligação entre a informação do enunciado e o texto de Boff.

RESPOSTA COMENTADA

A reflexão de Boff para a contemporaneidade pode ser facilmente relacionada com o contexto da colonização, pois o homem branco, civilizado, racional e cristão promoveu em 500 anos a devastação que os moradores milenares não foram capazes de promover. Sem dúvida, temos muito a aprender por meio do conhecimento desses povos e de suas formas de se relacionar com a Natureza.

RESUMO

Discutiram-se as terminologias utilizadas para designar o momento da chegada dos europeus à América. Posteriormente, trabalhou-se criticamente os papéis históricos de certos atores sociais do processo, questionando a imagem de bandidos e mocinhos imputados a eles. Por fim, estabeleceu-se uma análise do processo de destruição dos ecossistemas provocado pela colonização, a partir do caso da Mata Atlântica.

LEITURAS RECOMENDADAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Os jesuítas no Brasil Colonial*. São Paulo: Atual, 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes. *A ocupação da Amazônia e a presença militar*. São Paulo: Atual, 1998.

PAIVA, Eduardo França. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *O encontro entre culturas*. São Paulo: Atual, 1994.

SILVEIRA, Marco Antônio. *Os arraiais e as vilas de Minas Gerais*. São Paulo: Atual, 1996.

SOUZA, Avanete Pereira. *Salvador, capital da colônia*. São Paulo: Atual, 1995.

Essas obras são da Coleção “A vida no tempo ...” da editora Atual e dão acesso fácil a várias informações sobre o período colonial. A série está voltada para os 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, portanto, seus volumes não são passíveis de serem adotados como paradidáticos. No entanto, por serem ricos em textos e ilustrações, podem ser utilizados como referência para a produção de material didático.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

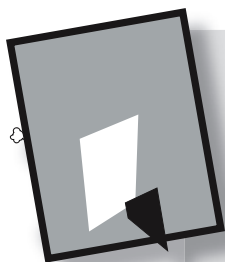
Essa obra traz relevantes informações sobre a cidade do Rio de Janeiro da origem até o início do século XIX.

TONHASCA JR, Athayde. *Ecologia e História Natural da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Considerando que os PCN apresentam o Meio Ambiente como um dos eixos temáticos transversais a serem desenvolvidos e o predomínio original da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro, essas obras são de caráter obrigatório.



MOMENTO PIPOCA

Hans Staden, *Brava Gente Brasileira* e *Desmundo* são produções recentes que merecem ser vistas. As reconstituições de época são primorosas. Os filmes dão dimensão do estranhamento entre as diferentes sociedades e a rudeza do processo de colonização. A minissérie *A muralha*, produzida pela Rede Globo, é outra boa oportunidade de analisar o período colonial.

Alerto, entretanto, que as produções não são adequadas para utilização em sala de aula no contexto das Séries Iniciais, sendo úteis para a formação do docente, ou para uso de fragmentos selecionados.

O Império brasileiro (1822-1889)

AULA 13

Meta da aula

Apresentar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do Império brasileiro.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- reconhecer as estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais do Império brasileiro;
- compreender as transformações principais pelas quais passou a sociedade brasileira no século XIX.

INTRODUÇÃO

Rei Pelé, rei momo, rainha da bateria de escola de samba... Há quem defenda que, no Brasil, temos o hábito de nomear reis e rainhas a todos os que queremos homenagear por conta do nosso passado monárquico, terminado com a proclamação da República, em 1889. Para estes, a popularidade do Império brasileiro era tão grande que, mesmo mais de cem anos após seu fim, ainda continuamos nos referindo a ele. Realmente, hoje em dia não é raro assistirmos, na televisão e nos cinemas, a novelas, minisséries e filmes que têm o século XIX como tema, como, por exemplo, *Quinto dos Infernos*, *Sinhá Moça*, *Força de um Desejo* e *Carlota Joaquina*. E você? O que lhe vem à cabeça quando pensa no Império do Brasil? Se pensou naquela imagem de D. João VI comendo coxinhas de galinha em vez de governar, talvez você esteja precisando ver menos televisão. Vamos lá: o Brasil do século XIX foi a época de D. João VI, de D. Pedro I, de D. Pedro II e da Princesa Isabel, das fofocas e bailes da Corte, mas também foi a época da independência do país, do uso em larga escala do trabalho escravo e de sua abolição. Foi a época em que as primeiras instituições brasileiras foram criadas, as cidades cresceram, a eletricidade chegou às ruas e a fotografia foi inventada. Mas também foi o século do crescimento das grandes propriedades rurais, do trabalho forçado, das torturas e castigos para aqueles que se negavam a fazê-lo.

Não pretendemos, nesta aula, dar conta de todo o período imperial brasileiro, porque essa seria uma tarefa impossível. Pretendemos apresentar, em linhas gerais, as principais características dessa época, para que você possa, depois, aprofundar seus conhecimentos por conta própria a partir da bibliografia indicada. Antes de começar, porém, é importante que você saiba como esse período é comumente dividido pelos historiadores:

- Primeiro Reinado (1822-1831): da Independência à Abdicação de D. Pedro I.
- Regência (1831-1840): da Abdicação de D. Pedro I à Maioridade (posse) de D. Pedro II.
- Segundo Reinado (1840-1889): da Maioridade de D. Pedro II à proclamação da República.

É possível fazer outras periodizações. Levando-se em conta os marcos políticos do século XIX. Outra possibilidade, por exemplo, seria demarcar o período de acordo com as mudanças na economia, na cultura etc.

A FUGA DOS REIS DE PORTUGAL

Nossa história tem início com a vinda da Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. Esse acontecimento foi único na história dos impérios coloniais europeus. Imagine a situação: a família real e toda a sua bagagem – baús com roupas, malas, obras de arte, objetos de museus, as jóias da Coroa, todo o dinheiro do Tesouro, a Biblioteca Real com mais de 60 mil livros, cavalos, bois, vacas, porcos e galinhas – e mais dez mil pessoas, todas embarcadas às pressas, em um dia de chuva, pouco antes de as tropas de Napoleão invadirem Portugal.

Napoleão e o Bloqueio Continental

Napoleão Bonaparte, imperador francês desde 1804, para conseguir colocar em prática seus planos de dominar toda a Europa, precisava vencer a supremacia inglesa. Para isso, decretou o Bloqueio Continental, fechando todos os portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Como aliado do governo inglês, Portugal não aderiu ao decreto francês. Por isso foi invadido pelas tropas francesas; daí a fuga da Corte portuguesa para o Brasil.

A vinda da família real provocou mudanças profundas no cotidiano brasileiro, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, agora transformada em Corte e sede do Império Português. Seus habitantes passaram a conviver com vários estrangeiros, entre viajantes e artistas que chegavam em várias missões culturais; ganharam hábitos refinados e passaram a se vestir e a se comportar como os europeus que aqui chegavam. O Rio de Janeiro mudou muito. A família real e os súditos portugueses se adaptaram tão bem ao Brasil que, mesmo depois da derrota de Napoleão na Europa, em 1814 – que possibilitou às monarquias por ele depostas reassumirem seus tronos –, a maioria não quis voltar para lá. Foi então que, em 1815, a capital do Império Português, que ainda era Lisboa, mudou-se para o Rio de Janeiro, que passou então a ser sede do Reino Unido (Portugal, Algarves e Brasil). Se esta medida atendeu aos interesses dos habitantes do Brasil, provocou grandes insatisfações entre aqueles que haviam permanecido em Portugal. Imaginem só a situação: primeiro, eles assistiram à fuga da família real, que os deixou abandonados às tropas de Napoleão; depois, ao invés de retornarem assim que podiam, não só continuaram na colônia brasileira, como ainda resolveram definitivamente mudar a sede do governo!

Alguns anos depois, em 1821, estas insatisfações tornaram-se maiores. Os portugueses pretendiam que o Brasil voltasse a se subordinar a Portugal. A pressão foi tão forte que D. João VI voltou para lá. Mas, ao mesmo tempo, a idéia da independência começou a ganhar força, com a recusa do príncipe-regente, que mais tarde seria aclamado D. Pedro I, em retornar a Portugal. Apesar de a independência não ter sido aceita por todas as províncias, onde militares e comerciantes portugueses não gostavam da idéia, a independência acabou proclamada no dia 7 de setembro de 1822.

O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Se você fosse um monarca de um país que acaba de se tornar independente, qual seria sua primeira providência? Acertou, se respondeu que iria buscar reconhecimento externo. De nada adianta a independência de um país se os outros não o reconhecem como tal. A independência do Brasil foi imediatamente reconhecida pelos Estados Unidos e pelas nações sul-americanas, todas recém-independentes. A Inglaterra reconheceu a independência ao conseguir que Portugal também o fizesse, respeitando os antigos tratados comerciais que envolviam os três países.

Podemos dizer que as principais características do Primeiro Reinado, governado por D. Pedro I entre 1822 e 1831, foram os conflitos de interesses entre o grupo de D. Pedro I, que pretendia aumentar seu próprio poder, por meio da instituição do Poder Moderador, e o grupo de brasileiros, que pretendia preservar as estruturas socioeconômicas já existentes.

A Constituição de 1824 e o Poder Moderador

Outorgada por D. Pedro I no início de 1824, a Constituição Imperial ficou em vigor durante todo o período imperial, até ser substituída em 1891 pela primeira constituição republicana. Ela estabeleceu as bases da estrutura política e do funcionamento do Império brasileiro e de suas principais instituições, como a adoção da forma de governo monárquica, hereditária e constitucional, a divisão político-administrativa do território em províncias e a separação do poder político em quatro instâncias – Poder Executivo, exercido pelo Imperador e seus ministros de Estado; Poder Legislativo, composto por senadores e deputados gerais e provinciais; Poder Judiciário, formado pelos juízes e tribunais e Poder Moderador, exercido pelo Imperador.

Como você pode imaginar, D. Pedro I não era uma pessoa popular. Além de uma forte crise econômica e financeira, sua política autoritária não o ajudava a governar. Debaixo de forte oposição na imprensa e na Câmara dos Deputados, D. Pedro I abdicou na madrugada do dia 7 de abril de 1831, deixando o trono para seu filho D. Pedro de Alcântara, então com apenas cinco anos.

ATIVIDADE



1. Leia o trecho abaixo, retirado da Constituição Imperial de 1824. A partir da leitura, analise a importância política do Poder Moderador e sua posição em relação aos demais poderes. (Você levará cerca de vinte minutos para realizar esta atividade).

TITULO 5º: Do Imperador.

CAPITULO I: Do Poder Moderador.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada (...).

Art. 100. Os seus Titulos são "Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil" e tem o Tratamento de Magestade Imperial.

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador.

I. Nomeando os Senadores, na fórmula do Art. 43.

II. Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente nos intervallos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.

III. Sanccionando os Decretos, e Resoluções da Assembléa Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.

IV. Approvando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciaes: Arts. 86, e 87.

V. Prorogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demittindo livremente os Ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condenados por Sentença.

IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.

Fonte: Constituição Política do Império do Brasil, 1824.

RESPOSTA COMENTADA

O Poder Moderador, exercido pelo Imperador, é considerado a “chave mestra da organização política” imperial brasileira, porque ele é superior aos demais. A ele cabe manter a harmonia dos demais poderes – legislativo, executivo e judiciário – e a ele cabe também exercer as principais atividades necessárias ao exercício político da nação, como nomear senadores e os magistrados, convocar a assembléia legislativa etc.

A REGÊNCIA (1831-1840)

O período da regência foi marcado por muitas crises. Como o país não tinha um governante forte, as diversas forças políticas das províncias competiam pelo poder. Da mesma forma, as reivindicações populares por melhores condições de vida aumentavam, em vários pontos do país, como Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Embora, durante esses anos, a crise econômica e financeira brasileira ainda fosse grande, foi nesta época que ocorreu a expansão do plantio do café no Vale do Paraíba. A cultura cafeeira trouxe à baila dois

importantes grupos sociais do Brasil no século XIX: o dos “barões do café” e o dos escravos, responsáveis por todo o trabalho braçal realizado no período. Justamente por isso, apesar de os ingleses já pressionarem pelo fim do tráfico atlântico de escravos, a manutenção da escravidão era tão importante.

Vamos analisar a situação do Brasil neste período com atenção: os revoltosos eram muitos, e os motivos para revolta também. Os proprietários de escravos tinham medo de que as revoltas de escravos e homens livres e pobres, que ocorriam nas províncias, levassem o Império à desintegração. Todos os membros da elite política concordavam que era importante manter a unidade nacional e o controle da nação, e que só uma pessoa poderia fazer isso: D. Pedro II, que não passava de uma criança.

Mesmo com sua pouca idade, a solução na época encontrada foi a antecipação da maioridade do Príncipe, que permitiu que um adolescente de 14 anos assumisse o trono, passando a se chamar, a partir de então, D. Pedro II.

ATIVIDADE



2. As imagens abaixo foram feitas por Henry Chamberlain, inglês que viveu no Brasil na primeira metade do século XIX. Juntas, elas representam alguns dos segmentos sociais mais importantes da sociedade brasileira no período imperial. Explique por que, ressaltando as diferenças visíveis entre os homens retratados. (Você levará cerca de vinte minutos para realizar a atividade).



Figura 13.1: Henry Chamberlain – “Brasileiro em traje de Corte e brasileiro vestido de dignatário da Igreja (1ª metade século XIX).



Figura 13.2: Henry Chamberlain – “Escravos brasileiros” (1ª metade do século XIX.).

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.**RESPOSTA COMENTADA**

As ilustrações mostram os dois extremos da sociedade brasileira no século XIX: a alta sociedade, ou a sociedade de Corte, representada pelo nobre (1ª imagem, **Figura 13.1**) e por membros da Igreja (2ª imagem, **Figura 13.1**) e os escravos (**Figura 13.2**). Entre as diferenças que podem ser ressaltadas, estão: as vestimentas, luxuosas no caso das imagens da **Figura 13.1**, pobres e rasgadas no caso da **Figura 13.2**; os sapatos, sinais de prestígio social, presentes na **Figura 13.1** e ausentes na **Figura 13.2**; e a representação de situações de trabalho manual, ausente na **Figura 13.1** e presente na **Figura 13.2**.

O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

O reinado de D. Pedro II, além de ter sido o mais longo da história do Brasil, foi também o da consolidação do Império. Com o imperador assumindo pessoalmente o governo e com os proprietários de terras e escravos guiando a economia, o Brasil conheceu um período de expansão econômica, através do incremento no cultivo do café, que passou a ser o principal produto de exportação brasileiro.

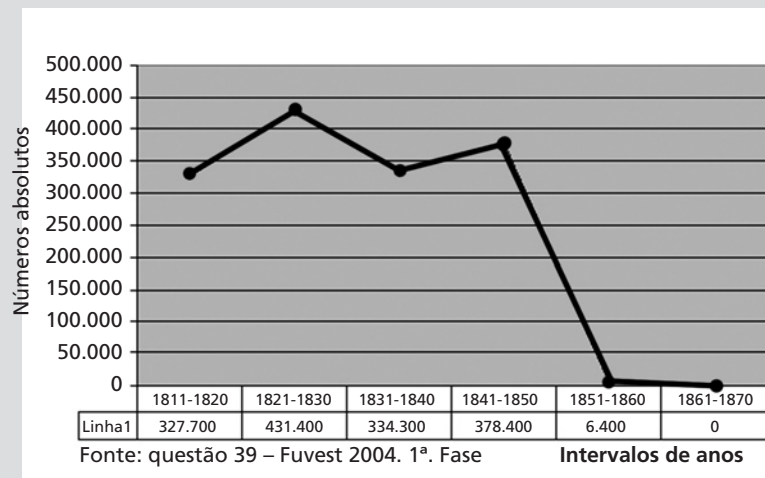
O crescimento do cultivo do café veio acompanhado de outra crise: a da mão-de-obra. Desde meados do século XIX, a Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico de escravos. Como, no entanto, o café dependia da mão-de-obra escrava, interromper o tráfico significava contrariar os interesses dos grandes proprietários, dos vendedores de café e dos traficantes, que à época vendiam escravos. Como o Brasil dependia da Inglaterra, principalmente para obter créditos e financiamentos externos, foi impossível resistir à pressão, embora ela tenha causado muitos incômodos no país.

Assim, o ano de 1850 marcou a proibição do tráfico africano, embora hoje em dia os historiadores saibam que africanos foram trazidos ilegalmente para o país como escravos até 1857. Como essa crise ocorreu justamente na fase de abolição do tráfico atlântico, ela estimulou a política imigrantista, responsável por incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. O fim do tráfico e a vinda de imigrantes, aliados à grande insatisfação de escravos – que resistiam à escravidão de todas as formas que podiam – fizeram com que o regime de trabalho escravo fosse, aos poucos, entrando em sua crise final. Decisivas para o fim da escravidão foram a Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre. Esta última estabeleceu que nenhum recém-nascido seria escravo no Brasil. A partir dela, a escravidão, embora tenha durado mais de vinte anos, estava com os dias contados.

ATIVIDADE



3. Analise o gráfico a seguir, sobre o número de africanos trazidos como escravos para o Brasil ao longo do século XIX. Com os elementos fornecidos no gráfico, explique por que o ano de 1850 foi um divisor de águas na história do Brasil. (Você levará cerca de quinze minutos para realizar a atividade).

**RESPOSTA COMENTADA**

O objetivo desta atividade é que você possa visualizar, a partir da análise de gráficos, as informações recentemente apreendidas sobre os efeitos do fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil. O gráfico mostra uma queda vertiginosa no número de africanos trazidos para o Brasil na década de 1850. O número cai de 378.400 pessoas escravizadas entre 1840 e 1850 para 6.400 na década seguinte, por conta da lei Euzébio de Queiroz, que proibiu definitivamente a importação de africanos. A partir desta lei, passaram a ter mais vigor tanto o movimento pelo incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil quanto os debates em torno da abolição da escravidão no país.

A Guerra do Paraguai

A *Guerra do Paraguai* (1864-70) foi o conflito militar mais importante e sangrento dentre todos os ocorridos na América Latina no século XIX. Morreram em combate cerca de 150 a 300 mil soldados. A guerra envolveu a aliança entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, todos unidos contra o Paraguai, desde 1862 governado por Francisco Solano Lopez. A guerra mudou a história do Brasil imperial, ao evidenciar a fragilidade do exército e o “atraso” que a manutenção da escravidão representava em relação aos outros países latino-americanos, que já tinham abolido a escravidão e proclamado suas repúblicas.

Depois do fim da guerra do Paraguai, o crescimento do abolicionismo e do movimento republicano demonstraram que também o Império estava com os dias contados. A abolição da escravidão, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, foi o estopim para que os proprietários de terras passassem a apoiar os republicanos. Pouco mais de um ano depois, em 15 de novembro de 1889, um golpe militar poria fim ao Império brasileiro.

ATIVIDADE FINAL

A maioria dos historiadores se guia pelos marcos políticos para demarcar as grandes mudanças do século XIX no Brasil. Neste caso, os acontecimentos principais são a Independência, a abdicação de D. Pedro I, a Maioridade de D. Pedro II e a proclamação da República. No entanto, essa é apenas uma opção. Quando escolhemos quais são os acontecimentos que irão guiar nossa visão sobre um período, estamos querendo dizer que, para nós, aqueles acontecimentos são os mais importantes.

Com esta atividade, pretendemos justamente que você aja como um historiador, fazendo um exercício de elaboração de periodizações. Leia com atenção a cronologia abaixo. Nela, incluímos os principais acontecimentos, segundo nossa seleção, ocorridos no Brasil do século XIX. Caso você não conheça algum dos fatos elencados a seguir, é uma boa oportunidade para se informar e aprofundar seus conhecimentos sobre a história do Brasil imperial. Depois, elabore uma periodização para o período imperial brasileiro de acordo com os principais acontecimentos relativos à escravidão. Agora que você aprendeu a elaborar uma

periodização, pense a respeito da cronologia apresentada. Para você, quais seriam os principais marcos para definir o Brasil do século XIX? Justifique.

1822	Independência do Brasil.
1824	Outorga da Constituição.
1826	Morre, em Portugal, D. João VI.
1831	D. Pedro I abdica o trono brasileiro em favor de seu filho Pedro de Alcântara.
1834	D. Pedro I morre em Portugal.
1835	Início da Regência Una do padre Feijó. Início da Cabanagem no Pará e da Farroupilha no Rio Grande do Sul.
1837	O Regente Feijó renuncia ao cargo. Início da Regência Una de Araújo Lima. Início da Sabinada na Bahia.
1838	Início da Balaiada no Maranhão.
1840	Termina o Período Regencial, com a decretação da maioria de D. Pedro II. Início do Segundo Reinado.
1842	Revolta dos liberais em São Paulo e Minas Gerais.
1847	Chegada dos primeiros imigrantes para a fazenda de café Ibicaba.
1848	Início da Revolução Praieira.
1850	Fim do tráfico de escravos no Brasil.
1854	Inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.
1865	Início da Guerra do Paraguai.
1870	Fim da Guerra do Paraguai. Publicação do Manifesto Republicano.
1871	Lei do Ventre Livre.
1886	Lei dos Sexagenários.
1888	Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil.
1889	Fim do Império e proclamação da República.

[illegible]

RESPOSTA COMENTADA

A periodização baseada nos principais acontecimentos relativos à escravidão ocorridos no Brasil Imperial teria como marcos principais:

1831 – 1ª Lei que extinguiu o tráfico atlântico de escravos.

1850 – Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu de fato o tráfico atlântico de escravos.

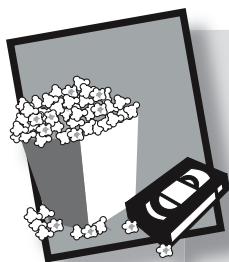
1871 – Lei do Ventre Livre, que estabeleceu que, a partir de então, todos os escravos nascidos no Brasil seriam livres.

1888 – Abolição da escravidão.

Você percebeu como podemos fazer periodizações diferentes, de acordo com os acontecimentos que consideramos importantes? Por isso, não há resposta certa para a segunda parte da questão, relativa à sua própria periodização. O importante é que você estabeleça quais são os critérios que considera importantes ao analisar um período.

RESUMO

O período compreendido entre a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e a proclamação da República, embora curto – não chega a um século –, é crucial para a compreensão da história brasileira. Nele, o Brasil se torna independente, o café, o principal produto exportador de todos os tempos, passa a ser produzido, ocorre a maior guerra já enfrentada pelo país e são introduzidas modificações fundamentais no regime de trabalho, que, de escravo, passa a livre. Esta última mudança provoca mudanças substanciais na composição demográfica da população brasileira, com o fim da importação de africanos e o início da vinda de imigrantes europeus.

**MOMENTO PIPOCA**

Infelizmente, não existe a tradição de realizar filmes sobre o período imperial brasileiro. Mas vale a pena assistir a dois filmes: *Mauá, o Imperador e o Rei* e *O Xangô de Baker Street*.

Mauá, o Imperador e o Rei (Brasil, 1999)

Direção: Sérgio Resende

Duração: 134 minutos

Sinopse: O filme mostra a infância, o enriquecimento e a falência de Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o empreendedor gaúcho mais conhecido como barão de Mauá, considerado o primeiro grande empresário brasileiro, responsável por uma série de iniciativas modernizadoras para economia nacional, ao longo do século XIX.

O Xangô de Baker Street (Brasil, 2001)

Direção: Miguel Faria Jr.

Duração: 118 minutos

Sinopse: Embora seja uma obra de ficção, baseada no livro homônimo de Jô Soares, que conta as desventuras de Sherlock Holmes nos trópicos, o filme traz uma boa ambientação da cidade do Rio de Janeiro na década de 1880. Só por isso, já vale a pena assistir. E ainda diverte.

LEITURAS RECOMENDADAS

Para aqueles interessados em aprofundar seus estudos sobre a História do Brasil no século XIX, recomendo a consulta de duas obras de referência, recentemente publicadas: o *Dicionário do Brasil Imperial*, organizado por Ronaldo Vainfas e publicado pela editora Objetiva; e *O Império do Brasil*, de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, editado pela Nova Fronteira. No entanto, para se deleitar com o século XIX brasileiro, principalmente em relação à vida cotidiana na Corte, recomendo a leitura de Machado de Assis. Qualquer livro dele vale a pena. Ou melhor: leia todos.

SITES RECOMENDADOS

Centro de Informações História do Brasil

<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/index.html>

Síte da MULTIRIO – Empresa Municipal de Multimeios, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, dedicado à História do Brasil colonial e imperial.

Machado de Assis

Página do Espaço Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Nele, podem ser encontradas informações sobre as obras de Machado de Assis, livros e artigos escritos sobre ele e obras disponíveis para *download*.

www.machadodeassis.com.br

O Império brasileiro 2

Meta da aula

Apresentar algumas abordagens dos conhecimentos que envolvem a História do Brasil Império sob a ótica dos PCN.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- descrever a economia do período imperial;
- planejar atividades para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com as orientações dos PCN;
- identificar as principais mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX;
- inter-relacionar as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX com o processo de desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

Pré-requisitos

A Aula 13 apresenta subsídios gerais para a compreensão desta aula.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelas dificuldades econômicas. A retração do comércio e a redução dos preços do açúcar e do algodão se somaram à decadência do ouro.

A chegada da Família Real, como você viu, suavizou, em parte, a situação, abrindo o comércio da colônia à livre negociação; contudo, não podia resolver a questão dos preços dos principais produtos de exportação. Em contrapartida, a abertura dos portos propiciou a penetração econômica inglesa sem controle, afetando os negócios nacionais. O Rio de Janeiro passou a ser a corte, sede do Império português, experimentando uma atividade comercial e um crescimento urbano sem precedentes. Verificou-se também, nessa época, o surgimento e o estímulo de uma economia de abastecimento ao seu redor. Com a independência política, na década de 1820, surgiu, na província do Rio de Janeiro, uma nova cultura, com um mercado externo em franca expansão: o café.

CAFÉ, CAFÉ, CAFÉ...

Conhecido antigo dos habitantes da colônia, o café era mais utilizado como planta ornamental ou produzido em pequena escala, não recebendo, até então, um tratamento de produto comercial de exportação. Observe a **Tabela 14.1**:

Tabela 14.1: Principais produtos brasileiros no comércio internacional (%).

	1821/30	1831/40	1841/50	1851/60	1861/70	1871/80	1881/90
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5

Fonte: CIVITA, 1985, p. 13.

Vamos analisar a tabela para perceber as alternativas de utilização das informações estatísticas na sala de aula.

Como você pode perceber, todos os produtos de exportação integram o setor primário. Em grande parte, os artigos são agrícolas, podendo ser associados à estrutura agrária latifundiária, à produção em larga escala, à monocultura e ao uso de grandes contingentes de mão-de-

obra. Desta forma, como você pode concluir, o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho, como produtor de produtos primários.

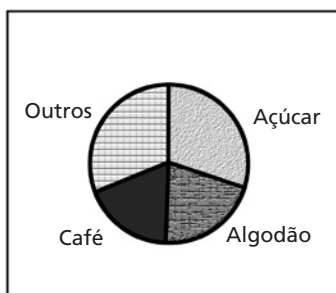
Em sala de aula, é possível analisar a tabela recorrendo à formulação de questões que permitam ao aluno transformar as informações em conhecimento significativo. Veja alguns exemplos de questões orientadoras da observação.

Em que década a importância do açúcar começou a diminuir? É a mesma do declínio do algodão? Quando o café tornou-se o produto de exportação mais importante? Vocês sabem o que estava acontecendo no Brasil nesse momento? Naturalmente, você poderia acrescentar outras questões a essa lista. Experimente!

As informações podem ser simplificadas, eliminando, por exemplo, os decimais por meio de aproximação ou selecionando apenas algumas décadas para análise. Considerando que o texto da tabela apresenta os percentuais, o docente estaria livre para adaptar a informação, realizando estudos de fração, por exemplo. Aproximações e simplificações dos dados poderiam, também, ser utilizadas no processo de elaboração de atividades a fim de favorecer a manipulação da informação pelo aluno.

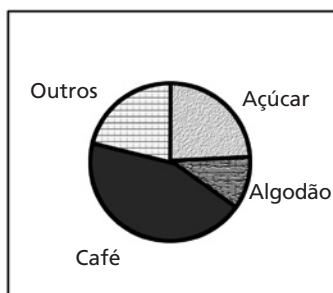
Você pode também utilizar os gráficos do tipo “torta” ou “pizza”, abdicando, inclusive, do uso dos números. Nesse caso, estaria se trabalhando as proporções por meio da percepção visual. Observe o efeito da comparação entre períodos da história econômica do Brasil nesse tipo de gráfico:

Produtos de Exportação: 1821/

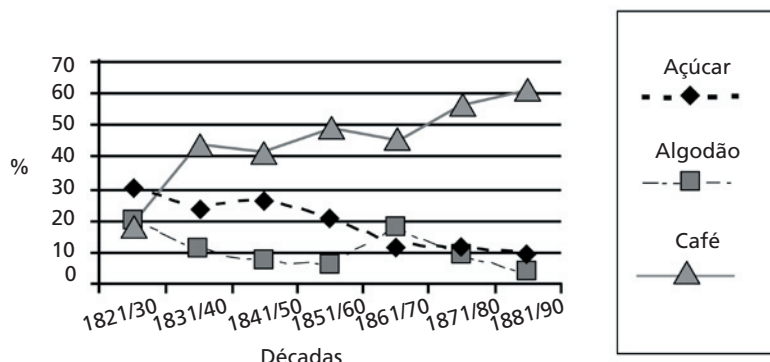


Fonte: CIVITA, 1985, p.13.

Produtos de Exportação: 1831/



Essa apresentação é mais acessível para os alunos de menor faixa etária, porque a mudança é mais observável, mais concreta. Os gráficos de linha, entretanto, permitem a análise da evolução do processo, e são bastante úteis também. Observe:

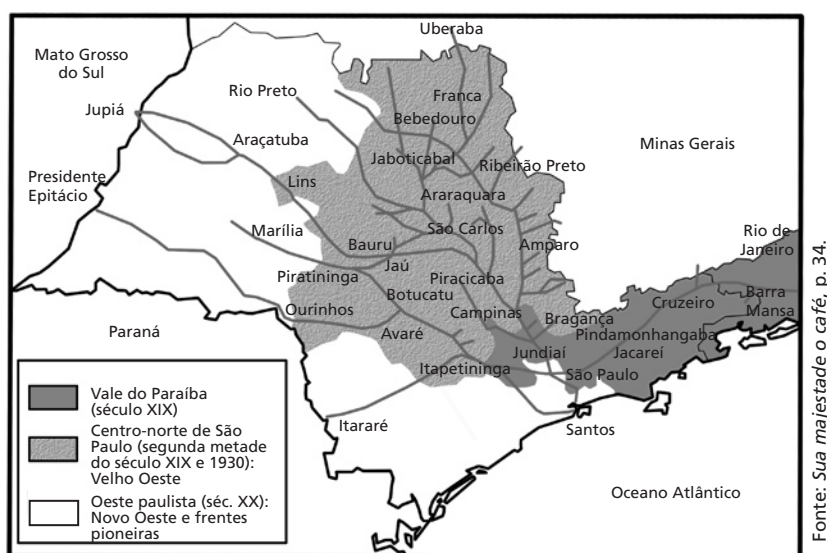


Fonte: CIVITA, 1985, p. 13.

Os dados são os mesmos, mas as apresentações possibilitam aos alunos uma melhor visualização das informações. Por exemplo, o gráfico tipo “torta” viabiliza o trabalho comparativo no interior da década, enquanto o de linha permite a análise do processo.

Se o gráfico fosse analisado com um mapa da expansão da produção do café por período, seria possível associar as fases de crescimento da exportação com as fases de expansão agrícola do produto.

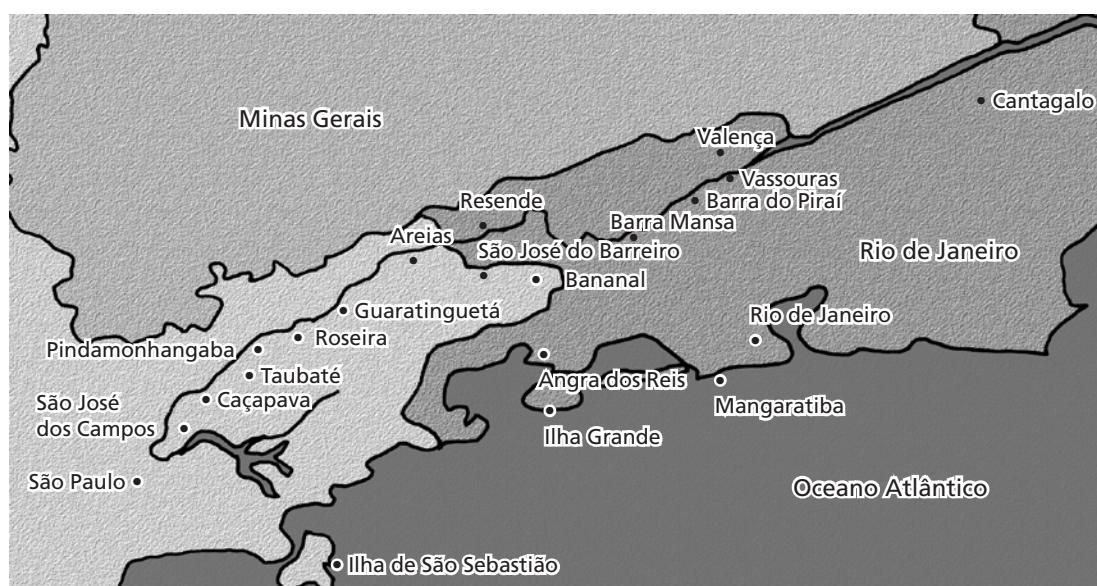
Observe o mapa da **Figura 14.1**.



Fonte: Sua majestade o café, p. 34.

Figura 14.1: Etapas da expansão cafeeira.

Dessa forma, o aluno poderia perceber que a primeira fase de crescimento – 1830 a 1870 – esteve associada à expansão do cultivo do café no entorno da cidade do Rio de Janeiro (Estácio, Serras da Tijuca e Gávea, Jacarepaguá, Campo Grande) e no Vale do rio Paraíba do Sul (Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Piraí, Paraíba do Sul, Cantagalo – núcleos do Rio de Janeiro – e Guaratinguetá, Roseira, Taubaté, São José dos Campos – núcleos de São Paulo). Visualize os municípios no mapa da **Figura 14.2** abaixo.



Fonte: O trabalho nas fazendas de café, p. 6.

Figura 14.2: O Vale do Paraíba e o café.

A região do vale possuía solo pobre, relevo acidentado, clima tropical úmido, sendo o café plantado com a utilização de técnicas agrícolas arcaicas, associadas a um baixo nível tecnológico. A esse quadro somava-se a presença de uma aristocracia escravocrata e conservadora. Esses fatores foram decisivos para a estagnação e o declínio da região ao longo do século XIX.

A segunda grande fase de expansão esteve vinculada à chegada do café, a partir da década de 1880, no chamado (Velho) Oeste Paulista (Campinas, Rio Claro, São Carlos, Amparo, Botucatu, Limeira) e sua posterior propagação, na virada do século, pelo Novo Oeste Paulista (São Simão, Ribeirão Preto, Jaú, São José do Rio Preto, Marília, Bauru, Assis). Você pode identificar a maioria desses municípios na **Figura 14.1**.

A região do Oeste Paulista possuía condições naturais mais adequadas ao plantio em grande escala. O solo era caracterizado pela presença do massapé e da terra roxa, que permitiam maior longevidade do cultivo. O relevo de planalto e o clima também favoreciam o plantio do café. Por outro lado, em função do período de expansão, a região não pôde contar por muito tempo com a mão-de-obra escrava, investindo na atração de imigrantes e na adoção de técnicas mais modernas de beneficiamento (máquinas de despolpar, peneirar, descascar, polir e selecionar os grãos por tipo e tamanho) e transporte (ferrovia).

A instalação de ferrovias nessa região esteve intimamente ligada ao plantio de café. No caso do Novo Oeste Paulista, a ferrovia foi precursora do cultivo do café. Café e trilhos tiveram suas histórias, portanto, entrelaçadas. Junto com a melhoria do processamento, a transformação do transporte foi responsável pelo barateamento do custo de produção e pela melhoria da qualidade do produto que escoava pelo porto de Santos, valorizando o café brasileiro no mercado internacional.

No âmbito do Rio de Janeiro, a cultura do café pode representar, também, um ponto de partida para a discussão de questões ligadas ao meio ambiente. A cafeicultura, como foi praticada, alterou a paisagem e promoveu o empobrecimento do solo. Após a decadência do cultivo, algumas regiões, especialmente as do Vale do Paraíba do Sul, passaram por dificuldades para se recuperarem. Em alguns casos, certas alternativas econômicas agravaram ainda mais os problemas ambientais ocasionados pela longa prática da monocultura do café.

Note que algum aluno, ao analisar o gráfico, poderia perceber que a exportação do algodão sofreu uma recuperação na década de 1860. Esta poderia representar boa oportunidade para salientar que os mercados mundiais tornaram-se, a partir da industrialização, cada vez mais integrados. Assim, uma crise conjuntural em um determinado país abre espaço para o crescimento de outro.

No exemplo, sabemos que, entre 1860 e 1865, ocorreu a Guerra de Secessão nos EUA, que devastou os campos produtores de algodão do estados sulistas. Sabemos também que na primeira fase da industrialização a produção têxtil se destacou. Havia, portanto, mercado consumidor para o produto. O declínio da produção de um importante produtor criou uma oportunidade. Essa brecha foi aproveitada pelos plantadores de algodão do Brasil. Com o fim da guerra civil, assim que

houve a reorganização da produção norte-americana, novamente o algodão brasileiro perdeu terreno no mercado externo.

Um outro aspecto que pode ser tratado é o papel que a cafeicultura brasileira assumiu no contexto internacional. Já sabemos que a economia cafeeira tornou-se sustentáculo da monarquia no Segundo Reinado e, também, na Primeira República. O que nos interessa agora é destacar que o Brasil passou a ser responsável por boa parte da produção mundial de café a partir da década de 1840, chegando a plantar, na década de 1880, 56,63% do café de todo o mundo!

No século XX, a concorrência gerou graves problemas para a economia brasileira. Além de perder mercados para outros países, o aumento da oferta ocasionou uma baixa acentuada dos preços do café, o que gerou instabilidade econômica no Brasil, especialmente com a crise de 1929.

No século XX, surgiram novos produtores de café, como México, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Colômbia, Costa do Marfim, Angola, Uganda, Etiópia, Quênia, Congo etc.

Destaca-se, entretanto, o café colombiano, cuja qualidade é hoje uma referência internacional pelo aroma e sabor. Observe a tabela:

Exportação de café do Brasil e da Colômbia, em bilhões de dólares						
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Brasil	2,68	2,33	2,17	2,22	1,78	1,31
Colômbia	1,79	3,05	1,69	1,69	1,53	1,40

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 27 de maio de 1991.

O café ainda controlava, em 1929, 70% das exportações brasileiras – justificando o abalo que sofremos com a crise –, mas, em 1992, esse percentual era de apenas 6%!

Essas informações podem servir de base para discutir o papel da soja, hoje, na balança de exportações brasileiras; assim como para refletir sobre o próprio cultivo da cana-de-açúcar.



ATIVIDADE

1. Identifique dois problemas que podem ser gerados pela excessiva dependência de um país à exportação de um produto primário como o café e a soja.

RESPOSTA COMENTADA

Em primeiro lugar, os produtos primários possuem preços baixos se comparados aos produtos industrializados. Por outro lado, se o produto for vendido sem nenhum tipo de processamento, pode haver uma perda significativa da riqueza explorada. Não podemos esquecer, entretanto, que toda e qualquer mudança do mercado externo (queda de consumo, queda de preços, aumento da concorrência) pode causar uma grande crise interna.

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

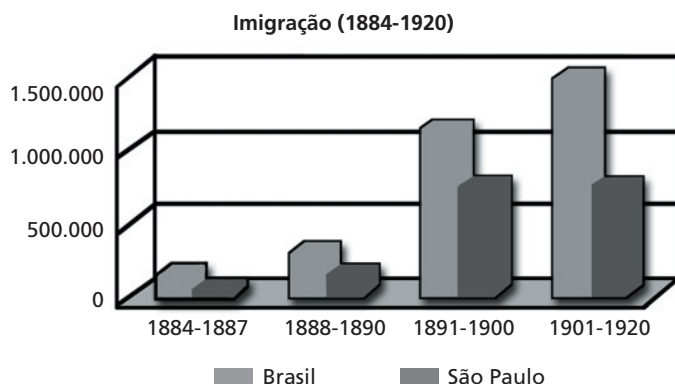
O ano de 1850 foi o marco histórico do início do processo de mudanças sociais, políticas e econômicas sendo aprovadas a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz. A Lei de Terras colocava fim nos mecanismos de acesso à terra do período colonial. Até então, a terra concebida como simples domínio da Coroa era doada, principalmente, como recompensa por serviços prestados a esta, transformava-se em domínio público, tornando-se, desse modo, acessível somente àqueles que pudessem explorá-la lucrativamente. A terra transformava-se, assim, em mercadoria, aprofundando a tradição de acesso limitado à propriedade da terra. Agora, não importava a origem fidalga, mas o poder aquisitivo. Assim, a maior parte dos brasileiros continuava a ter remotas possibilidades de ser proprietária das terras, como, aliás, até hoje!

A lei que proibia o tráfico transatlântico de escravos – Lei Eusébio de Queiroz – é decisiva para compreendermos o incentivo à imigração na segunda metade do século XIX e a crise do escravismo. Como já vimos, embora nascessem escravos no território brasileiro, as altas taxa de mortalidade dessa população impediam o seu crescimento sem a

existência da importação crescente de africanos pelo tráfico atlântico. Assim, o fim do tráfico condenava em longo prazo o sistema escravista, exigindo a utilização de mão-de-obra alternativa.

Em primeiro lugar, foi possível observar um deslocamento interno da população escrava. De fato, o fim do comércio internacional de escravos estimulou o comércio entre as províncias (tráfico interprovincial). As regiões economicamente decadentes e já não tão dependentes da mão-de-obra escrava passaram a vender seus cativos para as províncias em expansão. Em Pernambuco, por exemplo, em 1884, 75% da mão-de-obra utilizada era livre. Nesse sentido, os últimos anos da escravidão foram de crescente concentração dos cativos do Sudeste.

Em segundo lugar, o declínio da mão-de-obra cativa estimulou a imigração, notadamente europeia, a partir da década de 1880. A maior parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil se dirigia para a província de São Paulo, que vivenciava no final do século XIX a expansão da agricultura cafeeira. O gráfico abaixo pode orientá-lo na compreensão desse fato. Observe a quantidade de imigrantes que chegaram ao Brasil e a São Paulo, nos diferentes períodos do final do século XIX e início do século XX. Que relações você pode estabelecer a partir desses dados?



A importância da imigração nos períodos assinalados no gráfico pode ser explorada de acordo com a orientação dos PCN que enfatiza o estudo da movimentação das populações. Seria possível identificar quais nacionalidades se destacam no processo de imigração de europeus, particularmente portugueses, italianos, espanhóis e alemães, levantando as motivações para a imigração e as regiões para onde foram.

Mas a imigração não foi pensada apenas no momento da substituição da mão-de-obra escrava. Na primeira metade do século XIX, o governo incentivou a imigração européia a ocupar regiões inexploradas. Sem apoio contínuo do governo e com a dificuldade de colocar seus produtos no mercado, essas colônias tenderam a concentrar, ao longo do tempo, suas atividades na lavoura de subsistência e no comércio local, desenvolvendo-se com uma certa autonomia. É o caso, por exemplo, da fixação de suíços na região serrana do Rio de Janeiro, que propiciou, posteriormente, o surgimento de Nova Friburgo.

O tema abre espaço para que se trabalhe, igualmente, influências que a cultura brasileira sofreu, especialmente em algumas regiões, com o encontro de culturas diferentes. A culinária, por exemplo, pode ser o ponto de partida para a abordagem do tema.

Nas localidades onde a fixação de imigrantes está intimamente ligada à história local, esse estudo merece ser aprofundado e valorizado, já que estará fortemente relacionado à formação da identidade da comunidade.

ATIVIDADE



2. Os dois textos se referem a áreas de produção do café no século XIX. A partir das características mencionadas, identifique as áreas e justifique as diferenças.

As matas virgens faziam parte do processo de renovação da propriedade. A possibilidade de sua aquisição dificultava quaisquer tentativas de recuperação do solo através de fertilizantes ou métodos de adubação, pois enquanto os limites fossem móveis, os proprietários adotariam técnicas predatórias de cultivo evitando, segundo eles, despesas desnecessárias (NEVES e MACHADO, 1999, p. 151).

As grandes mudanças ocorreram no beneficiamento do café, com a utilização mais acentuada de máquinas, como despoldadores, ventiladores, separadores etc. Elas permitiram que o produto tivesse uma qualidade superior, alcançando preço mais elevado do que o café feito pelos processos antiquados (...), além de diminuir os custos de produção em torno de 10% (NEVES e MACHADO, 1999, p. 162-3).

RESPOSTA COMENTADA

O primeiro texto se refere ao Vale do Paraíba e o segundo, ao Oeste paulista. A expansão da cafeicultura nas duas regiões se deu em momentos históricos bem distintos. No primeiro caso, o desenvolvimento da cafeicultura ocorreu na primeira metade do século, quando a abundância de mão-de-obra escrava supria as demandas de todo tipo de trabalho e ainda se processava a consolidação de novas relações comerciais com o incremento do processo de industrialização na Europa e EUA. No segundo caso, além da crise do escravismo estar em curso, já havia um demanda por produtos beneficiados, assim como pela introdução de equipamentos não produzidos no Brasil. Assim, a cafeicultura no Vale do Paraíba se desenvolveu sob a ótica econômica colonial, enquanto a do Oeste paulista já se processava no contexto da consolidação e internacionalização do sistema capitalista.

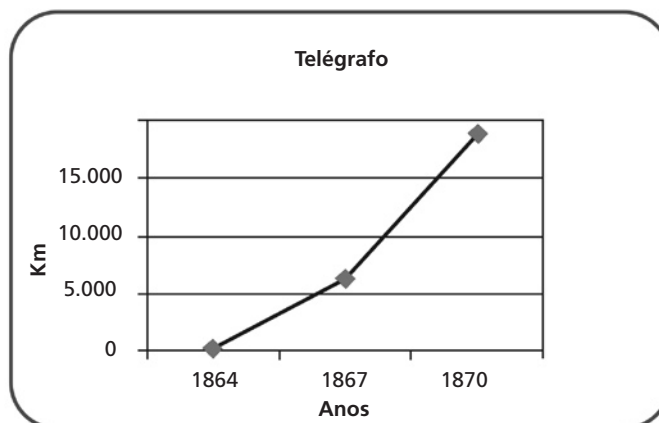
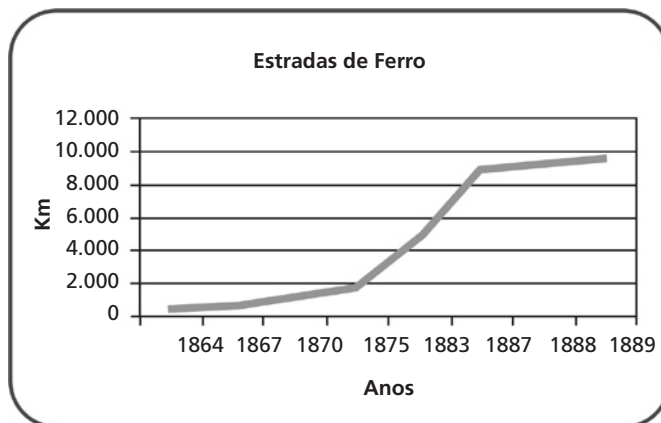
CONCLUSÃO

Os brasileiros da segunda metade do século assistiram, ainda, a outras transformações. Modernidades davam um ar de progresso, principalmente às capitais. As ferrovias se multiplicavam. O telégrafo passou a ser mais utilizado. Os bancos se tornaram instituições importantíssimas. Urbanizaram-se as grandes capitais. A mecanização da produção recebia apoio. A indústria aparecia ao lado da economia agrária de exportação, muitas vezes ligada à própria agricultura.

Essas mudanças denotavam novas relações econômicas, sociais e culturais desenvolvendo-se e consolidando-se no contexto da própria expansão do capitalismo, mas também evidenciaram a forte resistência a transformações estruturais. Foi dessa forma que o Brasil deixou de ser escravista e até monárquico, mas manteve a estrutura agrário-exportadora e a ordem social excludente.

ATIVIDADE FINAL

Observe os gráficos.



A partir da análise dos gráficos, é possível identificar o momento histórico em que o processo de modernização se acelerou no Brasil. Indique esse momento, justificando sua resposta.

RESPOSTA COMENTADA

Observa-se que, em ambos os gráficos, a década de 1870 foi o momento de introdução de uma nova tendência. A construção de meios de comunicação modernos se acentuou rapidamente. Lembro que, com a crise de 1873 (crise de superprodução, típica do sistema capitalista), houve um crescimento dos investimentos externos dos países industrializados. No nosso caso, a Inglaterra esteve em grande parte envolvida, por meio de empréstimos, venda de equipamentos e atuação de empresas, na implementação dessa modernização.

RESUMO

Tratou-se do cenário econômico do Império, dando ênfase ao desenvolvimento da cafeicultura. Destacaram-se as principais mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, com especial atenção à problemática da imigração. Evidenciou-se que, apesar das mudanças, longas continuidades foram mantidas, inclusive, pela República.

LEITURAS RECOMENDADAS

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

A proposta da obra de fazer uma “síntese abrangente, rigorosa e atualizada” sobre o Império justifica a indicação como leitura obrigatória, já que permitiu ao leitor uma visão panorâmica do período e o acesso a uma bibliografia acadêmica atualizada.

Chamo ainda atenção para os livros de três coleções. A primeira é a coleção *Descobrimos o Brasil* editada pela Jorge Zahar Editora. A coleção tem por objetivo dar acesso a temas da História e da cultura brasileiras ao público em geral. Apresentando formato de livro de bolso, fornece uma síntese de diversas temáticas importantes com atualização historiográfica e em linguagem acessível. São exemplares indicados para aprofundamento dos conhecimentos desta aula: *A proclamação da República*, Celso Castro; *A belle époque amazônica*, Ana Maria Daou; *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, Hebe Maria Mattos; *A independência do Brasil*, Iara Lis C. Souza; *Vida e morte da mata atlântica*, José August Dummond; *Símbolos e rituais da monarquia brasileira*, Lílian Schwarcz, e *O tráfico negreiro*, Luis Felipe de Alencastro.

As outras duas coleções interessantes são paradidáticas: *A Vida no Tempo*, da Editora Atual, e *Que História É Esta?*, da Editora Saraiva. Seus livros são ricos em imagens e apresentam sugestões de leitura, filmes, *sítes* e de locais para visita (museus, fazendas etc.). Pesquise na internet os exemplares das coleções que interessam para esta e outras aulas (www.editorasaraiva.com.br e www.editora-atual.com.br).

O Brasil republicano: da proclamação aos anos 2000

AULA 15

Meta da aula

Apresentar aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil após a proclamação da República.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- compreender algumas especificidades do Brasil republicano;
- identificar as transformações ocorridas no Estado brasileiro ao longo do século XX.

INTRODUÇÃO

A idéia de República tem origem no grego: *res publica*. Quer dizer, coisa pública. O Estado republicano se caracteriza por dois preceitos básicos: a. deve cuidar do bem comum, do bem de todos; b. todos são iguais diante da lei, respondem a uma lei comum.

República se contrapõe à monarquia. A principal diferença entre os dois regimes é a possibilidade de na República qualquer pessoa exercer o cargo de chefe de Estado. No regime republicano, o chefe de Estado é eleito pelo povo. No regime monárquico, o chefe de Estado tem acesso ao poder por direito hereditário. Em uma República, o chefe de Estado tem acesso ao poder por meio de eleições. Quer dizer, a princípio qualquer cidadão pode se candidatar ao cargo, não importando sua origem familiar, social ou étnica. A república se caracteriza também pela rotatividade dos ocupantes no poder. Em vez de ficar no poder toda a vida, o governante desempenha essa função durante um mandato temporário. Isso é muito importante porque garante ao povo a possibilidade de mudar o governante, caso a maioria considere que ele não esteja comandando bem, ou se entender que há um candidato melhor nas eleições seguintes.

A História do Brasil republicano pode ser vista como um jogo. Um jogo diferente, no qual as regras não estão todas prontas. Nessa disputa, em primeiro lugar, os jogadores têm de decidir quais as regras do jogo. Uma vez decidido, todos devem segui-las. Quem pode participar do jogo? Como participa? Ao longo do jogo, alguns participantes tentam mudar as regras. Outras pessoas, que ficaram de fora, procuram criar maneiras de entrar no jogo. Vamos lá?

Você vai perceber que a principal conquista desse jogo é a própria participação. O principal conjunto de regras de um país é a sua Constituição. Mas as Constituições republicanas podem ser bastante diferentes. Elas podem garantir a participação política de muitas pessoas ou de apenas uns poucos. Quanto mais pessoas participam, mais democrática é a república. Quanto menos pessoas participam, mais oligárquica ou ditatorial é a república. Observar quem pode votar para o cargo de chefe de Estado é uma das maneiras de avaliar se a Constituição é democrática ou não.

PERIODIZAÇÃO

A História do Brasil republicano pode ser compreendida a partir de determinadas rupturas políticas. Logo após cada uma destas rupturas,

houve conjunturas de incerteza, quando ainda não se sabia ao certo como seriam as novas regras do jogo. Isso aconteceu por que os participantes de cada um desses movimentos tinham concepções diferentes sobre como deveria ser o novo regime. O estudo destas divergências tem o objetivo de mostrar que não há um caminho predeterminado na História do Brasil, não estamos fadados a viver em regimes autoritários, mas, para que as instituições democráticas funcionem, é preciso não descuidar. É fundamental perceber que o sistema político e as políticas públicas implementadas são expressão da luta de todos pelos direitos de cidadania.

Cada um destes períodos é conhecido por mais de uma designação, uma vez que alguns historiadores divergem sobre alguns aspectos da sua interpretação. Ao longo da aula você vai perceber as diferenças e os significados dessas designações.

- a partir da proclamação da República tem início a Primeira República (1889 – 1930);
- a Revolução de 1930 inaugura a chamada Era Vargas (1930 – 1945);
- após a dissolução do Estado Novo, o país viveu uma experiência democrática, de 1945 até 1964;
- o movimento de 1964 instaurou uma ditadura civil-militar (1964 – 1979).

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930)

Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. Era o fim da monarquia, o fim do Império do Brasil fundado com a Independência (1822). D. Pedro II deixou de ser imperador. Cetro e coroa já não eram mais símbolos de poder no novo regime. Tornaram-se peças de museu. A antiga família imperial foi para o exílio, em Paris.

Mas como seria esse novo regime? Os políticos e os militares envolvidos na conspiração para acabar com a monarquia tinham concepções diferentes de como organizar a República. Os políticos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam uma República federativa que garantisse maior autonomia aos estados. Os militares defendiam um Poder Executivo forte, eram contrários à autonomia dos estados e à realização de eleições.

Com a proclamação da República, o nome do país passou a ser Estados Unidos do Brasil. A partir da Constituição de 1891, de fato, os estados passaram a ter maior autonomia: podiam contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias, por exemplo. De acordo com as novas regras do jogo, o sistema político era presidencialista. Quer dizer, o presidente da República representava o poder Executivo. O presidente, os governadores, os senadores, os deputados, os prefeitos e vereadores eram eleitos pelo voto direto. Mas as mulheres e os analfabetos não tinham o direito de votar, muito menos o direito de se candidatar.

Quem participava desse jogo? Quem podia se candidatar a cargos públicos? Na Primeira República, as oligarquias monopolizavam o espaço político parlamentar. Quer dizer, os presidentes da República, ministros, senadores e governadores tinham origem, principalmente, em famílias de grandes proprietários de terras, os quais formavam as **OLIGARQUIAS** estaduais.

A partir do governo do presidente Campos Sales (1898-1902), as relações entre a União e os estados passaram a ser ditadas pela chamada “política dos governadores”. Havia eleições para os cargos de senadores e deputados. Mas a Comissão de Verificação de Poderes só dava posse aos parlamentares mais votados de cada estado que pertencessem ao partido da situação, o partido do governador. Isso na prática significava o fortalecimento do governador e a impossibilidade de fazer oposição em cada estado. Assim, o presidente da República garantia o apoio de todos os governadores e dos parlamentares, ou seja, o Executivo governava sempre com o apoio do Legislativo.

OLIGARQUIA

Palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família.

ATIVIDADE



1.

Cada estado terá seu dono pessoal ou da família, de um chefe ou de um grupo fechado: Minas Gerais terá o domínio da Tarasca; São Paulo, do Partido Republicano Paulista; o Rio Grande do Sul não sairá, durante vinte e cinco anos, das mãos férreas de Borges de Medeiros; o Ceará caberá aos Aciolis; Nery conquistará o Amazonas; Rosa e Silva terá o Pernambuco ao seu dispor (FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1975, p. 586).

No texto anterior, o jurista Raymundo Faoro faz uma crítica ao sistema político da Primeira República. Como vimos, a República propõe, em contraposição à monarquia, a rotatividade no poder. Explique por que Faoro identifica os “donos” de alguns estados da federação.

RESPOSTA COMENTADA

Na Primeira República, a Comissão de Verificação de Poderes reconhecia apenas os candidatos eleitos pelos partidos dos governadores em cada estado. Quer dizer, independentemente dos resultados eleitorais, o poder continuava com as oligarquias relacionadas aos governadores.

À MARGEM DO JOGO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Se as disputas políticas através dos partidos eram limitadas às oligarquias, os demais grupos sociais procuravam conquistar seus direitos de outras maneiras. No sertão da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris, entre 1893 e 1897, os sertanejos formaram uma povoação: o Arraial de Canudos. Ali viveram cerca de 20 mil pessoas, sob a liderança do beato Antônio Conselheiro, sem depender dos grandes proprietários de terra, nem se abrigar sob a proteção da Igreja Católica. A notícia dessa comunidade chegou à capital da República sob o argumento de que Antônio Conselheiro era um monarquista e de que os seus seguidores eram “fanáticos”. O presidente mandou uma expedição do Exército para o sertão. Depois de um mês e meio de luta entre os sertanejos e os soldados do Exército, o Arraial foi arrasado e sua população dizimada.

Nas cidades, os operários e operárias das fábricas de tecidos, por exemplo, se organizavam em associações de ajuda mútua para reivindicar melhores condições de trabalho. Havia muitos trabalhadores anarquistas, socialistas e comunistas militantes que lutavam por transformações políticas e sociais para garantir um mundo melhor para suas famílias.

Em 1917, houve uma greve geral em São Paulo. Os marinheiros, no Rio de Janeiro, promoveram um movimento conhecido como a Revolta da Chibata (1910). Não aceitavam que mesmo após a abolição da escravidão (1888) continuassem a ser penalizados através de castigos físicos, como os escravos no século XIX.

Entre os militares também havia insatisfação com o regime político. Durante a Primeira República, houve uma série de revoltas militares: Revolta do Forte de Copacabana (1922), Revolução de 1924 (São Paulo), Coluna Prestes – Miguel Costa (abril/1925). Como os participantes dessas revoltas eram tenentes, esse movimento se tornou conhecido como “tenentismo”. Eles criticavam a organização política conquistada pelas oligarquias. Defendiam a centralização do Estado através de um poder Executivo forte e eram contrários ao sufrágio universal, entendiam que os trabalhadores não deveriam votar.

ECONOMIA

Durante a Primeira República, a produção do café era a principal atividade econômica do país. O café era o produto brasileiro mais exportado, cerca de 60% do valor total. Naquela época, a produção cafeeira cresceu muito, o que fez o preço baixar no mercado internacional. A maior parte dos cafezais era cultivada por fazendeiros paulistas; quando o preço diminuía, eles perdiam muito. Em 1906, foi assinado o Convênio de Taubaté que permitia a realização de um empréstimo para o governo intervir no mercado de café comprando o produto, impedindo que o preço caísse demais. Nem todos os políticos de outros estados da federação concordavam com o auxílio aos cafeicultores paulistas.

Ao longo da Primeira República, o país mudou bastante. A agricultura ainda era a principal atividade econômica, mas aumentavam as pequenas propriedades nas quais trabalhavam as famílias de agricultores. As cidades cresciam e a sua população também. A sociedade se diversificava, a classe média urbana e a classe operária cresciam.

CULTURA

No aniversário de 100 anos da Independência do Brasil foram realizados dois eventos importantes. No Rio de Janeiro, a Exposição Internacional do Centenário da Independência. Em São Paulo, a

Semana de Arte Moderna. Em ambos os casos seus participantes buscavam mostrar para o mundo uma imagem positiva do país. O que representava o Brasil independente? A Exposição Internacional construiu seus prédios justamente na área aberta após o desmonte do Morro do Castelo. A Semana de Arte Moderna reivindicava um Brasil moderno. Os modernistas buscavam romper com os padrões estéticos do academicismo e do romantismo nas artes, mas sempre valorizando a cultura nacional.



ATIVIDADE

2. Em 1922, Mário de Andrade publicou um livro chamado: *Paulicéa desvairada*. O que você pode observar a partir da leitura do poema “Paisagem nº. 4”, de Mário de Andrade?

“Os caminhões rodando, as carroças rodando / Rápidas as ruas se desenrolando, / rumor surdo e rouco, estrépitos, estalidos ... / E o largo coro de ouro das sacas de café! ...”

Em 1929, o parlamentar Adolfo Bergamini, denunciava no Congresso Nacional: “— Foi o preço eleitoral do café, fixado pela política paulista, que determinou esse fracasso, esse erro, pelo qual estão pagando quarenta milhões de brasileiros”. *Diário do Congresso Nacional*, 28/11/1929. In: Boris Fausto. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Qual a importância do café na poesia e na política da Primeira República?

RESPOSTA COMENTADA

Nesse período, a produção do café era a atividade econômica mais lucrativa. Na poesia de Mário de Andrade você pode perceber a integração de elementos modernos e de um símbolo da riqueza nacional: o café. Na Primeira República, a política de valorização do café gerou conflitos políticos entre as oligarquias paulistas e a de outros estados.

A ERA VARGAS (1930 – 1945)

Em 1930, Getúlio Vargas e outros políticos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba junto com alguns militares, tomaram o poder. Contaram com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. O que unia essas pessoas tão diferentes? Muitas das regras vigentes na Primeira República. Esse acontecimento entrou para a História como a Revolução de 1930. Os protagonistas queriam fazer uma “revolução” no país. Os historiadores concordam que eles foram bem-sucedidos porque esse fato inaugurou transformações que tiveram desdobramentos importantes de curto, médio e longo prazos na História do Brasil.

As oligarquias dissidentes e os tenentes eram extremamente críticos aos procedimentos eleitorais vigentes na Primeira República. Mas nem todos os políticos concordavam com os militares em instaurar um regime autoritário no país. Nem todos queriam “jogar fora a criança junto com a água do banho”. Logo após a posse de Vargas na presidência da República, o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais foram dissolvidos. Os presidentes de estado, como eram chamados os governadores, foram destituídos. Para ocupar os seus lugares foram nomeados interventores federais em cada estado. Tal medida extinguiu a “política dos governadores”, que garantia a autonomia dos estados, colocando-os assim sob controle direto do poder central.

Ora, as lideranças políticas dos estados, acostumadas a comandar o seu território, fizeram forte oposição ao governo de Vargas, sendo a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, a maior expressão dessa reivindicação por autonomia e participação política. O objetivo deles era justamente elaborar uma Constituição democrática. Os constitucionalistas foram vencidos militarmente, mas, em 1933, Vargas convocou eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte, conforme os revoltosos queriam. A Constituição de 1934 instituiu regras democráticas. No entanto, a partir de 1935, o governo voltou a defender medidas autoritárias. Em 1937, haveria eleições, mas Vargas não respeitou as regras do jogo e criou uma ditadura: o Estado Novo (1937 – 1945).

O ESTADO INTERVENCIONISTA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E ECONOMIA

Uma das características principais da Revolução de 1930 é a afirmação do Estado intervencionista. Do Estado como ator fundamental na política nacional. A Revolução de 1930 criou dois ministérios considerados “revolucionários”: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. De maneiras diferentes, ambos tinham como objetivo implementar políticas de incorporação da classe trabalhadora na política.

O cidadão trabalhador

O Ministério do Trabalho, a partir de uma nova legislação trabalhista, desenvolveu a idéia de uma cidadania por meio do trabalho. Na Era Vargas foram criadas várias leis regulamentando as relações de trabalho. Patrões e empregados passaram a seguir várias determinações do Estado. Vejamos algumas regras criadas nesse período:

- os patrões eram obrigados a empregar 2/3 de trabalhadores nacionais em cada empresa;
- patrões e empregados deveriam criar um sindicato para cada categoria profissional;
- todo trabalhador seria portador de uma Carteira de Trabalho;
- os horários de trabalho foram regulamentados;
- o trabalho de mulheres e menores de idade foram regulamentados;
- foi criada uma nova lei de férias.

O Estado passou a intervir nas relações de trabalho também através de órgãos relativos à fiscalização da legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho.

O cidadão brasileiro

O Ministério da Educação e Saúde Pública, por sua vez, cuidou de elaborar e divulgar a idéia de cidadania nacional (de identificação do Estado com a Nação). O sucesso da legitimidade do Estado-nação está na incorporação da idéia de nação por toda a sociedade, especialmente a partir do século XX. Os mais diferentes governos irão desenvolver

políticas públicas de legitimação do Estado junto à sociedade a partir da idéia de nação.

A educação escolar é uma das principais maneiras de socializar os indivíduos. É na escola que formamos muitos dos nossos valores. Na Era Vargas, o Estado investiu no “abrasileiramento” da educação. Muitas escolas públicas foram abertas. Ao mesmo tempo em que as escolas organizadas por comunidades de imigrantes italianos e alemães, principalmente, eram fechadas. As crianças precisavam aprender, em primeiro lugar, a língua, os costumes e a História do Brasil. Não podiam pensar que eram italianos ou alemães morando no Brasil, como seus pais ou avós, precisavam se identificar como brasileiras: cantar o hino nacional e se emocionar.

A indústria nacional

Durante o Estado Novo (1937 – 1945), o governo adotou uma política de incentivo à industrialização nacional. Tratava-se de substituir as importações pela produção interna. Um dos grandes desafios para o crescimento das indústrias no país era a implantação de indústrias de base. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, é um dos resultados dessa política. O governo negociou créditos no exterior para financiar, juntamente com recursos do próprio Estado brasileiro, a instalação da indústria do aço no país.

ATIVIDADE



3. Na Primeira República, Washington Luís identificava os operários como inimigos do progresso:

Homens vindos de outros climas, habituados por outras leis, materializados por sofrimentos por nós desconhecidos, exacerbados males que aqui não medraram, agitam-se e agitam o momento propício, como seja a carestia de vida, ... a falar de reivindicações de direitos que lhes não foram negadas, a reclamar contra situações que não existem (In: José Ênio Casalecchi. *O partido republicano paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1987).

Compare a política do Estado brasileiro diante das reivindicações do movimento operário na Primeira República e na Era Vargas.

RESPOSTA COMENTADA

Na Primeira República, o Estado não reconhecia o movimento operário como um interlocutor legítimo. A chamada questão social era tratada como caso de polícia. Na Era Vargas, o Estado enfrentou a questão social regulamentando as relações trabalhistas.

O REGIME DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)

Em 1945, os países aliados venceram a Segunda Guerra Mundial. Os regimes fascista e nazista foram derrotados pelos exércitos de países como os EUA, a Inglaterra, a URSS... e o Brasil. No entanto, como lutar na Europa contra regimes autoritários e manter um ditador no poder? As pressões internas pela democratização e o cenário internacional levaram ao fim do Estado Novo. Novamente, houve um processo de reelaboração das regras do jogo.

Um dos primeiros passos rumo à redemocratização é a criação de novos partidos políticos, instituições necessárias para a realização de eleições. Após o fim de regimes autoritários, é comum a criação de um partido (ou mais de um) identificado com a oposição e outro com representantes da antiga situação. Assim, se constitui o eixo de um determinado sistema partidário; quer dizer, a questão fundamental que diferencia os partidos e mobiliza a população em lados opostos: contra ou a favor. O sistema partidário criado em 1945 tinha como eixo fundamental o getulismo. De um lado, PSD e PTB. De outro, a UDN. Os demais partidos apoiavam um lado ou outro.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinha como objetivo atrair os trabalhadores mobilizados pelo getulismo e pelos sindicatos. O Partido Social Democrático (PSD) foi composto por políticos ligados a Vargas e à administração pública no Estado Novo. A União Democrática Nacional

(UDN) era o principal partido da oposição ao getulismo. Na Câmara dos Deputados, a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o PTB. Você pode perceber a força dos partidos através dos resultados eleitorais: os presidentes Dutra, Vargas e JK foram eleitos por alianças eleitorais entre o PSD e o PTB. Apenas Jânio Quadros foi eleito com o apoio da UDN.

Nesse período, em diferentes momentos, houve tentativas de romper com as regras democráticas. Alguns militares e políticos da UDN contestavam as vitórias nas urnas do PTB e do PSD. Mas apenas em 1964, os conspiradores foram bem-sucedidos. Em 1954, o desfecho da crise política foi o suicídio de Vargas. Em 1955, o marechal Henrique Lott impediu um novo golpe e assegurou a posse de Juscelino Kubitschek. Em 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou. De acordo com as regras constitucionais, o vice-presidente deveria assumir a presidência. Mas os três ministros militares eram contrários à posse de João Goulart. Isso criou um impasse, afinal superado devido à negociação entre os políticos e os militares. Chegou-se a uma solução de compromisso: o parlamentarismo. João Goulart tomou posse, mas os parlamentares aprovaram uma emenda mudando o sistema de presidencialista para parlamentarista. Assim, conseguiram diminuir os poderes do presidente e aumentar o peso do Legislativo.

ECONOMIA

Nesse período, principalmente a partir do segundo governo Vargas, há uma retomada da política industrialista iniciada nos anos 1940. Muitos industriais, burocratas e militares apoiaram esta iniciativa, todos entendiam que essa era a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico do país.

Os governos Vargas e Juscelino Kubitschek, através de políticas públicas, reforçaram o papel do Estado e das empresas públicas nos empreendimentos estratégicos da economia criando as bases para o desenvolvimento da indústria nacional. Durante o segundo governo Vargas, houve incentivo à produção industrial e a busca de soluções para o problema energético, representado essencialmente pelo petróleo e pela energia elétrica. Nesse período foram criadas importantes empresas como a Petrobras e a Eletrobrás. Em ambos os casos, houve grande

oposição de companhias estrangeiras, devido ao monopólio que seria exercido pelo Estado em áreas tão lucrativas.

No mesmo sentido, o governo criou uma instituição financeira pública, justamente para incentivar as indústrias nacionais: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atualmente denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a função de examinar projetos nas áreas de infra-estrutura energética, de transportes e siderurgia, assim como fazer a intermediação de financiamentos externos e internos.

CULTURA E POLÍTICA NO GOVERNO DE JK

Os anos 1950 no Brasil, especialmente no governo de JK, ficaram conhecidos como os anos dourados. Nas artes, em geral, o nacionalismo predominava. Artistas e intelectuais elaboravam projetos imaginando um grande futuro para a nação.

Na campanha, JK acenava com a construção de uma nova capital no centro do território nacional, justamente com a intenção de integrar o país. A construção de Brasília materializava essa busca pelo desenvolvimento. Um projeto político e cultural de crença na importância do planejamento de um futuro para o país. Na concepção urbanística e no traçado da arquitetura concretista de Brasília o que se quer destacar é a modernidade.

O rádio, o teatro e o cinema tornavam-se cada vez mais populares. Nos anos 1950, a produção de filmes brasileiros cresce. Um dos maiores sucessos eram as chanchadas: comédias de grande popularidade que faziam graça a partir de temas do cotidiano. Em muitos casos, expressava o nacionalismo em linhas semelhantes às do governo JK. É o caso do personagem de Grande Otelo, em *Garota enxuta* (1959), que defende: “O carro nacional não precisa de gasolina, anda só com o cheiro e ritmo do samba”.

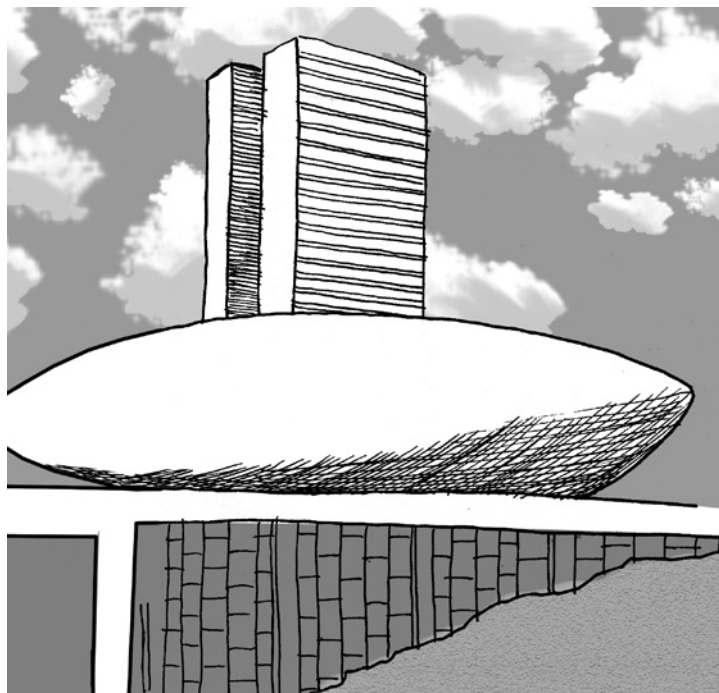


Figura 15.1: Congresso Nacional: um dos primeiros prédios construídos em Brasília.

ATIVIDADE



4.

O primeiro concurso que consegui fazer para o serviço público foi o do BNDES. Havia uma relativa motivação financeira, mas muito fraca (...) Mas havia um outro tipo de motivação, que era a instituição em si. Uma instituição nova, com um charme muito grande para as pessoas jovens. (...) Dentro do Banco, sempre houve essa tradição, essa convicção, de que as suas operações, sendo ele especializado em desenvolvimento num país subdesenvolvido, só deveriam ser para beneficiar empresas de controle nacional, salvo situações especiais (Affonso José Guerreiro. Diretor do BNDES (1972 – 78). Fonte: www.bndes.gov.br).

A partir do depoimento anterior, você pode perceber que a política econômica era bem recebida por parte da sociedade. Explique o sentido das medidas do governo que entusiasmavam alguns jovens a fazer parte desse projeto.

RESPOSTA COMENTADA

Você leu sobre os anos 1950 no Brasil e deve ter percebido que havia um clima de esperança no desenvolvimento nacional. A criação do BNDES foi uma das medidas da política econômica do Segundo Governo Vargas no sentido de incentivar a industrialização nacional.

A DITADURA CIVIL – MILITAR (1964 – 1979)

Você já deve ter escutado pessoas diferentes falando sobre 1964 de pelo menos três maneiras: revolução, golpe ou movimento de 1964. Cada uma dessas expressões caracteriza esse acontecimento de maneira distinta. Quem usa cada um desses termos? Por quê?

a. “Revolução de 1964”: os militares e os políticos que participaram da conspiração para depor João Goulart se consideravam “revolucionários”. Até hoje, as pessoas que concordam com esse movimento político usam essa expressão.

b. “Golpe” é uma abreviação de “golpe de Estado”: de fato, em primeiro lugar, o presidente da República João Goulart foi destituído do cargo devido a uma conspiração entre civis e militares. Isto quer dizer que ele saiu do poder diante da ameaça de uso da força, e não por motivos legais. Golpe é uma designação utilizada pelos opositores deste movimento, e destaca o aspecto violento da medida.

c. “Movimento de 1964”: muito utilizada por historiadores atualmente, indica a importância do apoio social ao golpe, enfatiza a participação da sociedade no regime. Muitas pessoas naquela época imaginavam que o presidente João Goulart transformaria o país em uma “república sindicalista” e que os comunistas podiam fazer uma revolução. Em 1964, depois que os militares ocuparam o poder, milhares de pessoas foram para as ruas comemorar nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” organizadas em várias cidades. Nesse sentido, nos referimos ao período como uma ditadura civil-militar, para não nos esquecermos de que muitos civis apoiaram o novo regime.

Mas a partir de abril de 1964, o Brasil tornou-se uma ditadura. No entanto, vale observar que há ditaduras bem diferentes. Não era uma

ATO INSTITUCIONAL

Durante a ditadura o governo federal expediu 17 atos institucionais, e por meio deles modificou vários artigos da constituição sem consultar o Poder Legislativo.

ditadura como a do Estado Novo (1937-1945), por exemplo. Depois da deposição do presidente João Goulart, o marechal Castelo Branco tomou posse na Presidência da República. Em 1965, Castelo Branco decretou o **ATO INSTITUCIONAL** n. 2, impondo novas regras para o jogo: a. os presidentes deixaram de ser eleitos pelo voto direto, passaram a ser escolhidos entre generais do Exército; b. os partidos políticos em atividade desde 1945 foram extintos, novas organizações deveriam ser criadas.

Algumas regras foram mantidas, havia eleições diretas para vereadores, deputados estaduais e federais, assim como para senadores. Mas nas eleições realizadas em 1978, parte dos senadores foi escolhida pelo Colégio Eleitoral. Em 1965, houve eleições diretas para o cargo de governador de estado, depois os governadores passaram a ser indicados pelo presidente da República. Os políticos criaram novas organizações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA apoiava o governo e o MDB era o partido da oposição.

Na oposição à ditadura havia vários grupos bem diferentes. Os deputados e senadores do MDB votavam contra os projetos do governo no Congresso Nacional, denunciavam a existência de tortura e de censura no país, e exigiam a volta da democracia. Mesmo alguns políticos da ARENA, em certos momentos, foram contrários à ditadura, como na renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso (1966). O movimento estudantil organizava passeatas denunciando as violências cometidas e conquistava o apoio de parte da população, como na Passeata dos Cem Mil (1968).

No final de 1968, o governo federal expediu o Ato Institucional n. 5. O AI-5 entrou para a história como a expressão do aprofundamento da ditadura ao conceder ao presidente da República os poderes de intervir no poder Legislativo:

- decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores;
- suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos e cassar mandatos de parlamentares federais, estaduais ou municipais.



Fonte: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro

Figura 15.2: Manifestação estudantil no Rio de Janeiro, 1968.

CULTURA E SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Os meios de comunicação são importantes canais de difusão cultural. Ao longo do século XX, houve uma importante diversificação de veículos de comunicação. Na ditadura, alguns aspectos culturais se destacam. Como os grandes jornais eram censurados, a imprensa alternativa teve grande expansão. Alguns jornalistas criaram tablóides — jornais de tamanho menor e de tiragem restrita — por isso, também de baixo custo, com o objetivo de denunciar o que o governo censurava. No Rio de Janeiro, o *Pasquim* se destacava aliando humorismo político e de costumes; em São Paulo, o *Opinião* era bastante influente entre a oposição ao governo.

Em contrapartida, nos anos 1960 e 1970, a indústria cultural teve grande expansão no país. A maior transformação no cenário cultural brasileiro foi a difusão da televisão e a transmissão de programas em rede nacional.



Figura 15.3: A economia em debate na imprensa alternativa, 1975.

A ABERTURA POLÍTICA

Mas, por que boa parte dos brasileiros apoiava o governo? Muitas pessoas ainda temiam os comunistas. No entanto, há outros motivos. No início dos anos 1970, a economia do país cresceu muito, o que gerou muitos empregos para a classe trabalhadora e aumentou os salários da classe média. Veja os índices anuais de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB): 9,5 % (1970), 11,3 % (1971), 10,4 % (1972) e 11,4 % (1973).

Em 1973, os países árabes produtores de petróleo organizaram-se na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o preço desse produto aumentou muitíssimo provocando uma diminuição no crescimento econômico de todos os países, a chamada “crise do petróleo”. No Brasil, colocou um ponto final no “milagre econômico” – crescimento de cerca de 10% do PNB durante quatro anos seguidos.

No ano seguinte, em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República com dois desafios: a. enfrentar a crise mundial procurando alternativas ao petróleo, para que o crescimento econômico

do país não continuasse caindo; b. encaminhar o Brasil para a democracia por meio de uma “abertura, lenta e gradual”. Nos dois casos, o governo encontrou obstáculos difíceis de contornar.

O governo brasileiro decidiu investir em energia nuclear e em hidrelétricas. Em 1975, assinou um Acordo Nuclear com a Alemanha, o que permitiu o início da construção de usinas nucleares em Angra dos Reis, RJ. Houve forte reação norte-americana, o governo dos EUA era extremamente crítico à difusão da tecnologia nuclear em países em desenvolvimento.

A oposição à ditadura aumentou bastante a partir de 1974, muitas daquelas pessoas que foram para as ruas dez anos antes já não apoiavam o regime. Em 1974, foram eleitos 16 senadores do MDB. Havia uma grande pressão para o retorno às regras democráticas. Entre os militares havia divergências, alguns entendiam que era o tempo de voltar aos quartéis, outros desejavam permanecer no poder. Somente através de muitas negociações, algumas regras do jogo voltaram a ser democráticas. Em 1978, deputados e senadores aprovam a Emenda Constitucional nº 11 que previa o fim do AI-5. Em 1979, algumas regras muito importantes foram modificadas. O Congresso Nacional aprovou a Lei da anistia, que garantiu liberdade aos presos políticos e permitiu o retorno ao país de pessoas exiladas. E a Lei da reforma partidária (o que tornou extintos ARENA e MDB e permitiu a criação de novos partidos).

ATIVIDADE



5. Os estudos sobre o movimento de 1964 e a ditadura civil-militar (1964 – 1979) mostram algumas nuances na participação de diferentes grupos sociais nesses processos históricos. Analise as atitudes de militares, de políticos, de estudantes e da sociedade em geral.

RESPOSTA COMENTADA

Os militares apoiaram o golpe em 1964. Na década de 1970 alguns defendiam a continuidade da ditadura, outros a “volta aos

quartéis". Os políticos da Arena apoiavam o governo, os do MDB faziam oposição. O movimento estudantil foi um importante campo de oposição ao regime. O movimento de 1964 teve um apoio social considerável. No entanto, devido ao aprofundamento da ditadura, muitas pessoas passaram a apoiar a oposição e votar no MDB.

DE 1980 A 2000: UMA NOVA DEMOCRACIA E NOVOS DESAFIOS ECONÔMICOS

Dos anos de 1980 para cá, o Brasil passou por um processo de consolidação da democracia. Desde a posse de José Sarney (1986 – 1989), o regime democrático não foi mais interrompido. Em 1988, deputados e senadores aprovaram a atual Constituição. Em 1989, depois de tantos anos, os brasileiros votaram em Fernando Collor de Mello para presidente da República. No entanto, devido a vários crimes de corrupção, o Congresso Nacional seguiu a Constituição e votou o seu impedimento. Nenhuma regra foi desrespeitada, ao contrário, o vice-presidente assumiu e completou o mandato. De lá para cá, as maiores mudanças aconteceram na esfera econômica.

A partir do governo Collor, houve importantes transformações na gestão do Estado e na política econômica brasileira. O modelo de Estado como empresário e incentivador da economia nacional vigente no país desde a Era Vargas foi substituído. Muitas empresas de eletricidade, mineração, telefonia e bancos públicos foram privatizados sob o argumento de que não eram eficientes e/ou de que não era necessário que o Estado atuasse em determinadas áreas da economia. No mesmo sentido de tornar o Estado menor, muitos órgãos da administração pública foram extintos. A nova política econômica neo-liberal abriu o país para os investimentos do capital estrangeiro em áreas antes reservadas ao capital nacional. Os impostos relativos à importação de bens de consumo, por exemplo, diminuíram significativamente. O que gerou crises em alguns setores industriais no país, como o têxtil.

CONCLUSÃO

Como você pôde acompanhar nesta aula, ao longo da República houve uma disputa entre diferentes atores sociais pela participação política junto ao Estado brasileiro. Proprietários de terras, industriais, militares, profissionais liberais e trabalhadores defenderam as suas idéias sobre como organizar a República.

A história da República é uma história da ampliação da cidadania no país, através das disputas sociais e políticas pela participação no Estado e pelo reconhecimento de direitos de determinados grupos. Mas os nossos direitos não estão assegurados para sempre, é preciso estar atento todos os dias para o seu cumprimento.

ATIVIDADE FINAL

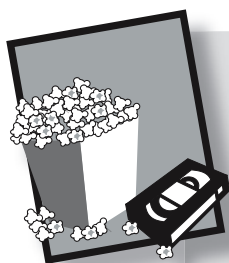
Ao longo da aula, você estudou a história da conquista de direitos desde a proclamação da República. Escreva uma redação sobre a conquista e a perda de direitos políticos e sociais na história do Brasil republicano comparando os períodos: a. Primeira República; b. Era Vargas; c. a experiência democrática de 1945 – 1965; d. a ditadura civil-militar; e. dos anos 1980 até hoje.

RESPOSTA COMENTADA

Na Primeira República, a Constituição previa direitos políticos, não tratava de direitos sociais. Durante a Era Vargas, os direitos políticos foram negados no Estado Novo, mas foram criadas várias leis trabalhistas. Entre 1945 e 1964, os direitos políticos e muitos direitos sociais foram respeitados. Na ditadura, os direitos políticos foram cerceados. Desde os anos 1980, os direitos políticos são respeitados.

RESUMO

Desde a proclamação da República, nós podemos identificar a expansão da cidadania no país. Na Primeira República (1889 – 1930), apenas uns poucos decidiam sobre a ordenação política e econômica do país. Na Era Vargas (1930 – 1945), foram extintos os direitos políticos e regulamentados os direitos sociais. Durante a experiência democrática de 1945 a 1964, os brasileiros reconquistaram os direitos políticos e lutaram pela ampliação dos direitos sociais. O movimento de 1964 diminuiu o alcance da participação política, cassou parte dos direitos políticos; não garantiu os direitos civis e, através da repressão, dificultou a reivindicação dos trabalhadores por direitos sociais.



MOMENTO PIPOCA

Muitos filmes abordam a história da República no Brasil, seja focalizando alguns governos ou temáticas.

1. *Os anos JK – uma trajetória política*. Direção: Sílvio Tendler. Documentário, 1980, 110 minutos, Caliban.

Documentário sobre a história do Brasil contemporâneo tendo como fio condutor a vida pública de Juscelino Kubitschek: prefeito de Diamantina, governador de Minas Gerais, presidente da República e senador cassado.

2. *Jango*. Direção: Sílvio Tendler. Documentário, 1984, 110 minutos, Caliban.

Documentário sobre a trajetória política de João Goulart: ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e de JK, presidente da República deposto em 1964.

3. *Vlado 30 anos depois*. Direção: João Batista de Andrade. Documentário, 2005. 90 minutos, Oeste Filmes.

Documentário sobre a prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI), em São Paulo.

SITES RECOMENDADOS

www.cpdoc.fgv.br

No portal do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) você encontra artigos acadêmicos, entrevistas e fotografias de época. Além disso, a documentação do Arquivo Getúlio Vargas foi digitalizada e pode ser consultada pela internet.

www.bndes.gov.br

Através do portal do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) você pode conhecer os objetivos, a estrutura e um pouco da história dessa instituição que continua em atividade desde os anos 1950.

O Brasil republicano 2

AULA

16

Meta da aula

Analisar o perfil da República brasileira a partir dos momentos originais de sua criação.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- identificar e contextualizar as principais revoltas populares da República Velha, estabelecendo orientações para o trabalho didático de outros movimentos;
- relacionar as revoltas populares da República Velha com o caráter excludente constitutivo do regime republicano brasileiro;
- reconhecer, no âmbito dos conhecimentos das revoltas populares da República Velha, abordagens possíveis para aplicação no ensino de História nas Séries Iniciais, que estejam em consonância com os PCN.

Pré-requisitos

Os conteúdos históricos sobre o período republicano, abordados na Aula 15, serão, direta e indiretamente, utilizados nesta aula.

INTRODUÇÃO

REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)

Guerra civil entre republicanos (pica-paus) e federalistas (maragatos), iniciada no Rio Grande do Sul, contou com a participação posterior de Santa Catarina e Paraná. Traduziu o descontentamento local com a liderança de Júlio de Castilhos (republicano) sustentado no poder pelo governo de Floriano Peixoto. Recebeu o apoio da Revolta da Armada, iniciada em julho de 1893, evidenciando divergências sobre a política centralizadora e o domínio do Exército nos primeiros anos da República.

ANARQUISMO

Corrente sociopolítica que nega o poder do Estado e preconiza ampla liberdade individual. Surgida em meados do século XIX na Europa, teve nas primeiras décadas do século XX importante influência sobre o movimento operário. Preconizava a substituição do Estado burguês pela cooperação entre indivíduos livres. Desprezava a organização em partido, considerando os sindicatos a organização natural da sociedade. Defendia a greve como instrumento de protesto.

Em geral, a História dos vencedores tende a ser mais divulgada e a dos vencidos apagada, esquecida, relegada a um segundo plano.

No ensino de História observa-se claramente esse fenômeno quando percebemos a pouca ênfase que se dá à abordagem das revoltas populares do períodos Colonial, Imperial e Republicano. Estamos falando de movimentos, em sua grande parte, derrotados com violência ou que tiveram seu êxito abafado.

Nesse sentido, é importante recordarmos o papel questionador da organização social, política e econômica que essas revoltas tiveram. Essa percepção pode contribuir, decisivamente, para a formação de cidadãos atuantes e conscientes dos seus direitos.

OS EXCLUÍDOS DA “ORDEM” E DO “PROGRESSO”

Os primeiros anos da República não foram nada tranquilos. Diversos grupos políticos disputavam entre si o controle do Estado, ao mesmo tempo em que a população rural e urbana mostrava seu descontentamento com uma política que se consolidava de forma oligárquica, perpetuando os privilégios dos grandes proprietários de terras e mantendo exclusões sociais antigas.

Já no início da década de 1890, a própria Marinha se revoltou contra o governo republicano criado por um golpe do Exército e estourou a **REVOLUÇÃO FEDERALISTA** no sul do país.

O movimento operário cresceu muito, apoiando-se principalmente nas idéias **ANARQUISTAS**. As greves se multiplicaram e a repressão do governo foi implacável, pois a greve era negócio de polícia! Os imigrantes envolvidos na liderança do movimento operário eram presos, surrados e expulsos do país. Mas, quais eram as reivindicações desses indivíduos? Lutavam por melhores condições de trabalho (jornada de oito horas, salários mais altos, condições de segurança e higiene nas fábricas, regulamentação para o uso da força de trabalho de mulheres e crianças etc.) e de vida (diminuição do preço dos alimentos que sofriam acréscimos com a especulação dos comerciantes, melhores habitações, respeito aos direitos civis, ampliação dos políticos etc.).

Foram, entretanto, as grandes revoltas populares que abalaram a República mais duramente no seu início. Vejamos, sinteticamente, algumas dessas rebeliões.

REVOLTA DE CANUDOS

Movimento rural ocorrido na Bahia entre 1893 e 1897, sob a liderança de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, o fundador do arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris.

As origens do movimento prendem-se, basicamente, às crônicas dificuldades de vida dos grupos sertanejos locais e também ao mandonismo regional exercido pelos coronéis.

Antônio Conselheiro, nascido em Quixeramobim, no Ceará, era filho de um pequeno comerciante. Tendo recebido, considerando sua posição social, uma instrução incomum para a época (estudou Latim, Francês e Português), após a morte do pai, sem conseguir pagar as dívidas contraídas, teve de fechar o pequeno negócio familiar. Exerceu várias profissões e acabou, por fim, trabalhando como itinerante o que o possibilitou percorrer diversas cidades. Nessa peregrinação pelo sertão ganhou fama de beato, incentivando a realização de obras pias (construção de Igrejas e cemitérios, por exemplo) e pregando em praça pública, com o consentimento da Igreja, o amor a Deus e a retidão pessoal. Ganhando seguidores, formou o arraial de Bom Jesus na Bahia no qual viveu por doze anos. Sua liderança passou a gerar descontentamento junto às autoridades, chegou a ser preso, mas foi solto.

Em 1893, um incidente grave ocorreu: comandados por Antônio Conselheiro, seus seguidores queimaram as tábuas onde estavam afixados os editais de cobrança de impostos. Atacados por tropas do governo, embora vitoriosos, abandonaram a região, fundando o arraial de Canudos (Belo Monte), o qual chegou a abrigar 30.000 pessoas e ter mais de 5.000 casas.

Em Canudos, havia o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, sendo os excedentes comercializados com as comunidades que circundavam o arraial. A propriedade da terra era coletiva. Politicamente, a autoridade do governo era negada, alegando-se que a República era “exterminadora da religião” (separação Estado e Igreja) e que o Imperador havia sido “vítima de traição”, graças aos ódios levantados com a abolição da escravidão promovida por sua filha, a princesa Isabel. Contudo, as normas de conduta exigidas por Antônio Conselheiro eram rígidas.

FLÁVIO DE BARROS

Foi o fotógrafo que documentou os últimos momentos da guerra, tendo chegado em Canudos a 26 de setembro de 1897, acompanhando a Divisão de Artilharia Canet. Das fotografias originais de Flávio de Barros, são conhecidas três coleções que pertencem ao Museu da República, no Rio de Janeiro (72 fotos), ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (68 fotos) e a Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo (24 fotos). Na foto acima mulheres, crianças e velhos, aprisionados no final da guerra (<http://www.portfolium.com.br/fotografia.htm>, consultado em 2/5/2006).

A REVOLTA OU GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

Ocorreu no Sul do país em uma região – de cerca de 48.000 km² – disputada por Santa Catarina e Paraná, conhecida, por isso, como Contestado. A região, rica em ervais nativos, era habitada por posseiros. A eclosão do movimento esteve relacionada à concessão de terras, por parte do governo, a duas companhias estrangeiras – a Brazil Railway e a Southern Brazil Lumbers Colonisation. Os sertanejos, liderados primeiramente pelo “monge” José Maria, pegaram em armas para proteger suas posses e seu sustento. Consideravam a luta uma “guerra santa”. Não reconheciam a autoridade do governo republicano, sendo, portanto, acusados de lutarem pela volta da monarquia.

Atacado, várias vezes, por tropas do governo, o arraial resistiu a três expedições, só sendo destruído na quarta, em 1897, sob o comando do general Arthur Oscar Guimarães. A foto de **FLÁVIO DE BARROS** que se segue mostra mulheres, crianças e velhos aprisionados no final da guerra.



Figura 16.1: Foto de autoria de Flavio de Barros intitulada “400 jagunços prisioneiros”. Fonte: Coleção Canudos, parte do acervo arquivístico do Museu da República – RJ.

Canudos, assim como a **REVOLTA DO CONTESTADO**, possuiu caráter *messiânico*, pois acreditavam na chegada de um enviado divino destinado a governar a comunidade com critérios de justiça e paz; e caráter *mlenarista*, pois, acreditavam que se iniciaria, em um futuro próximo, uma nova era de mil anos, repleta de felicidade e bem-estar para todos. Embora essas revoltas tenham cunho religioso forte, observa-se, claramente, seu engajamento na busca de uma organização social mais justa, diversa da vivida até então.

Obviamente que não cabe nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental trabalhar com profundidade essas revoltas; contudo, elas permitem refletir sobre temas relevantes para a sociedade brasileira.

Observe que as tais revoltas são emblemáticas de duas importantes questões que perduram em nosso país: a concentração de terras e o poder local dos grandes proprietários.

Dessa forma compreendemos, considerando que estão mantidas até os dias de hoje a estrutura fundiária brasileira – caracterizada pelo latifúndio –, as crescentes manifestações cada vez mais organizadas de questionamento da propriedade latifundiária da terra. O Movimento dos

Sem-Terra (MST) é um exemplo de organização e ação contundente sobre a questão, estando sujeito ao tratamento tradicionalmente dispensados àqueles que questionaram o monopólio da terra por poucos no Brasil.

Outro aspecto importante é que essas revoltas tiveram profundo vínculo com a religiosidade e com as lideranças religiosas não institucionalizadas. Nesse sentido, esses levantes podem ser o ponto de partida para a reflexão do poder político latente que a religiosidade traz dentro de si.



ATIVIDADE

1. Leia com atenção os fragmentos dos poemas que se seguem.

“Antônio Conselheiro”

(Patativa do Assaré, 1988)

Quem andar pela Bahia
Chegando ao dito local
Onde aconteceu um dia
O drama triste e fatal.
Parece ouvir os gemidos
Entre os roucos estampidos
E em benefício dos seus
No momento derradeiro
O nosso herói brasileiro
Pedindo justiça a Deus

“Canudos”

(Manuel Neto, 2000)

Ainda sangra sob o açude
majestoso sob a aurora nosso
povo luta e canta na memória
os algozes estão vencidos.

Fonte: <http://www.portfolium.com.br/poesia.htm>, consultado em 19/5/2006.

Podemos afirmar que os textos identificam a atualidade do movimento de Canudos e exaltam seu papel histórico. Justifique a afirmativa.

RESPOSTA COMENTADA

Os textos registram que a Revolta de Canudos foi um movimento de contestação da miséria e da desigualdade social que impera no nordeste até atualidade, cuja base está no latifúndio. Apesar de derrotado, Canudos deixou um exemplo de questionamento do status quo e da luta por melhores condições de vida que é referência até a atualidade.

REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA

A chamada Revolta da Vacina ocorreu durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) na cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, importante porto, era naquele tempo “bela e insalubre”, capital da República, isto é, apesar da sua paisagem encantadora não possuía condições de habitação, saúde e higiene para sua população e seus visitantes. Suas ruas eram estreitas, sujas e tomadas pelo comércio ambulante (os camelôs da época), dificultando a circulação das pessoas e das cargas para o porto. Este, por sua vez, era ultrapassado e inadequado ao crescente volume de café que ali chegava para embarcar. A cidade era tomada pelos mosquitos, pelos ratos e pelos dejetos de toda espécie, permitindo que as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, por exemplo, proliferassem.

Objetivando modificar a imagem da capital e “civilizá-la”, presidente Rodrigues Alves estabeleceu seu programa de governo: *o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro*. Para tal, associou-se, em 1903, a dois homens: Pereira Passos (engenheiro nomeado prefeito) e Oswaldo Cruz (médico sanitarista nomeado diretor da Saúde Pública). Ao primeiro caberia a responsabilidade de proceder às reformas na cidade e no porto com a ajuda de Francisco Bicalho (reforma do porto) e Paulo de Frontin (reforma do centro da cidade). Oswaldo Cruz teria a função de acabar com as epidemias.

Embora o programa de governo tivesse seu valor, sua execução ocorreu de forma impopular e autoritária. Seus executores receberam direitos ditatoriais para executar seus projetos. O descontentamento popular foi intenso, especialmente quando as reformas do centro da cidade iniciaram o “bota-abaixo”: as demolições de prédios antigos, muitos dos quais eram cortiços e pensões. Da noite para o dia, inúmeras pessoas ficaram desabrigadas, sem moradia, sendo sua maioria trabalhadores pobres e suas famílias as vítimas.

Nesse clima de desencanto e revolta para com o governo foi votada a lei que tornava a vacina contra a varíola obrigatória (31 de outubro de 1904); isto é, os grupos organizados pela Saúde Pública visitariam as casas para vacinar os moradores que não procurassem espontaneamente os postos de vacinação.

O caráter compulsório da vacinação foi explorado pela imprensa e pela oposição ao governo no Congresso. Leia, com atenção, a notícia publicada no Jornal *Correio da Manhã* de 7 de outubro de 1904.

“O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados através de diversas representações assinadas por milhares de pessoas.

De posse desta clava (...), vai o governo do Sr. Rodrigues Alves saber se o povo brasileiro já se acanhou ao ponto de abrir as portas do lar à violência ou se conserva ainda as tradições de brio e de dignidade com que, da monarquia democrática passou a esta República de iniquidade e privilégios” (Fonte: <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj10.htm>).

Alegava-se, especialmente, que se tratava de um desrespeito ao direito constitucional de liberdade e da propriedade privada, pois haveria violação dos lares, além da indignidade, para moral da época, da aplicação da vacina por homens desconhecidos nas mulheres, sem a presença e consentimento dos seus maridos ou dos seus pais. Em 10 de novembro de 1904 a cidade teve suas ruas, especialmente as do centro, tomadas por revoltosos.

A revolta durou mais de uma semana. Em 15 de novembro de 1904, o *Jornal do Comércio* descrevia os distúrbios:

“(...) As arandelas do gás, tombadas, atravessaram-se nas ruas; os combustores de iluminação, partidos, com os postes vergados, estavam imprestáveis; os vidros fragmentados brilhavam nas calçadas; paralelepípedos revolvidos, que servem de projéteis para essas depredações, coalhavam a via pública; em todos os pontos destroços de bondes quebrados e incendiados, portas arrancadas, colchões, latas, montes de pedras, mostravam os vestígios das barricadas feitas pela multidão agitada (...)” (Fonte: <http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj10.htm>).

Em meio ao tumulto popular, a Escola Militar da Praia Vermelha se rebelou, em 14 de novembro, tentando, inutilmente, liderar um golpe militar.

Nem mesmo a revogação do decreto, em 16 de novembro, acalmou os ânimos. A revolta não era só contra a vacina obrigatória, mas fruto do descontentamento popular com um governo autoritário que atendia só aos interesses de privilegiados.

A repressão foi difícil mas intensa, com muitas prisões. Prendia-se não só os revoltosos, como também, os ditos “desocupados”, aqueles sem emprego fixo, muitos dos quais viviam de biscates e do subemprego. A maioria foi – sem processo ou interrogatório – enviada, em porões de navios, para o Território do Acre. Você pode imaginar o que era o Acre em 1904! Era uma sentença de morte!

A complexidade da Revolta da Vacina possibilita várias abordagens interessantes no contexto do Ensino de História das Séries Iniciais. Primeiramente, seguindo a orientação dos PCN, poder-se-ia explorar a própria História da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, que era remodelada para atender às exigências do progresso.

Esse papel de vitrine que se projetava para capital na virada do século poderia ser inter-relacionada com momentos posteriores, que alteraram profundamente o *status* e o papel político da cidade do Rio de Janeiro, como exemplo, a transferência da capital federal para Brasília (1960) e da fusão, que acabou com o Estado da Guanabara (1975).

Um segundo aspecto bastante interessante, que também atende às diretrizes dos PCN, é o que diz respeito à compreensão das mudanças e permanências dos valores praticados por uma sociedade. Vários argumentos éticos embasaram a oposição à obrigatoriedade da vacina. Achamos engraçado hoje, por exemplo, ser considerado imoral uma mulher mostrar os braços nus! Temos dificuldade de compreender como um importante avanço da prevenção de doenças podia ser tão mal recebido! Na atualidade, contudo, temos outros dilemas éticos: eutanásia, clonagem, uso de cobaias. Nesse sentido, a revolta pode oportunizar o debate sobre costumes e valores ao longo do tempo, identificando mudanças e permanências, continuidades e descontinuidades.

Dada a complexidade dos assuntos aqui mencionados, fica claro que essas temáticas não devem ser aprofundadas, mas servirem de contraponto para trocas de informações e aquisição de conhecimento. Um bom exemplo de abordagem interdisciplinar seria a discussão de como a vacina atua no organismo humano ou que outras inovações da medicina foram importantes para a ampliação da expectativa de vida dos seres humanos.

Um terceiro aspecto a ser ressaltado é que a revolta ocorreu em uma conjuntura específica. Diante do descontentamento latente já existente na cidade em função da reforma urbana, a obrigatoriedade da

vacina não foi possível de ser suportada, gerando um movimento sem organização prévia, sem lideranças articuladoras. É importante perceber que, em conjunturas de crise, episódios aparentemente irrelevantes podem provocar manifestações da sociedade.



ATIVIDADE

2. Leia com atenção o relato do historiador José Murilo de Carvalho.

“A Revolta da Vacina permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa dos direitos dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo. Mesmo que a vitória não tenha sido traduzida em mudanças políticas imediatas além da interrupção da vacinação, ela certamente deixou entre os que dela participaram um sentimento profundo de orgulho e auto-estímulo, passo importante na formação da cidadania”. (Fonte: http://www.fiocruz.br/ccs/arquivosite/revista/n5_ago04/dias_revoltas.htm).

Relacione o depoimento do historiador com a abordagem proposta pelos PCN para o ensino de História.

RESPOSTA COMENTADA

A manifestação popular deve ser motivo de reflexão especial no ensino de História. Há uma longa tradição, arraigada na nossa cultura política, que a criminaliza. A defesa e a reivindicação intransigente de direitos de cidadania, mesmo nas suas vertentes violentas, é uma conquista e, não, um caso de polícia. A sociedade precisa (re)significar esses processos como momentos históricos de sua própria formação e independência.

REVOLTA DA CHIBATA

Nome popular da revolta de marinheiros ocorrida em 1910, tendo como foco os maiores navios de nossa esquadra – o *Bahia* e o *Minas Gerais* –, sob a liderança de João Cândido.

A revolta estourou no dia 22 de novembro por ocasião da punição de um marinheiro do navio *Minas Gerais* com a chibata. Isso mesmo, com o chicote! Em plena República ainda se utilizava o chicote como mecanismo de punição. Dava-se a marujada brasileira

– recrutada compulsoriamente entre segmentos pobres da população, delinquentes e marginais – tratamento semelhante ao dos escravos. Não se pode deixar de mencionar que muitos desses marujos eram negros e mestiços, desconsiderados pelos, tradicionalmente aristocráticos, membros – brancos – do oficialato da Marinha.

Os revoltosos reivindicavam o fim dos castigos físicos, em especial a chibata, a diminuição das horas de trabalho, o aumento de soldo, a redução do tempo de serviço de 15 anos e novos critérios de recrutamento militar. Nenhuma dessas reivindicações nos parecem absurdas, mas foram tratadas com frieza e dureza pelo governo.

Os revoltosos pediam mudanças e anistia aos rebelados, ameaçando de bombardear os bairros chiques da capital caso não fossem atendidas suas exigências. Em três dias o Senado aprovou o acordo e o governo o ratificou. Entretanto, a anistia não foi respeitada, muitos foram expulsos dos quadros da Marinha, outros foram presos, torturados e mortos. Nem mesmo os protestos dos parlamentares puderam conter a repressão/traição.

ATIVIDADE



3.

Há muito tempo
Nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a História não esqueceu
Conhecido como o navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
(...)
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão

Na década de 1970, durante a Ditadura Militar, João Bosco e Aldir Blanc compuseram *O mestre-sala dos Mares*, que tratava da Revolta da Chibata. A censura criou dificuldades para os compositores, impedindo, inclusive, que houvesse referência a João Cândido como o almirante negro, o que levou a utilização da expressão navegante negro.

a. Justifique a preocupação da censura com a composição.

b. A preocupação da censura ressalta a importância que o ensino das revoltas populares pode ter. Explique.

RESPOSTA COMENTADA

A composição de João Bosco exaltava a revolta dos marinheiros e a liderança de João Cândido, o que era inaceitável no contexto de um regime ditatorial. Por outro lado, além de desvalorizar a hierarquia militar ao registrar em sua letra que João Cândido era conhecido como “almirante negro”, demarcava o caráter de revolta de segmentos excluídos da sociedade (“pessoal do porão”). A polêmica em torno da letra do samba não teve significado para grande parte da sociedade brasileira, desconhecadora da existência do movimento rebelde; por outro lado, fica claro que o caráter popular da rebelião servia, naquele momento, como estímulo à defesa de direitos. Nesse sentido, o conhecimento histórico desse processo é relevante como possibilidade de reflexão sobre o passado e o presente.

CONCLUSÃO

A proclamação da República, no Brasil, não significou igualdade civil, ampliação dos direitos de participação política, alteração da organização social e econômica.

A economia continuou agrário-exportadora, destacando-se a produção de café. O poder político republicano se consolidou de forma oligárquica, mantendo privilégios e acentuando exclusões. A grande maioria da população não viu sua vida melhorar em nada, até mesmo sentiu-a piorar nos primeiros anos republicanos. Nem mesmo a elite se entendia: as oligarquias agrárias brigavam entre si, o Exército lutava contra os civis, enquanto a Marinha combatia o Exército.

As revoltas se multiplicaram na cidade e no campo. Quantas delas, por terem sido rapidamente sufocadas, nem chegaram a ser registradas pelos que constroem a História? Quantas outras se sucederam nas décadas seguintes?

Se caminharmos ao longo do período republicano, muitos outros movimentos de rebelião poderiam ser explorados; assim como, poderíamos perceber a imensa interferência das forças armadas, notadamente do Exército, no processo político da República, proclamada por suas mãos.

É importante notar que nossa História não foi tão pacífica quanto querem que acreditemos. Nosso povo não foi tão inerte, desligado e alienado como disseram (e dizem!). Sua participação ativa para a melhoria de suas condições de vida e ampliação de seus direitos sociais e políticos fizeram, e fazem, parte do cotidiano da República, dita promotora da *ordem* e do *progresso*.

ATIVIDADES FINAIS

Café! Café

(Monteiro Lobato, 1919)

E o velho major recaiu em cisma profunda. A colheita não prometia pouco: florada magnífica, tempo ajuizado, sem ventanias nem geadas. Mas os preços, os preços! Uma infâmia! Café a seis mil-réis, onde já se viu isso? E ele que anos atrás vendera o a trinta! E este governo, santo Deus (...)

E depois não queriam que ele fosse monarquia... Havia de ser, havia de detestar a república porque era ela a causa de tamanha calamidade, ela com seu Campos Sales de bobagem. (...)

Aconselharam-lhe o plantio de cereais; o feijão andava caro, o milho dava um bom lucro. Nada! O homem encolerizava-se e rugia.

– Não! Só café! Só café! Há de subir, há de subir muito. Sempre foi assim. Só café. Só café!

E ninguém o tirava dali. A fazenda era uma desolação, a penúria extrema; os agregados andavam esfomeados, as roupas em trapos imundos, mas a trabalhar ainda, a limpar café, a colher café, a socar café. Os salários, caídos no mínimo, uma ninharia, o quanto bastasse para matar a fome. (...)

Sobe, há de subir, há de chegar a 30 mil-réis.

(...) A luta era gigantesca, de vida ou de morte. Pelo cafezal todo as ruas outrora vermelhas e varridas eram extensas faixas do verde vitorioso. A beldroega alastrava-se, o caruru já florescia, o picão derrubava as sementes novas para nova seara mais farta e pujante.

Pintassilgos inúmeros trilavam pelo chão banquetando-se à farta nas sementes dos capins. (...) O sol rompia todas as madrugadas, fecundo, forte, vencedor, criando seiva intensa, acariciando as ervas transbordantes. Chuvas contínuas davam à terra magnífica um fofo de alfobre. O velho Mimbua estava um espectro (...). Mas quando a boca se abria naquela barba hirsuta, o que vinha era uma coisa só: – Há de subir, há de subir, há de chegar a 60 mil-réis em julho. Café, café, só café...

Responda:

a. Que aspecto da estrutura agrária brasileira o texto ressalta?

b. Identifique a palavra utilizada pelo autor que evidencia a influência social desempenhada pelo proprietário de terras, mesmo na República.

c. Justifique a utilização de uma obra literária no contexto do ensino de História.

d. A economia brasileira se transformou especialmente a partir da década de 1930, mas permanências podem ser ainda identificadas. Aponte duas permanências de caráter econômico.

RESPOSTA COMENTADA

a. O texto ressalta o caráter agrário-exportador da economia brasileira, baseada no latifúndio monocultor, das primeiras décadas republicanas; b. A utilização da palavra agregados da dimensão da dependência dos trabalhadores em relação aos grandes proprietários; c. A utilização de obras literárias no ensino de História cumpre várias funções: proporcionar o conhecimento de textos com diferentes linguagens; divulgar a literatura nacional; oportunizar a interpretação mais aprofundada das histórias mediante a contextualização sua produção; d. O Brasil continua dependendo muito das exportações de produtos agrários, embora hoje se destaque a soja, e ainda adota o modelo de grande propriedade agrícola monocultora.

RESUMO

A partir do exemplo de algumas revoltas da República Velha, identificou-se eixos possíveis de discussão na sala de aula e abordagens que superam os limites da informação, incentivando-se a transferência dessa experiência para outros processos de rebelião.

LEITURAS RECOMENDADAS

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Essas obras retratam a exclusão social dos primeiros tempos da República no Rio de Janeiro e servem como ponto de partida para a reflexão sobre o regime.

Idade Contemporânea: a ascensão da burguesia

AULA

17

Meta da aula

Apresentar aspectos políticos, econômicos e culturais da Idade Contemporânea.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- reconhecer as estruturas econômicas, políticas e culturais da Idade Contemporânea;
- compreender as transformações ocorridas no mundo ocidental a partir das revoluções Francesa e Industrial;
- relacionar os assuntos aqui apresentados com o contexto atual.

Pré-requisito

Você precisará recordar alguns pontos da Aula 7 (História Moderna: a reinvenção do homem).

INTRODUÇÃO

ERIC J. HOBBSBAWM

Considerado um dos mais importantes historiadores atuais, além de velho militante de esquerda, foi membro de um grupo de historiadores marxistas britânicos, que nos anos 1960 buscaram entender a história da organização das classes populares em termos de suas lutas e ideologias, através da chamada “História Social”.

Você agora vai caminhar pelo período da História denominado Idade Contemporânea. Esse período teve início a partir da Revolução Francesa (1789) e chegou até o momento atual da história do mundo ocidental. Mas também podemos dizer que este foi o período em que as palavras “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo”, “socialismo”, “greve”, “nacionalidade”, “liberal”, “conservador”, “proletariado”, “crise econômica”, “máquina” e muitas outras foram cunhadas ou ganharam seus significados modernos. Tente imaginar o mundo moderno sem essas palavras e você descobrirá a importância deste período em que, segundo o historiador inglês **ERIC J. HOBBSBAWM**, o mundo sofreu e vem sofrendo a maior transformação desde os longínquos tempos em que o homem inventou a escrita, a agricultura, a metalurgia, a cidade e o Estado. É por este período de revoluções, impérios e extremos que vamos navegar nesta aula.

O COMEÇO: “LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE”

A Revolução Francesa inaugurou uma era: fortaleceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do planeta. Suas idéias influenciaram fortemente a política e a ideologia do mundo contemporâneo. Dentre outras coisas, a França, por exemplo, forneceu o conceito de nacionalismo, os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países.

Mas, preste atenção: no caso da França, o termo “revolução” não se emprega apenas por ser mais uma, e sim por ser *a* revolução de seu tempo, tempo em que não mais se aceitaria a dominação da nobreza, nem um sistema de privilégios com base nos critérios de casta, isto é, determinados pelo nascimento. Pela primeira vez se admitia um governo que, legitimado constitucionalmente, era submetido ao controle do povo por meio de eleições periódicas.

A separação entre Estado e Igreja; participação popular pelo voto; a educação pública (estatal e gratuita); o serviço militar generalizado; os direitos da cidadania; a igualdade dos filhos perante a herança e a igualdade de todos perante a lei; o divórcio; a abolição das torturas e dos castigos físicos, acompanhada do abrandamento das leis penais; os primórdios da emancipação feminina; a extensão da cidadania

aos judeus; a condenação da escravidão e a imorredoura idéia de que devemos viver em liberdade, igualdade e fraternidade, lema da revolução que se universalizou, tornando-se no decorrer do século seguinte uma bandeira da humanidade inteira – esses elementos fizeram a Revolução Francesa ser considerada o mais importante acontecimento da História contemporânea. Inspirada pelos ideais iluministas, ecoou em todo o mundo, pondo abaixo regimes absolutistas e ascendendo os valores burgueses.

A QUEDA DO ANTIGO REGIME

Mas como e por que a França atingiu esse grau de necessidade e capacidade de mudanças? É isso que você vai ver agora: por volta de 1789, a França era o país mais populoso da Europa e vivia um momento calamitoso. Os cofres reais ficaram vazios após a **GUERRA DOS SETE ANOS**. Na mesma época em que problemas climáticos agravavam a situação da agricultura – e aqui vale lembrar que cerca de 80% da população trabalhava no campo –, a indústria têxtil passava por grandes dificuldades devido à concorrência dos tecidos ingleses que inundavam o mercado interno da França, ocasionando desemprego e aumentando o número de famintos e marginalizados. Enquanto isso, alheios à vida miserável da maioria dos franceses, os nobres viviam uma vida de futilidades financiadas pelos impostos cobrados da população. Desinteressado do papel de governante, Luís XVI se mantém distante das atividades políticas. A rainha Maria Antonieta distraía a corte com boa música, jogos e festas caríssimas que arrastavam o país ao extremo da irresponsabilidade administrativa.

No verão de 1788, a França estava na bancarrota.

A nobreza boicotava todas as tentativas de reforma. Os custos da participação francesa na Revolução Americana foram fatais para a economia do país. Os camponeses precisavam de terra e a classe média francesa, ao mesmo tempo que ganhava confiança, desejava um poder político proporcional às suas posses e por isso atacava os privilégios garantidos à aristocracia.

Diante da crise, Luís XVI convocou os Estados Gerais em 1789. Os representantes da burguesia, com o apoio dos setores do clero, fundaram em 17 de junho a Assembléia Nacional, e no dia 20 do mesmo

GUERRA DOS SETE ANOS

Luta travada entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França, a Áustria e seus aliados (Rússia, Suécia e Espanha), de um lado, e a Inglaterra, a Prússia e Hannover, de outro. Foi o primeiro conflito a ter caráter mundial.

Deu continuidade a disputas não apaziguadas e a rivalidade colonial e econômica entre Inglaterra e França.

A guerra prosseguiu na América do Norte, com a expedição das forças britânicas contra franceses e indígenas. O ano de 1759 foi de vitórias britânicas – captura de Quebec, derrota do exército francês em Minden e destruição da frota francesa na baía de Quiberon.

Na Índia, a Inglaterra conseguiu o controle de Bengala em Plassey.

No ano de 1760, Montreal foi tomada. O almirante Boscawen atacou com sucesso as Índias Ocidentais francesas. Esses e outros fatos levaram franceses e austríacos a assinarem a paz com a Inglaterra (Tratado de Paris).

mês juraram manter-se reunidos até que se conseguisse a aprovação de uma Constituição. O rei aceitou, mas o fez apenas para ganhar tempo. Enquanto isso, concentrou tropas nos arredores de Paris para prender os deputados. A atitude do rei provocou um motim popular: o povo de Paris tomou a Bastilha, presídio do Antigo Regime, no dia 14 de julho de 1789. A queda da Bastilha juntamente com a formação da Assembléia Nacional marcaram o início da derrubada do absolutismo na França.



Figura 17.1: Caricatura sobre a decapitação de Luís XVI.

Fonte: <http://bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/história/tc2000/hisger20.pdf>

A Assembléia Nacional elaborou a Declaração do Cidadão e a Constituição Civil do Clero, que estabelecia a lealdade às instituições. A Convenção Nacional, que substituiu a Assembléia em 22 de setembro de 1792, proclamou a República. Após uma tentativa de fuga, Luís XVI foi guilhotinado em janeiro de 1793 (veja a **Figura 17.1**). As rebeliões na região da Vendée levaram ao estabelecimento do Terror, período durante o qual o Comitê de Salvação Pública, liderado por Robespierre, mandou executar centenas de aristocratas e oponentes da revolução, além de revolucionários moderados. As divisões entre os revolucionários levaram à execução de Robespierre em 1794 e à

formação de um Diretório moderado, que se consolidou no poder graças às vitórias militares francesas contra as potências absolutistas, nas quais se destacou Napoleão Bonaparte.

Quando o Diretório se transformou em consulado, Napoleão Bonaparte foi nomeado primeiro-cônsul. O general derrotou os exércitos ingleses, aliados dos monarcas absolutistas. Em 1812, proclamou-se imperador, mas, após uma desastrosa campanha na Rússia, as potências européias o obrigaram a abdicar e a se retirar para a ilha de Elba. Em 1815 Napoleão voltou à França, onde foi reconhecido como soberano pelo exército e pelo povo, mas acabou derrotado na Batalha de Waterloo e foi enviado ao exílio em Santa Helena, onde morreu em 1821.

Assim que o império napoleônico ruiu, as grandes potências se reuniram no Congresso de Viena para reorganizar o mapa político da Europa. Surgiu a Santa Aliança, organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão. Teve como principal objetivo promover a reorganização territorial da Europa e contou com representantes de todas as nações européias, pois não existia uma sequer que não tivesse ali seus interesses em jogo.



Se você achou Napoleão Bonaparte uma figura interessante e quer saber mais sobre ele e sua época, não deixe de visitar o *site* <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/mundo.htm>. Você vai saborear uma série de artigos sobre o personagem mais famoso da história da França.

O mapa da Europa e das colônias mudou bastante. A Inglaterra garantiu sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias e nas Antilhas. A Rússia recebeu parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia. À Prússia coube grande parte da região do Reno, na Alemanha. A Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália.

O Tratado de Paris impôs à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército de aliados pago por ela. Suas fronteiras permaneceram, de modo geral, as mesmas do Antigo Regime.

O período da Restauração na Europa foi interrompido por sucessivos movimentos revolucionários que expressaram o descontentamento

de setores populares diante das tentativas de restauração do Antigo Regime.

Após o Congresso de Viena, a Europa assistiu à batalha definitiva entre o liberalismo e o absolutismo. A febre revolucionária multiplicou as revoltas e as guerras civis, que culminaram nas revoluções de 1830 e 1848. Esse surto revolucionário deu o golpe de misericórdia no absolutismo e o avanço da industrialização foi responsável pela formação do proletariado urbano. Os trabalhadores se organizaram para lutar por melhores condições de vida e melhores salários.

ATIVIDADE



1.

Quem quiser falar com certa clareza da dissolução do governo deve, em primeiro lugar, distinguir entre dissolução da sociedade e dissolução do governo. O que constitui a comunidade, e leva os homens do livre estado de natureza para uma só sociedade política, é o acordo que cada um faz com os outros para se incorporar com eles e deliberar como um só corpo e, desse modo, formar uma única sociedade política distinta. O modo habitual, e quase o único, pelo qual essa união se dissolve é a invasão de uma força estrangeira (...)

(John Locke. *Dois tratados sobre o governo civil*.)

As idéias liberais consagraram um conjunto de atitudes próprias da burguesia.

John Locke (1623-1704) foi um dos filósofos a expressar essa visão de mundo que se fez presente nas revoluções do século XVII.

Leia com atenção o texto acima e explique como ele está relacionado com os acontecimentos da Revolução Francesa.

Você levará, em média, trinta minutos para resolver esta atividade.

RESPOSTA COMENTADA

Você deverá mencionar o caráter unificador dos direitos sociais da Revolução em conjunto com a derrubada do governo monárquico; além das tentativas externas de dissolução do movimento revolucionário francês.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

E já que começamos a falar de trabalhadores, é fundamental que você conheça outra grande revolução que ocorreu no início da era contemporânea: a Revolução Industrial britânica. Se o mundo foi influenciado política e ideologicamente pela Revolução Francesa, a economia moderna foi formada principalmente sob a influência dessa revolução.

Você com certeza sabe que, hoje em dia, a maior concentração populacional está nas cidades. Mas não foi sempre assim, no início do século XIX, a maioria da população européia vivia no campo; a terra ainda era a principal fonte de riqueza. Apesar disso, a indústria já havia iniciado seu desenvolvimento.

Vários fatores contribuíram para revolucionar a forma de produzir manufaturas: utilização da energia do vapor e inovações técnicas que originaram o maquinismo; ampliação das vias de comunicação, com a construção de canais e novos sistemas de pavimentação; ampliação dos mercados consumidores por causa do aumento da população e do colonialismo europeu; existência de capitais provenientes do comércio colonial, dos bancos e da agricultura; aumento da produção de matérias-primas, estimulado por novos sistemas de cultivo e mineração.

Esses fatores contribuíram para uma grande mudança nas relações de trabalho: se antes a maioria das pessoas vivia no campo ou em vilarejos e trabalhava em pequenos grupos, produzindo em pequena escala o que precisavam, com a Revolução Industrial as pequenas oficinas de artesãos foram, aos poucos, sendo substituídas pelas fábricas. As ferramentas foram trocadas pelas máquinas. As tradicionais fontes de energia, como água, vento e força muscular, foram substituídas pelo carvão e pela eletricidade.

Em contrapartida, o **CERCAMENTO** das terras comuns e a aplicação de novas técnicas no campo – tais como os novos sistemas de irrigação e a utilização de máquinas – expulsaram grande parte da população rural. Tal êxodo contribuiu para o rápido crescimento das cidades, onde a grande concentração da mão-de-obra em torno dos centros industriais originou um imenso contingente de operários, que passou a ter como única mercadoria sua força de trabalho vendida em troca de um salário.

CERCAMENTO

À medida que o comércio da lã aumentava, os proprietários de terras ingleses iniciavam o cercamento de seus campos abertos (num processo denominado *enclosure*, que surgiu no século XVI e se estendeu até o século XIX), expulsando os camponeses de seus lotes e acabando com os direitos tradicionais de utilização das “terras comuns” dos domínios. Os *enclosures* tinham por objetivo favorecer a criação intensiva de carneiros para o fornecimento de lã em bruto e, por isso, contaram sempre com o apoio do Parlamento.

UM NOVO CENÁRIO, UMA NOVA CLASSE

Ocorria o nascimento de uma nova classe: o proletariado.

Assim nasceu o capitalismo industrial, que concentrou a produção em grandes estabelecimentos, em detrimento dos artesãos que produziam manufaturas em casa.

A maioria das fábricas instalou-se perto das regiões mineiras, dos rios e dos portos. O rápido crescimento das cidades industriais alterou a paisagem urbana com as chaminés de suas fábricas.



Figura 17.2: Indústria têxtil na Inglaterra (século XVIII): trabalho infantil e feminino.

Fonte: <http://paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/industrial/cang1.htm>

O resplendor do progresso não conseguiu ocultar as questões sociais, caracterizadas pelo recrudescimento da exploração do trabalho e das condições subumanas de vida: extensas jornadas de trabalho, sem direito a férias, sem garantias para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres (veja a **Figura 17.2**), mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal-iluminados e sem higiene; baixos salários e péssimas condições de alojamento, além do alto índice de promiscuidade.

Além das questões econômicas e trabalhistas, a expansão do capitalismo estimulou as idéias imperialistas que justificavam a colonização da África e da Ásia. Por isso os países europeus “democráticos” não quiseram abrir mão do controle econômico e político sobre suas colônias.

A contrapartida do discurso e das práticas liberais será encontrada nas teorias socialistas, representadas inicialmente pelos chamados *socialistas utópicos* e, depois, pelo *socialismo científico* de Marx e Engels. Do mesmo modo, as Internacionais Operárias (a primeira é de 1864) e a Comuna de Paris (1871) são reflexos da busca de uma nova ordem, distinta da ordem estabelecida, e de um discurso que continha a crítica ao estado burguês.

Liberalismo: Teoria política e econômica surgida no século XVII e que exprime os anseios da burguesia. Defende os direitos da iniciativa privada, restringe o mais possível as atribuições do Estado e opõe-se vigorosamente ao Absolutismo.

O SURGIMENTO DAS IDÉIAS SOCIALISTAS

As idéias socialistas ganharam espaço durante os **MOVIMENTOS DE 1848**, abrindo uma brecha entre a burguesia e o proletariado. Até então, esses grupos sociais haviam atuado conjuntamente contra a aristocracia.

O surgimento do marxismo, na verdade, não é obra só de Karl Marx (1818-1883), mas também de Friedrich Engels (1820-1895), que, além da colaboração ideológica, era industrial e pôde, por diversas vezes, ajudar Marx financeiramente nos momentos mais críticos. Escreveram juntos *Manifesto comunista* e *A ideologia alemã*, dentre outras obras, e conclamaram o proletariado: “Trabalhadores de todo o mundo, univos.” Estava lançada uma das ideologias mais marcantes da História Contemporânea: o comunismo.

Esses pensadores formularam suas idéias a partir da realidade social por eles observada: de um lado, o avanço técnico, o aumento do poder do homem sobre a Natureza, o enriquecimento progressivo; de outro, e contraditoriamente, a “escravização” crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida.

De acordo com Karl Marx, toda a história foi a história da luta de classes. Uma das primeiras formas de hierarquização dos membros foi a divisão homem/mulher, quando os homens começaram a explorar as mulheres. A luta de classes se origina, no entanto, no momento em que

MOVIMENTOS DE 1848

Série de revoluções na Europa Central e ocidental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, crises econômicas, falta de representação política das classes médias e nacionalismo despertado nas minorias da Europa Central e Oriental.

a sociedade passa a ser composta de diferentes castas. É a força motriz por trás da história. Ela teria começado com a criação da propriedade privada dos meios de produção. A partir daí, a sociedade passou a ser dividida entre *proprietários* (burguesia) e *trabalhadores* (proletariado). Na sociedade capitalista, os primeiros se apoderariam do que é produzido pelos últimos. Os trabalhadores seriam forçados a vender seu trabalho por uma fração do seu real valor, enquanto os proprietários se apoderariam do restante. A luta de classes, para ele, só acabará com a implantação do comunismo, quando as classes sociais deixarão de existir.

ATIVIDADE



2. “Proletários de todos o mundo, uni-vos.” Estabeleça as relações entre as correntes políticas que representavam e significam esse lema com a situação dos trabalhadores durante o advento da Revolução Industrial. Você levará, em média, trinta minutos para realizar essa tarefa.

RESPOSTA COMENTADA

Você deverá identificar a ideologia marxista com os problemas enfrentados pelos trabalhadores dentro do que Marx chamou de “luta de classes”.



Figura 17.3: Charge criticando o Imperialismo inglês na África.

Fonte: www.habanaelegante.com/Winter2003/Barco.html

Como você acabou de ver, o surgimento do capitalismo mudou o mundo e a superioridade militar e econômica da Europa provocou uma corrida imperialista. A África e a Ásia foram dominadas pela força das armas e do capital e, em poucos anos, as potências européias dominaram mais da metade da Terra (veja **Figura 17.3**).

Apesar dessa superioridade, as grandes potências precisavam obter matérias-primas para alimentar suas indústrias e mercados para escoar seus produtos. Além disso, o progresso expressado na utilização de máquinas causava desemprego e instabilidade social. As potências européias ocuparam novas terras visando, também, a resolver o problema do excedente de mão-de-obra. Entre 1835 e 1914, mais de sessenta milhões de europeus emigraram para outros territórios, inclusive para as Américas.

Durante esse período surgiram duas novas potências econômicas na América do Norte e na Ásia: os Estados Unidos e o Japão.

Este novo panorama mundial era permeado por um clima de rivalidade entre as grandes potências (Inglaterra, Alemanha e França, além da Rússia e do Japão) e deu origem ao que alguns historiadores

chamam de “paz armada”, ou seja, diante do risco de um conflito, as potências iniciaram uma corrida armamentista que estimulava a produção de armas e o fortalecimento de seus exércitos.

Os governos das grandes potências implementaram uma tática que consistia nos tratados de aliança entre si, com o objetivo de somar forças para enfrentar os rivais. Depois de muitas negociações e tratados bilaterais, a Europa, em 1907, ficou dividida em dois grandes blocos: a Tríplice Aliança (formada pelas forças da Alemanha, Áustria e Itália) e a Tríplice Entente (formada pelas forças da Inglaterra, França e Rússia).

Você já deve ter percebido que diante desse contexto a “paz” não podia durar muito tempo.

A ECLOSÃO DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Ao visitar Sarajevo, capital da Bósnia – região anexada ao Império Austro-Húngaro em 1908 – o príncipe herdeiro Francisco Ferdinando terminou sofrendo um atentado que lhe roubou a vida, juntamente com sua esposa, em 28 de junho de 1914. O autor foi um estudante nacionalista chamado G. Princip, ligado à organização secreta pan-eslavista denominada “Unidade ou Morte” (também conhecida como “Mão Negra”), que possuía vínculos na Sérvia e era rival dos austríacos na disputa pelo controle da região.

A partir de então, os acontecimentos se precipitaram. Em 6 de julho a Alemanha assegura seu apoio incondicional à Áustria, sua aliada (política de “carta branca”). Alguns dias depois a França renova seus acordos com a Rússia. Em 23 de julho, a Áustria responsabiliza a Sérvia pelo assassinato do príncipe herdeiro enviando um ultimato infamante que, se aceito, liquidaria com a independência do país.

Para saber mais sobre este atentado não deixe de ver a sugestão de filmes no fim desta aula.



Figura 17.4: Soldados alemães embarcando em trem, dirigindo-se para a frente de batalha.

Fonte: <http://bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/tc2000/hisger28.pdf>

Dada a negativa dos sérvios, os austríacos ordenaram a mobilização de suas forças armadas. Foi como se um imenso mecanismo político-administrativo-militar fosse posto em movimento e ninguém mais pudesse controlá-lo. No prazo de uma semana (de 28 de julho a 3 de agosto) todas as potências se mobilizaram e entraram em conflito.

Veja a **Figura 17.4**. Parece que estas pessoas estão indo para uma frente de batalha? Não? Mas estão! Nessa época multidões eufóricas invadiam avenidas, ruas e grandes logradouros, num furor patriótico inaudito! O enfasiamento do mundo burguês, acompanhado pelas tensões internacionais, transformou as declarações de guerra numa espécie de catarse coletiva, como disse um jovem: “É preferível a guerra a esta eterna espera.”

A guerra provocou grandes transformações na vida das populações européias – quase todos os segmentos sociais foram envolvidos, de alguma forma, pelo “estado de guerra”.

A economia foi direcionada para aumentar a produção dos artigos exigidos pela guerra – armas, munições, veículos de transporte etc. Como um grande número de homens participava dos combates, uma considerável parcela de mulheres ingressava no mercado de trabalho industrial, principalmente na Inglaterra, França e Itália.

A destruição de diversas estruturas produtivas, a escassez de alimentos e a subida dos preços dos gêneros de primeira necessidade atingiram a sociedade européia. Os governos impuseram medidas de

acionamento, e a fome espalhou-se por várias camadas da população, principalmente nas regiões próximas às zonas de combate da França e Alemanha.

O apoio financeiro e material dos EUA ao entrar no conflito foi decisivo para a vitória da Entente e de seus aliados. A partir do início de 1918, as forças da Alemanha ficaram isoladas e sem condições de sustentar os combates. Em 11 de novembro de 1918, o governo alemão assinou o armistício em situação bastante desvantajosa.

Em janeiro de 1919, realizou-se uma reunião para discutir as condições da paz. As condições impostas à Alemanha no pós-guerra foram duras: o país ficou desarmado, teve de pagar uma pesada indenização pelos custos da guerra e perdeu todas as suas colônias, além de ser obrigada a devolver a Alsácia e a Lorena para a França.

Como você pode observar, as idéias liberais e capitalistas causaram um verdadeiro turbilhão no mundo contemporâneo, e como você deve se lembrar, falamos de um outro conjunto de idéias que tinha como característica a rejeição ao mercado e ao capital: o comunismo. Você acha que o comunismo foi, também, capaz de provocar algum evento que “sacudisse” o mundo? Se disse sim, acertou! A Revolução Russa, inspirada nos ideais de Karl Marx, foi um dos grandes acontecimentos do século XX.

ATIVIDADE



3. No final do século XIX e início do século XX, por detrás de uma aparente tranquilidade do cenário político europeu, escondia-se um clima de instabilidade e tensão que acabou por mergulhar a Europa na Primeira Grande Guerra.

Destaque e comente dois dos fatores que contribuíram para essa instabilidade. Você levará em média vinte minutos para realizar essa tarefa.

COMENTÁRIO

Você deve comentar sobre a política de blocos militares antagônicos (Tríplice Aliança e Entente) e a disputa colonialista que acirrou os ânimos e conduziu à guerra.

A REVOLUÇÃO RUSSA

Marx supunha que o processo revolucionário seria desencadeado nos países mais industrializados, como a Inglaterra, onde o acirramento da luta entre classes antagônicas (capitalista e proletários) chegaria a um ponto insuportável. No entanto, a revolução socialista aconteceu em 1917 na Rússia, país de monarquia absoluta (czarismo) e de economia semifeudal, cuja industrialização começara apenas no final do século XIX.

A Revolução de 1917 ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, e o imenso e arcaico império russo não suportou o peso de uma guerra moderna. Em 1917, a burguesia russa tomou o poder durante alguns meses. No mesmo ano, o movimento da burguesia cedeu terreno para a primeira revolução socialista da história contemporânea. A partir de então, a possibilidade de ruptura dos padrões da sociedade burguesa e liberal tornou-se uma realidade no mundo em que vivemos.



Figura 17.5: Grandes proprietários de terras (à esquerda) e mulheres trabalhadoras (à direita).
Fonte: <http://bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/tc2000/hisger29.pdf>

BOLCHEVIQUE

“**Большевик**”, palavra da língua russa traduzida aproximadamente como “maioria” era um membro da facção de bolcheviques do Partido Trabalhista Social-Democrata russo liderado por Vladimir Lenin. A outra facção era conhecida como a dos mencheviques, da palavra “minoria”, e defendiam o entendimento moderado de diálogo entre os burgueses e soviets para a obtenção dos objetivos da revolução.

ESTADO TOTALITÁRIO

“Estado Total”, “Estado Máximo”. Regime político baseado na extensão do poder do Estado a todos os níveis e aspectos da sociedade. Pode ser resultado da incorporação do Estado por um partido (único e centralizador) ou da extensão natural das instituições estatais. Geralmente, é um fenômeno que resulta de extremismos ideológicos. Há totalitarismos de direita (nazismo) e de esquerda (stalinismo), embora essa catalogação seja redutora.

No final do século XIX, a Rússia, governada com mão de ferro havia tempos pelos czares, era o Estado mais extenso da Europa, abrigava povos e culturas diversos, com graves desequilíbrios sociais, econômicos e políticos (veja a **Figura 17.5**). Um dos principais problemas era a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Os opositores do regime eram perseguidos por um eficiente aparelho de repressão policial. Nesse clima, surgiram vários grupos de oposição. No final do século XIX, as idéias socialistas chegaram até a Rússia, onde o Partido Social-Democrata abrigava os socialistas russos, dentre eles, Vladimir Ilich Ulianov, popularmente conhecido como Lenin.

Quando os socialistas revolucionários derrubaram o czarismo em fevereiro de 1917, Lenin se encontrava exilado na Suíça. Retornando à Rússia, liderou a facção dos **BOLCHEVIQUES**, que tomou o poder em outubro do mesmo ano.

Em 1922, a Rússia tornou-se a União Soviética, com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, planificação econômica, reformas agrárias, nacionalização dos bancos, fábricas etc.

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas, considerando-se os entraves da economia semifeudal russa, a hostilidade dos países capitalistas, bem como os movimentos internos de contra-revolução.

Nesse período, o Estado foi de tal modo fortalecido que se transformou em **ESTADO TOTALITÁRIO**. Contrariando a orientação de Lenin e Trotski, Joseph Stalin, ditador da URSS entre 1924 e 1953, imprimiu ao socialismo um caráter predominantemente nacionalista, fortaleceu a polícia política, o exército e o partido único e desenvolveu o “culto à personalidade”. Menos preocupado com a teoria e mais com a formulação de máximas de ação, com ele o marxismo tornou-se dogmático, intolerante a qualquer forma de crítica, o que provocou inúmeros expurgos e perseguições, além de ter gerado um regime de terror que foi justificado pela necessidade de fortalecimento da ideologia oficial ameaçada.

Apesar do quadro opressor, a URSS transformou-se nos anos 1940 em uma potência mundial desenvolvida e industrializada. A planificação econômica rigidamente centralizada deu ênfase à indústria pesada, ainda que nos setores de agricultura e produção de bens de consumo tenham sido enfrentadas dificuldades maiores.

Como lhe disse anteriormente, a URSS transformou-se em um Estado totalitário, termo que surgiu para explicar alguns movimentos que aparecerão após a Primeira Guerra, que farão parte de um contexto que chamaremos período entre guerras.

O PERÍODO ENTRE GUERRAS

Do ponto de vista econômico e moral, o saldo da Primeira Guerra Mundial foi desastroso para a Alemanha. O otimismo do período pré-guerra foi substituído pelo pessimismo decorrente da crise econômica, do desemprego, da proletarização da classe média, tudo isso somado à humilhação sofrida com a derrota e a assinatura de um aviltante tratado de paz. O orgulho alemão recrudesce em manifestações de francofobia e de exacerbação do nacionalismo. A Itália, por sua vez, mesmo aliada com as potências vencedoras, não estava satisfeita com as vantagens prometidas e não concretizadas; a inflação e o desemprego geram um clima de agitação social.

A inflação e a alta do custo de vida eram reflexos da crise econômica que se tornara mais aguda quando, em 1929, ocorreu a “quebra” da Bolsa de Nova York, com repercussões mundiais. A Grande Depressão ocasionou desemprego em massa e falências, o que recrudesceu os antagonismos e, conseqüentemente, as críticas ao modelo econômico do liberalismo, incapaz de evitar crises como essas.

Os EUA e a Inglaterra reagiram à depressão criando mecanismos protecionistas que se tornaram conhecidos como o **ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL**. Mas na Alemanha e na Itália a crise favoreceu a atuação de partidos extremistas que promoveram a ascensão do fascismo e do nazismo? Notado principalmente nos comícios realizados por Hitler na Alemanha (veja **Figura 17.6**).

O posicionamento desses partidos contra o liberalismo apareceu na crítica ao tipo de liberdade estimulada pelo individualismo, liberdade que geraria conflitos enfraquecedores do Estado. Diante da inoperância da democracia liberal para resolver a crise, surgiram as alternativas que visavam sobretudo ao fortalecimento do Estado.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Construção européia que teve seu grande momento entre as décadas de 1940 e 1970. O lucro não era então a única medida das coisas.

A organização e a pressão dos trabalhadores (mais o medo do comunismo soviético, o “fantasma vermelho”) dirigiam os investimentos do Estado para políticas sociais como saúde, educação e manutenção da renda (seguro-desemprego, previdência etc). Também os empresários se beneficiavam, dispensados de pagar parte do salário dos empregados, já que bens sociais como educação e saúde eram assegurados pelo Estado e não pagos privadamente.



Figura 17.6: Comício nazista em Nuremberg, 1934.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=303>

As primeiras adesões ao nazismo e ao fascismo sugeriam uma tendência anticapitalista que aparentava, no início, ter um caráter revolucionário, logo desmentido. Na verdade, esses movimentos foram formas de reação de forças conservadoras que se manifestavam na aliança com grupos, cujos privilégios eram mantidos por meio de tarifas protecionistas, o que pôde explicar o fato de esses partidos terem chegado ao poder por via legal. Em troca, o Estado obteve o financiamento que possibilitou a “manutenção da ordem pública”, incluindo a ação anticomunista destinada a extirpar o “perigo vermelho”, foco de agitação sindical.

É interessante notar que, apesar de o verdadeiro poder vir da oligarquia e de nesses movimentos se encontrarem adeptos de todas as camadas sociais, inclusive proletários, foi da classe média que saíram os elementos formadores dos principais quadros. A fúria da adesão pequeno-burguesa talvez se explique pela constante ameaça da proletarianização em momento de crise.

O totalitarismo não foi um fenômeno político e social restrito à Itália, à Alemanha e à URSS. Possui uma dimensão mundial mais ampla, não podendo ser dissociado do capitalismo e de certas formas de comportamento autoritário que ocorreram em outras circunstâncias históricas.

Nos Estados Unidos, nos anos de 1950, a tendência direitista era chamada de macarthismo — levava o nome do deputado Joseph McCarthy. No Brasil, durante o Estado Novo (1937-1945), o integralismo foi uma espécie de fascismo que explorou o sentimento nacional e defendeu uma rígida e vertical organização corporativista e autoritária contra o “perigo vermelho”. Em Portugal, sob a ditadura de Salazar, o fascismo manteve-se como forma de organização político-social durante mais de quarenta anos. Defendia inclusive um arcaico sistema colonial, submetendo os povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Agora vamos falar da culminância desse contexto pós-Primeira Guerra, vamos falar do evento iniciado em setembro de 1939, que foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história, envolvendo 72 nações e presente em todos os continentes (direta ou indiretamente). Este evento gerou um número de mortos que superou os cinquenta milhões, havendo ainda uns 28 milhões de mutilados.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Uma das características da Segunda Guerra Mundial, talvez a mais brutal, foi a supressão da diferença entre aqueles que combateram no *front* e a população civil na retaguarda. Essa guerra foi total. Nenhum dos envolvidos selecionou seus objetivos militares excluindo os civis.

Atacar a retaguarda do inimigo, suas cidades, suas indústrias, suas mulheres, crianças e velhos passou a fazer parte daquilo que os estrategistas eufemisticamente classificavam como “guerra psicológica” ou “guerra de desgaste”. Naturalmente que a evolução da aviação e das armas autopropulsadas permitiu-lhes que a antiga separação entre linha de frente e retaguarda fosse suprimida.

Como em nenhuma outra, o engenho humano foi mobilizado integralmente para criar instrumentos cada vez mais mortíferos, sendo empregados a bomba de fósforo, o *napalm* e finalmente a bomba política de genocídio em massa (judeus, ciganos, homossexuais etc.), construída nos campos de concentração. Como bem disse o historiador R.A.C. Parker: “O conceito que a humanidade tinha de si mesma nunca voltará a ser o mesmo.”

Quase todos os historiadores concordam que a causa diplomática mais profunda da Segunda Guerra Mundial tem sua origem no Tratado de Versalhes, acordo assinado entre as potências vencedoras da Primeira Grande Guerra (Estados Unidos, Inglaterra, França) e as vencidas (Alemanha e Áustria).

As sanções aplicadas pelos vencedores tornaram-se fonte de amargos rancores, os quais foram facilmente explorados pela extrema direita nacionalista (nazistas e capacetes-de-aço, que começaram a proliferar na Alemanha a partir de 1919). O grande erro do Tratado de Versalhes foi ter ferido profundamente o sentimento nacional dos alemães. A questão patriótica, no entanto, não chegou a suprimir o potencial industrial alemão.

Você deve se lembrar da posição da Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial (veja o item “A expansão dos Estados europeus e a paz armada”), que, com seus 65 milhões de habitantes e sua tradição militar, fatalmente viria novamente reivindicar o seu lugar no rol das potências européias. Essa contradição entre potencial demográfico e industrial e o não-reconhecimento diplomático de um estatuto privilegiado para a Alemanha terminaram por fazer com que a ascensão de Hitler fosse

possível. A Tchecoslováquia e a Polônia assinaram tratados de defesa mútua com a França e com a Inglaterra. Esperava-se que esses dois países obrigassem os alemães a lutar em duas frentes – como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial – caso tentassem repetir o erro de 1914.

A Inglaterra, no período entre guerras, tornou-se cada vez mais apaziguadora, segura de ser uma ilha e de possuir a mais poderosa frota naval do mundo dando-lhe proteção suficiente, caso houvesse um novo conflito. Os Estados Unidos voltaram, nos 1920, a adotar a política do isolacionismo, não querendo envolver-se nas querelas dos países europeus. Estas ambigüidades e atitudes defensistas seriam habilmente exploradas por Hitler na década de 1930.

A EXPANSÃO DO NAZISMO

O governo de Hitler incitou o expansionismo e a anulação do Tratado de Versalhes, a devolução de suas colônias e a restituição dos territórios perdidos, especialmente aqueles que eram habitados por germanos. Em 1936, selou uma aliança com Benito Mussolini (estadista que governou com poderes ditatoriais a Itália, entre 1922 a 1943), criando o eixo Roma–Berlim. No mesmo ano, ocupou a Renânia militarmente, contrariando as disposições do Tratado de Versalhes.

Em 1938, invadiu a Áustria e a Tchecoslováquia, iniciando o projeto de formação da Grande Alemanha. No mesmo ano, assinou um pacto de não-agressão com a União Soviética de Stalin. Você se lembra de que um pouco acima falamos do erro de 1914? Pois o pacto com a URSS, a princípio, visava exatamente a isto: evitar a luta em duas frentes.

Em 1939 foi a vez da Polônia. Hitler invadiu seu território, exigindo a devolução do Corredor de Gdansk. Então, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Era o início da Segunda Guerra Mundial.



Figura 17.7: Ataque a Pearl Harbour.

Fonte: <http://bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/tc2000/hisger29.pdf>

Logo no início, o alinhamento de dois grandes blocos ficou claro: o dos Aliados, liderados pela Inglaterra, URSS – No dia 22 de junho de 1941, 150 divisões do exército nazista iniciaram a invasão da União Soviética. Estava rompido o pacto de não-agressão entre os dois países, assinado em 1939 por Hitler e Stalin –, França e Estados Unidos; e o que se formou em 1940, quando o Japão se juntou à Alemanha e à Itália para formar o Eixo: Roma-Berlim-Tóquio.

O período de 1939 a 1941 foi marcado por vitórias do Eixo, lideradas pelas forças armadas da Alemanha, que conquistou o Norte da França, Iugoslávia, Polônia, Ucrânia, Noruega e territórios no norte da África. O Japão anexou a Manchúria, enquanto a Itália conquistava a Albânia e territórios da Líbia.

Em 1941 o Japão atacou a base militar norte-americana de Pearl Harbour no Havaí, no oceano Pacífico (veja a **Figura 17.7**). Após esse fato, considerado uma traição pelos norte-americanos, os estados Unidos entraram no conflito ao lado das forças aliadas.

De 1941 a 1945 ocorreram as derrotas do Eixo, iniciadas com as perdas sofridas pelos alemães no rigoroso inverno russo. Nesse período, ocorreu uma regressão das forças do Eixo que sofreram derrotas seguidas. Com a entrada dos EUA na guerra, os aliados ganharam força nas frentes de batalhas.

Esse importante e triste conflito terminou somente no ano de 1945 com a rendição da Alemanha e da Itália. O Japão, último país a assinar o tratado de rendição, sofreu um forte ataque dos Estados Unidos, que despejou bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasáki,

provocando a morte de milhares de cidadãos japoneses inocentes, deixando um rastro de destruição nestas cidades.

Os prejuízos foram enormes, principalmente para os países derrotados. Foram milhões de mortos e feridos, cidades destruídas, indústrias e zonas rurais arrasadas e dívidas incalculáveis. O racismo esteve presente e deixou uma ferida grave, principalmente na Alemanha, onde os nazistas mandaram para campos de concentração e mataram aproximadamente seis milhões de judeus.

Com o final do conflito, em 1945, foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas), cujo objetivo principal era a manutenção da paz entre as nações. Iniciou-se também um período conhecido como Guerra Fria, colocando, em lados opostos, Estados Unidos e União Soviética. Tal período foi marcado por uma disputa geopolítica entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético, e ambos os países buscavam ampliar suas áreas de influência sem entrar em conflitos armados.

ATIVIDADE



4. Como você viu, o historiador R.A.C. Parker disse: “O conceito que a humanidade tinha de si mesma nunca voltará a ser o mesmo.” De acordo com o que você leu no texto, o que justifica esta afirmação em relação à Segunda Guerra Mundial?

Você levará em média vinte minutos para resolver esta questão.

COMENTÁRIO

Você deverá comentar sobre o papel dos novos armamentos e de como os civis foram afetados pelo novo modo de guerrear.

O MUNDO PÓS-GUERRA

O embate dessas duas superpotências que emergiram do pós-guerra vai ocorrer não no campo de batalha já que uma guerra, naquele momento, seria sinônimo de destruição da raça humana, em razão da multiplicação dos arsenais atômicos de ambos os lados, mas no terreno sombrio que passou a ser conhecido como Guerra Fria.

Outro efeito significativo do pós-guerra foi o processo de esfacelamento dos grandes impérios coloniais, principalmente com a perda do poderio de França e Inglaterra, duas grandes potências até a Segunda Guerra.

O crescimento populacional e econômico em vários países da Europa e da Ásia levou, ainda no século XVIII, a um tipo de colonização, com o caráter de dominação de povos que ocupavam territórios longínquos e dos seus recursos naturais, criando grandes impérios coloniais. Um dos aspectos mais importantes desta colonização foi a escravatura, com a “exportação” de uma grande parte da população africana para as Américas, com consequências nefastas, tanto para o Continente Negro como para os descendentes dos escravos, que perduram até hoje. Essa foi a primeira forma de imperialismo, em que vários países europeus, principalmente Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra (mais tarde o reino da Grã-Bretanha), constituíram grandes impérios coloniais abrangendo praticamente todo o mundo. A exploração desenfreada dos recursos dos territórios ocupados levou a movimentos de resistência dos povos locais e, finalmente, à sua independência, num processo denominado descolonização, terminando estes impérios coloniais em meados do século XX.

Outro legado importante do pós-Segunda Guerra foi a questão da condição da mulher na sociedade ocidental, que passou por significativas e permanentes mudanças. Ao substituir a mão-de-obra masculina durante a guerra, a mulher conquistou um espaço até então inédito do qual não houve mais retorno.

Os tempos de Guerra Fria foram repletos de graves crises que, em alguns momentos, abalaram seriamente o equilíbrio de forças, o qual por pouco não se desfez em um catastrófico conflito atômico. Talvez o maior exemplo tenha sido o caso da crise dos mísseis em Cuba, em 1962, quando o mundo esteve com sua respiração suspensa devido aos mísseis, instalados em Cuba pela União Soviética e a determinação dos Estados Unidos de retirá-los de lá. Além dessa, é relevante citar outros exemplos de crises que marcaram o pós-guerra, como a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1964-1975) (**Figura 17.8**).



Figura 17.8: Efeitos do *napalm* sobre a população na Guerra do Vietnã.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=147>

MURO DE BERLIM

Foi um símbolo vivo da divisão da Alemanha em duas entidades, a República Federal Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA). Este muro, além de dividir a cidade de Berlim ao meio, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos: Berlim Ocidental (RFA), que era constituído pelos países capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos da América; e Berlim Oriental (RDA), constituído pelos países socialistas simpatizantes do regime soviético. Caiu em 9 de novembro de 1989, ato inicial da reunificação das duas Alemanhas, que formaram finalmente a República Alemã. Muitos apontam este momento como o fim da Guerra Fria.

Mesmo com as crises, é neste período que aconteceu o que o historiador britânico Eric Hobsbawn chama de “Era de Ouro do Capitalismo”. A partir do final da década de 1950 até início da década de 1970, o mundo capitalista apresentou um crescimento extraordinário, agora sob uma nova condição, que era justamente aquela de que as contradições internas do próprio capitalismo não levariam a um conflito mundial, já que as contradições principais eram direcionadas ao combate ao socialismo. Simultaneamente, o sistema socialista começava a mostrar sinais de fragilidade. Se por um lado a URSS tinha conseguido se transformar em uma potência industrializada, erradicar o analfabetismo e resolver inúmeros problemas sociais como os relacionados à moradia e à saúde, por outro lado sempre cerceou a liberdade individual. Quanto à política, muito cedo a promessa de que o poder deveria ser dado aos soviets foi desmentida com a crescente identificação entre Estado e Partido Único. A centralização do poder criou a camada dirigente dos burocratas que mantinham privilégios e não conseguiam evitar a corrupção.

Na gestão de Leonid Brejnev (1964-1982), o gigante soviético começou a perceber nítidos sinais da crise que se avizinhava. No final dos anos de 1980 e no início da década de 1990, teve início a derrocada do Império soviético com o primeiro grande impacto que ocorreu em 1989: a queda do **MURO DE BERLIM**, evento que abriu espaço para a reunificação das duas Alemanhas divididas após a partilha do espólio da Segunda Guerra entre os mundos capitalista e socialista.

Entre 1991 e 1992, o comunismo da União Soviética recebeu o golpe final, com a implementação das políticas da **PERESTROIKA** e **GLASNOST** (reestruturação e transparência). Apesar da tentativa de comandar a transição de forma pacífica, o então líder soviético Mikhail Gorbachov sofreu um golpe, foi derrubado, mas voltou em um contragolpe encabeçado por Boris Ieltsin. Este último acabou assumindo o poder, que, por sua vez, promoveu o desmembramento da antiga União Soviética, com grande parte de suas Repúblicas se tornando países independentes. A Rússia, que era o coração do Império, no entanto, passou a enfrentar uma séria crise, tanto política como econômica, para se adaptar à nova realidade pós-socialismo.

Mantida pela força, a antiga “ordem” se desintegrou e os países-satélites – Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Bulgária, Romênia e Alemanha Oriental – proclamaram um a um a sua independência. Com exceção da Romênia, onde houve violência na deposição do ditador, nos outros países as revoluções eram chamadas “de veludo”, tal a “maciez” das transformações efetuadas, resultantes dos movimentos civis que reuniam pessoas de diversas tendências políticas.

Outro exemplo de ações tomadas no pós-guerra que você deve considerar, é o caso dos alemães. Ao fim da guerra, a Alemanha foi dividida pela primeira vez depois de se transformar em uma Nação – ela se transformou em uma nação em 1870. Então, até aquele momento ela se manteve uma nação unida, passando por guerras, mas unida. Foi dividida inicialmente em quatro forças (lado ocidental composto por EUA., França e Inglaterra e o lado oriental dominado pela URSS), que acabaram depois virando duas: a Alemanha Ocidental, voltada para os interesses do mundo capitalista, mais objetivamente os EUA; e a Alemanha Oriental, sob controle do “mundo soviético”.

Recentemente, na década de 1990, vimos a Alemanha passar pelo processo de unificação. Pense no seguinte: 45, 50 anos decorreram e acabaram formando situações muito diferente. E o que isso acarretou? Primeiramente, temos uma Alemanha Ocidental que era considerada a segunda economia do mundo, forte, extremamente desenvolvida, que, num dado momento, vê-se obrigada a receber uma espécie de “presente de grego” em termos econômicos. De certa forma ela vai ter de “carregar” uma Alemanha Oriental que tem não só um processo de desenvolvimento histórico dos últimos cinquenta anos diferente do dela, como também

PERESTROIKA

Ou “reestruturação da economia”, tinha por objetivo quebrar a rigidez do planejamento estatal com a introdução de elementos de regulação de mercado;

GLASNOST

Ou “abertura”, “transparência”; refere-se às reformas nas instituições políticas, visando à renovação dos quadros da velha e autoritária elite burocrática dirigente. Suas consequências foram a libertação dos presos políticos, a garantia da imprensa livre e da liberdade individual.

tem um desenvolvimento econômico completamente distinto (comunista). Isso obrigou a Alemanha a tentar encontrar seu rumo que se relaciona, sem dúvida, com o que a Segunda Guerra Mundial deixou.

Chegamos, dessa forma, à situação presente, na qual sobreviveu uma só superpotência mundial: os Estados Unidos. É a única que tem condições operacionais de realizar intervenções militares em qualquer canto do planeta (Kuwait, em 1991, Haiti, em 1994, Somália, em 1996, Bósnia, em 1997). Enquanto em uma fase anterior vivia-se na esfera da libra esterlina, agora é a era do dólar e do idioma inglês, que se tornou a língua universal por excelência. Pode-se até conjecturar que a globalização recente nada mais é do que a americanização do mundo acompanhada por uma sempre ascendente padronização cultural e de consumo.

Mesmo estando hoje distantes sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial e tendo agregado à raça humana uma série de elementos que determinaram novas realidades à existência do homem, como o fortalecimento das bases da democracia, especialmente no mundo ocidental e o desenvolvimento das tecnologias que têm ajudado a salvar vidas permitindo que o ser humano viva mais e melhor, ainda hoje podemos dizer que os alicerces construídos ao fim daquele triste conflito seguem dando base aos atores que determinam os caminhos por onde estamos a escrever nossa história.

ATIVIDADE FINAL

Quando o Muro de Berlim foi construído, em 1961, a União Soviética estava no auge de sua força – havia até mesmo se adiantado aos Estados Unidos na exploração espacial. Quando o Muro de Berlim foi derrubado, em 1989, a União Soviética estava em plena crise, e desapareceria dois anos depois. Explique essa reviravolta e a relação entre o Muro de Berlim e a União Soviética.

Você levará em média trinta minutos para responder a questão.

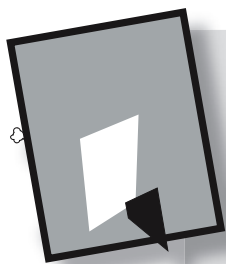
RESPOSTA COMENTADA

O Muro de Berlim tornou-se um dos mais expressivos símbolos de Guerra Fria. Na época de sua construção, a URSS controlava todo o Leste Europeu e estendia a sua influência a Cuba e a vários países africanos e asiáticos recém-emancipados.

Por outro lado, a queda do Muro, em 1989 – abrindo caminho para a reunificação da Alemanha e para a alteração do mapa geopolítico na Europa Centro-Oriental – reflete a situação de crise vivida pela URSS. Tal situação, que levaria ao fim da Guerra Fria, do “socialismo real” e da própria União Soviética, começou a evidenciar-se com a ascensão de Gorbachev (1985) e a implantação de seus projetos reformistas (Glasnost e Perestroika).

RESUMO

O período compreendido entre a Revolução Francesa até os dias atuais é um dos mais turbulentos da História do Ocidente. Tem como emblemas o fortalecimento do capitalismo, o Estado laico, as disputas ideológicas e as duas maiores guerras que o mundo moderno já viu. O poder estava diretamente ligado ao capital; os burgueses formaram uma elite especializada no controle deste capital, e a Igreja se separou do Estado. Foi pontuada, ainda, pelas mudanças nas relações de trabalho; pela dominação da natureza pelo homem; pela ascensão e queda do comunismo; pela ascensão e consolidação do poderio norte-americano e pelo grande desenvolvimento tecnológico. Além do mais importante fenômeno de nosso tempo, que é o processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e espacial e do barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no final do século XX: a globalização.



MOMENTO PIPOCA

A quantidade de filmes produzidos com temáticas referentes ao período deste estudo é imensa; por conta disso, vou recomendar a você uma série bastante rica reunida em seis DVDs lançados pela revista *Superinteressante*, chamada “Dias que Abalaram o Mundo”. São pequenos documentários de vários fatos de nossa época, como atentados terroristas, assassinatos famosos, guerras, crises políticas, descobertas arqueológicas e avanços científicos que marcaram nosso mundo para sempre.

LEITURA RECOMENDADA

Recomendo a você um livro chamado *Germinal*, de Emile Zola, que se refere ao processo de gestação e maturação de movimentos grevistas e de uma atitude mais ofensiva por parte dos trabalhadores das minas de carvão do século XIX na França em relação à exploração de seus patrões. Nesse período, alguns países passaram a integrar o seleto conjunto de nações industrializadas ao lado da pioneira Inglaterra, dentre os quais a França, palco das ações descritas no romance de Emile Zola.

SITE RECOMENDADO

Recomendo também que você visite o *site* História por Voltaire Schilling, do portal Terra. Nele você irá encontrar, em grande quantidade, textos de muita qualidade sobre todos os temas referentes ao nosso tempo. O endereço é <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/>. Divirta-se!

Mundo contemporâneo e a constituição da(s) identidade(s): a questão da orientação sexual

AULA

18

Metas da aula

Discutir a constituição da(s) identidade(s) na contemporaneidade através da reflexão sobre as questões de gênero e de orientação sexual e ressaltar a necessidade da inserção urgente dessas questões no ensino, a partir das transformações do mundo contemporâneo.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- avaliar a importância da inclusão da Orientação Sexual como tema transversal dos PCN;
- reconhecer os objetivos gerais para a Orientação Sexual no Ensino Fundamental;
- definir sexualidade, sexo, gênero e orientação sexual;
- aplicar questões que envolvem o tema sexualidade, inclusive na sala de aula, a partir de um referencial teórico atualizado.

Pré-requisitos

Para um melhor acompanhamento desta aula, recomendamos a leitura da Aula 3 da disciplina Fundamentos 2, que contextualiza detalhadamente os movimentos sociais da década de 1960. Além disso, a Aula 12 da disciplina História na Educação 1 será útil para o embasamento das questões desta aula, pois trata do conceito de cultura. Retome-as.

INTRODUÇÃO

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2001, p. 13).

No século XX, como já vimos, houve um profundo questionamento da racionalidade, da visão de mundo e das perspectivas de futuro da modernidade, gerados e consolidados ao longo dos séculos XVII e XIX.

Esses valores modernos se basearam essencialmente na crença inquestionável do poder criador/transformador do homem sobre a Natureza através da produção de conhecimento racional – científico. O homem, a partir de então, passou a se ver apartado da Natureza, que se tornou um instrumento da satisfação de suas necessidades (recursos naturais). Dominá-las constituiu-se uma obsessão, que traduziu uma visão de progresso infinito do modelo de civilização ocidental e da inesgotabilidade dos recursos naturais do planeta. O conhecimento científico – caracterizado pela quantificação, fragmentação do olhar e a arrogância do método racional – passou a ser entendido como o saber verdadeiro, deslegitimando outros saberes como o mítico e o senso comum. A crença na Ciência permitia ao homem dominar a “verdade” sobre ... tudo!

O esgotamento desse modelo no século XX configura uma crise de paradigma. Essa crise afetou e afeta profundamente a constituição da identidade, que se tornou mais plural. Stuart Hall identifica cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas no século XX que contribuíram para uma outra percepção do sujeito e da identidade: as novas correntes marxistas, a Psicanálise, a Lingüística de Saussure, o pensamento de Foucault e o movimento feminista (2001, p. 34-46). Por isso, cada vez mais ouvimos falar em identidades do sujeito.

Vivemos em um mundo em que não é possível mais pensar o sujeito de forma simplista, homogênea e constante. A consciência das múltiplas facetas da constituição dos sujeitos e da dimensão sócio-histórica desse processo trouxe à tona a discussão sobre a complexidade, a heterogeneidade e a mutabilidade, como princípios inerentes à percepção das identidades.

Diversos valores socialmente considerados normais foram criticados pelo movimento da contracultura na década de 1960. O próprio conceito de normalidade passou a ser debatido, com ênfase na sua construção histórica.

Mas o que se criticava? Dentre outras coisas, os papéis socialmente determinados de homem e mulher; o conceito fechado de família; o casamento indissolúvel, heterossexual e monogâmico; o culto à virgindade feminina; a visão pecaminosa do sexo; a sociedade de consumo; o racismo etc. Questionava-se, em suma, o padrão ético, moral e burguês da classe média ocidental.

Como não poderia deixar de ser, esses questionamentos ganharam diferentes dimensões, atuando na percepção das manifestações de gênero e da sexualidade. Por isso, a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade na escola intensificou-se, justamente, a partir da década de 1970, quando o embate dessas questões se acirrou. Foi no desdobramento dessas discussões que os PCN acolheram a Orientação Sexual como tema transversal.

OS OBJETIVOS PARA A ORIENTAÇÃO SEXUAL

A sexualidade é inerente à vida e à saúde, expressando-se desde cedo nos seres humanos. Nesse sentido, os PCN consideram que o objetivo primordial do tema transversal Orientação Sexual é “contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade” (BRASIL, 2000, p. 133). Consta-se, portanto, que o tema vincula-se ao próprio exercício da cidadania, na medida em que promove o respeito por si e pelo outro, e, defende o conhecimento e o acesso aos direitos básicos de todos os cidadãos.

Vários são os objetivos específicos da Orientação Sexual para o Ensino Fundamental. Primeiro, destaca-se o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes relativos à sexualidade e ao reconhecimento de que as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino são também determinações culturais. Sendo assim, preconiza-se a rejeição, a discriminação por diferenças de gênero e de orientação sexual.

Observe que no Brasil, a construção histórica da conduta sexual está marcada pela *ideologia de gênero patriarcal* que embasa os binômios feminino/passivo e masculino/ativo; pela *ideologia judaico-cristã* que apresenta o casamento, a monogamia e o sexo procriativo como opção única; e pelo *discurso da higiene social do século XIX* que definiu a sexualidade saudável/normal (heterossexual) e a não saudável/patológica (homossexual). Essas matrizes ideológicas legitimam ou condenam as manifestações da sexualidade tanto no âmbito do gênero quanto no da orientação sexual. Nunca podemos perder de vista essa percepção quando discutimos a sexualidade.

Cabe também ressaltar a importância da compreensão de que a busca do prazer é uma dimensão saudável da sexualidade humana; contudo, o consentimento mútuo é condição necessária para seu usufruto em uma relação a dois. Por fim, a Orientação Sexual deve contribuir para que o aluno:

- proteja-se de relacionamento sexuais coercitivos e exploradores;
- conheça seu corpo, percebendo que o cuidado com a saúde é condição para usufruir de prazer sexual;
- adote práticas de sexo protegido nos relacionamentos sexuais, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis;
- respeite os portadores das doenças sexualmente transmissíveis, notadamente os portadores do HIV;
- busque orientação para a adoção de métodos contraceptivos quando desejar.

O tema transversal Orientação Sexual deve ser trabalhado, de acordo com os PCN, em três blocos de conteúdos: corpo, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Os PCN apresentam para cada bloco um conjunto de conteúdos básicos a serem tratados e orientações didáticas de caráter geral e específico. A seleção de temáticas – como toda seleção – foi norteada por certos critérios: a relevância sociocultural do conteúdo para a contemporaneidade; a dimensão biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade; e a possibilidade de conceber a sexualidade de forma saudável, prazerosa e responsável.

ATIVIDADE



1. O trecho a seguir foi extraído do PCN. Leia-o com atenção.

(...) é necessário que o professor possa reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Sua postura deve ser pluralista e democrática, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem imposição de valores particulares (MEC, 2000, p. 153).

Agora, responda:

a. O texto destaca pré-condições básicas para atuação didática do professor em relação à questão da sexualidade. Destaque-as.

b. Identifique, segundo o texto, os princípios que devem nortear a atuação do docente em sala de aula.

RESPOSTA COMENTADA

a. O docente precisa ter consciência de que como qualquer ser humano ele manifesta valores que orientam seus comportamentos e sua visão de mundo. Nesse sentido, como sujeitos históricos, carregamos nossas próprias percepções e manifestações de sexualidade, gênero e orientação sexual. Os professores também possuem identidades!

b. É uma pré-condição para nossa atuação sermos capazes de nos perceber criticamente para respeitar o outro, o diverso. Só dessa forma poderemos ter uma atuação pluralista e democrática, evitando o desastre da ação preconceituosa e de imposição de valores.

SEXUALIDADE, SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

No contexto dos embates políticos e teóricos que se travaram a partir do século XIX, certos conceitos foram sendo elaborados e amadurecidos. O aprofundamento da discussão sobre a sexualidade na escola, portanto, exige o conhecimento dessa base conceitual, historicamente construída.

Sexualidade

A sexualidade sempre foi um tema polêmico nas sociedades. No final do século XIX, entretanto, o debate do comportamento sexual no mundo ocidental tornou-se tão destacado que propiciou o surgimento da disciplina Sexologia, tendo como bases a Psicologia, a Biologia e a Antropologia. O pioneiro da Sexologia, **RICHARD VON KRAFFT-EBING**, descreveu o sexo como um instinto natural, evidenciando a influência do darwinismo naquele período histórico.

RICHARD VON KRAFFT-EBING (1840-1902)

Nasceu em Mannheim (Baden, Alemanha). Estudou Medicina na Universidade de Heidelberg e especializou-se em Psiquiatria. Foi professor em Strasbourg, Graz e Viena. Dentre suas obras destaca-se *Psychopathia sexualis* (1886).

Hoje sabemos, contudo, que a sexualidade humana é muito mais do que o corpo e o instinto. Na verdade – por mais que se tenha tentado naturalizar a sexualidade humana –, ela é fruto de um complexo processo histórico, sendo, portanto, uma construção social (visão construcionista). Assim, a sexualidade é o conjunto de “crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” (WEEKS apud LOURO, 2001, p. 43) que se relacionam com o corpo e seus prazeres.

Essa visão construcionista da sexualidade opõe-se a uma percepção essencialista, que tenta explicar as coisas a partir de uma suposta verdade e essência interior, fruto de impulsos automáticos internos.

Gênero e Sexo

O conceito de gênero está intimamente ligado ao movimento feminista contemporâneo. Após a primeira onda de reivindicações das mulheres na virada do século XIX para o XX, identificada com a luta pelo direito ao voto (sufragismo), o movimento feminista sofreu uma certa acomodação. Na década de 1960, entretanto, ele eclodiu, com imensa força, incorporando as preocupações sociais e políticas a estudos acadêmicos, o que propiciou uma elaboração teórica sobre o tema.

Nesse contexto, o termo gênero surgiu para ampliar os sentidos impostos pelo limites do conceito de sexo. Para compreender “o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas tudo o que socialmente se constituiu sobre os sexos” (LOURO, 2004, p. 21). Assim, feministas anglo-saxãs passaram a utilizar a palavra *gender* (gênero) com sentido distinto de *sex* (sexo).

O termo sexo, até meados do século XX, concentrava a percepção das diferenças entre homens e mulheres, apenas a partir da diferenciação anatômica/fisiológica.

O conceito de gênero, portanto, cogita a diferenciação entre homens e mulheres na dimensão social, centrando foco na constituição da identidade masculina e feminina. A partir da influência teórica de Michel Foucault e **JACQUES DERRIDA**, põe-se em evidência as matrizes ideológicas – discursivas – da identidade.

Essa compreensão de gênero teve importantes desdobramentos teóricos e políticos. Implicou, por exemplo, a percepção de que diversas instituições e práticas sociais – como a educação e a escola – formam homens e mulheres ao longo da vida. Essa permeabilidade da construção do gênero é evidenciada por Cláudia Cordeiro Rael, no artigo “Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney” (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2003, p. 160-171), ao analisar o filme *A pequena sereia*. Nesse caso, há uma explícita referência na música cantada por Úrsula, que “ensina” como uma garota deve se comportar para conquistar um homem:

O homem abomina tagarelas
Garota caladinha ele adora
(...)
Sabe quem é a mais querida?
É a garota retraída
E só as bem quietinhas vão casar.

Observe nesse exemplo que os versos, além de definirem um padrão de comportamento ideal para a mulher, deixam bastante visível a centralidade do casamento, afirmando-o como objetivo de vida.



Os desenhos animados de Walt Disney são freqüentemente utilizados no Ensino Fundamental, mas temos de ter a percepção de sua **NÃO** neutralidade. Definitivamente, não se tratam de historinhas inocentes que nada ensinam!

A compreensão de gênero também facilitou a percepção de que existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. Nesse caso específico, ressalta-se que há uma articulação do gênero com outros construtores da identidade do sujeito: classe, etnia, sexualidade, geração, religião e nacionalidade. Essa articulação

JACQUES DERRIDA (1930-2004)

Nasceu em El-Biar, Argélia. Em 1949, mudou-se para Paris. Estudou na École Normale Supérieure, onde mais tarde lecionou. A partir de 1960, ensinou Filosofia na Sorbonne. Publicou seus primeiros trabalhos nas revistas *Critique* e *Tel quel*. Teve seus primeiros livros publicados nos anos 1960. Considerado um dos maiores filósofos contemporâneos, foi um dos famosos “Pensadores da geração de 68”, grupo que contava ainda com Foucault, Barthes, Deleuze, Lacan e Althusser. Seu pensamento é marcado pelo conceito de desconstrução que ressalta a pluralidade dos discursos, defendendo e legitimando a existência de mais de uma verdade. Dentre seus livros destacam-se: *Gramatologia*, *A escritura e a diferença*, *Enlouquecer o subjétil*, *O animal que logo sou*, *De que amanhã...*, *Espectros de Marx* e *A farmácia de Platão*.

promove diferenças nas formas que a feminilidade e a masculinidade operam. Lembre-se, por exemplo, do mito da hipersexualidade dos homens negros e da fascinação da chamada “sexualidade exótica” das mulheres orientais, registradas enfaticamente na literatura ocidental.

Na análise das identidades de gênero, as relações de poder tornaram-se a principal referência. Considerando a constituição histórica do gênero, observamos que nela se inscreve uma dinâmica de exercício de poder na medida em que ao gênero são associados papéis e performances ideais, assim como interditos e hierarquias. O debate e a intervenção na questão de gênero são, por isso, atitudes políticas; criam tensões no âmbito das hierarquias sociais estabelecidas e interferem nas dinâmicas das relações sociais, a partir das relações entre homens e mulheres.

Por fim, percebeu-se que a problematização das questões de gênero está para além da discussão de papéis/funções de mulher e de homem. Trata-se de considerar, como afirma Dagmar S. Meyer, que

as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção e ressignificação (LOURO, FELIPE e GOELLNR, 2003, p. 18).

A esse complexo cenário do gênero, gradativamente, veio somar-se o debate sobre os transgêneros – entendidos como homens no sentido fisiológico, mas que se relacionam com o mundo como mulher (ou vice-versa) – e os transexuais – aqueles que “não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente” (BRASIL, 2004, p.30), justificando o desejo pela cirurgia de transgenitalização.

Entre os transgêneros estão: travestis, transformistas, *drag kings* e *drag queens*. Os travestis constroem seus corpos em busca de um feminino que não abdica de características masculinas (ou vice-versa), fluindo entre esses pólos. Já os transformistas são homens e mulheres que se vestem e se comportam, respectivamente, como mulheres e homens, buscando transformar-se, o mais proximamente, no sexo oposto. *Drag kings* e *drag queens* se diferenciam dos travestis pela forma caricata, exagerada na maquiagem e nos trejeitos, que apresentam, apenas, em momentos e locais específicos.

Esta aula não pretende se aprofundar na temática dos transgêneros, apenas ressaltar sua importância. Veja, como exemplo, o depoimento de Janaina (Jaime César Dutra Sampaio) – travesti cearense militante dos direitos humanos dos homossexuais:

Geralmente, quando ainda estão cursando o Ensino Fundamental, por volta de 13 ou 14 anos, os jovens travestis começam os processos de hormonização, depois vem a siliconização e o preconceito. A família, principalmente no Nordeste, não aceita e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. Costumo comparar o travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados, está cercada pela violência (Apud: BRASIL, 2004, p. 9).

O depoimento deixa claro que a escola e o docente devem estar se preparando para lidar com a presença dos transgêneros, combatendo a violência, intermediando a discussão da temática com a família e garantindo os direitos de cidadania, como o de escolaridade. Note-se que a escolaridade interrompida – essencialmente em função da discriminação – aprofunda a exclusão dos transgêneros e, por isso, precisa ser urgentemente combatida.

Orientação/Identidade sexual

No artigo “Sem medo da diversidade sexual”, Anna Cláudia Ramos dialoga com os pais sobre suas reações caso um filho se afirmasse *gay*. A autora aconselha os pais a olharem “seus filhos como indivíduos” – logo, com direito a identidade própria – e alerta que “(...) o amor não deveria incomodar. Mas sim a hipocrisia, a mentira, a falta de respeito pelo próximo e a corrupção”. Esse artigo encontra-se na coluna *Em Questão* da revista do jornal *O Globo* de 18 de junho de 2006 (p. 47), o que ressalta ser essa uma problemática da contemporaneidade.

Outro aspecto interessante é que o direito à vivência livre da identidade se encontra associado à idéia de que a sociedade está em transformação e evolução. Novos tempos são portadores, portanto, de novos valores, novas moralidades, novos princípios que legitimam outros comportamentos.

O artigo trata, portanto, não de uma questão da fisiologia sexual ou de gênero, mas de uma questão que envolve a orientação ou identidade sexual. Mas o que é isso?

Orientação/identidade sexual são termos que vão conceituar a sexualidade no âmbito do desejo. Em outras palavras, a identidade de alguém em função da direção de seu desejo e/ou condutas sexuais. Assim, aqueles que orientam sua afetividade e sexualidade para indivíduos do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos os sexos são, respectivamente, homossexuais, heterossexuais e bissexuais.

A utilização da expressão opção sexual é atualmente questionada por reforçar os preconceitos. Ao reforçar a idéia de escolha, essa expressão responsabiliza o sujeito por sua orientação sexual. Nesse sentido, divulgou-se o uso dos termos orientação ou identidade sexual como forma de demarcar que se trata da manifestação da construção social da identidade do sujeito e não de uma escolha aleatória.

Embora essa diversidade sempre tivesse existido – com significados e inserções sociais diferentes de acordo com período histórico –, foi na contemporaneidade que ela foi problematizada social e teoricamente, tornando-se objeto de estudo e de luta política. Diante da importância que a sexualidade assume, torna-se impossível à escola e ao docente apartar-se do debate em questão nesse momento histórico.

ATIVIDADE



2. Estabeleça relações cruzadas entre os conceitos apresentados a seguir.

	Fisiologia sexual	Identidade de gênero	Identidade ou orientação sexual
Ex: Transgênero		X	
Bissexual			
Travesti			
Homem			
Heterossexual			
Homossexual			
Mulher			
Transexual			

RESPOSTA COMENTADA

Embora existam no âmbito das distinções de sexo o homem (macho) e a mulher (fêmea), podemos identificar três identidades de gêneros: a masculina, a feminina e a dos transgêneros (travesti e transexual). Por outro lado, a identidade sexual/orientação sexual pode ser hetero, homo ou bissexual.

CONQUISTANDO A CIDADANIA

Embora as práticas homossexuais tenham existido em diferentes sociedades e épocas, elas foram progressivamente condenadas nas sociedades ocidentais cristãs, a partir da Idade Média através da construção do sentido de pecado.

Os termos hetero e homossexualidade foram criados em 1869, na Alemanha, por Karl Kertbery, no contexto do debate de revogação das leis anti-sodomitas. A sodomia – prática de sexo anal – foi criminalizada durante vários séculos em várias partes do Ocidente. No Brasil Colonial, por exemplo, o sodomita, se descoberto, era alvo de julgamento pelo Tribunal do Santo Ofício (Inquisição).

Ao longo do século XIX, à medida que a heterossexualidade foi simbolizando de forma crescente a visão de normalidade sexual, a homossexualidade foi se transformando em assunto médico. No mundo ocidental, portanto, o discurso da tradição cristã se associou a uma visão científica, médica, que inseria a homossexualidade no âmbito da patologia, da doença. Esses dois discursos mantiveram-se fortes ao longo do século XX. Agora reflita: quantas vezes você já não ouviu dizer que a homossexualidade é um pecado ou uma doença?

O surgimento progressivo de comunidades homossexuais, notadamente urbanas, foi fator importantíssimo para a organização de movimentos de massa em prol dos direitos homossexuais. Na década de 1960, essas comunidades passaram a atuar de forma mais incisiva pelos direitos dos homossexuais.

Uma luta que já dura muitas décadas e vem sendo acompanhada por conquistas legais e institucionais no âmbito internacional, nacional, estadual e municipal. Veja alguns desses marcos!

A ONU, através da Convenção Internacional dos Direitos Civis e Políticos, considerou indevida a discriminação por orientação sexual. Em 2000, no XV Congresso Mundial de Sexologia, realizado em Hong Kong (23 a 27 de agosto), foi redigida a Declaração Universal dos Direitos Sexuais, garantindo o direito à liberdade, à autonomia, à integridade e à expressão sexual, além do direito à informação sobre a sexualidade.

Também em 2000, o processo de preparação para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (realizada em Durban, África do Sul, em 2001) propiciou condições para o debate no Brasil que apontou a necessidade de se discutir o tema da discriminação com base na orientação sexual. Em um segundo passo preparatório para a conferência mundial, realizou-se a Conferência Regional das Américas, no Chile. Esse encontro gerou a Declaração de Santiago que compromete os países do continente a prevenir e a combater a discriminação por orientação sexual. O Brasil apresentou proposta de inclusão do tema, em Durban, em plenária, como forma de discriminação que agrava o racismo. A proposta, apesar de receber apoio de várias delegações, não foi contemplada na Declaração de Plano e Ações.

No âmbito nacional, merece referência que o Conselho Federal de Medicina e as Organizações Científicas Brasileiras, desde 1985, deixaram de considerar a homossexualidade como doença, passando a reconhecê-la com orientação sexual. A Constituição de 1988 institui como um dos objetivos fundamentais da República Federativa “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, inciso IV). Atualmente existe um Projeto de Emenda Constitucional em tramitação que propõe alterar a redação desse artigo de forma a incluir, explicitamente, o termo orientação sexual.



A legislação federal pode ser encontrada no endereço eletrônico www.planalto.gov.br.

Não menos importante é a Resolução nº 001, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. A Resolução considera dever do psicólogo contribuir, com seus conhecimentos, para a “reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (Art. 2º) e proíbe que o psicólogo contribua para “patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”, impedindo também que esses profissionais adotem “ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (Art. 3º). É importante enfatizar, também, que o parágrafo único do Art. 3º veta ao psicólogo a participação em “eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”, “considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (www.psicologia-online.org.br/legislacao, consultada em 19 de junho de 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – contempla a questão nos artigos 4º, 5º, 15º, 16º, 17º, 18º e 53º. Assim como a lei de Diretrizes e Bases – lei nº 9.394/1996 – garante a igualdade para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de idéias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância (Art. 3º). Como desdobramento da LDB é que surgiu os PCN (1998), recomendando a Orientação Sexual como tema transversal.

Em 2001 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban, que incluiu a temática de combate à discriminação com base na orientação sexual, o que ampliou o raio de ação previsto pela Conferência.

Dessa comissão, em 2003, surgiu um grupo de trabalho responsável por elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual.



Em 2003, o Conselho Nacional de Imigração editou resolução normativa que reconhece a união de pessoas de mesmo sexo (estável e comprovada) para fins de obtenção de vistos.

LEI Nº 3.406

De 15 de maio de 2001, define como discriminação a adoção de medidas como constrangimento; a proibição de ingresso ou permanência; preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares; atendimento diferenciado; cobrança extra para ingresso ou permanência. O Decreto nº 29.774, de 11 de novembro de 2001, regulamenta a lei.

LEI Nº 3.786

De 26 de março de 2002. O Art. 1º altera a redação do Art. 29 da Lei 285/79 para “§ 7º – Equipara-se à condição de Companheira ou Companheiro de que trata o inciso I deste artigo, os parceiros do mesmo sexo, que mantenham relacionamento de união estável, aplicando-se para configuração da união estável, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos” e o Art. 2º garante “aos servidores públicos estaduais para fins de benefícios previdenciários, a averbação da condição de parceiros do mesmo sexo, junto à autoridade competente”.

Finalmente em 2004, o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais – Brasil sem Homofobia – foi lançado.

Como já mencionamos, vários estados e municípios no Brasil já apresentam legislação proibitiva da diferenciação por orientação sexual. As Constituições Estaduais de Mato Grosso, Sergipe e Pará são exemplos da proibição desse tipo de discriminação. No caso do estado do Rio de Janeiro, a **LEI Nº 3.406/2001** proíbe e estabelece sanções aos estabelecimentos comerciais e funcionários públicos que discriminarem homossexuais. Já a **LEI Nº 3.786**, de 26 de março de 2002, reconhece os direitos de companheiros(as) do mesmo sexo no caso de servidores(as) públicos(as).

Os municípios de Itatiaia, São Sebastião do Alto, Cachoeira de Macacu, Cordeiro, Italva, Laje do Muriaé, Niterói, Paty de Alferes, São Gonçalo, Três Rios, Silva Jardim e Rio de Janeiro, por exemplo, possuem legislação específica sobre a discriminação por orientação sexual.

É extremamente importante que no processo educativo se divulguem as conquistas legais em prol dos direitos dos homossexuais. Dessa forma a educação estará contribuindo para o fim da discriminação por orientação sexual. Não deixa de ser relevante, também, que os docentes se conscientizem de que toda e qualquer manifestação de caráter discriminatório quanto à identidade sexual pode ter consequências legais graves.

HOMOFOBIA

Desde 1980, o Grupo Gay da Bahia realiza, através de notícias em jornais e internet, o levantamento dos crimes de ódio contra homossexuais (crimes homofóbicos). Apesar da reconhecida limitação dos dados, as informações assustam! Entre 1980 e 2005, foram assassinados no Brasil 2.511 homossexuais (sendo 72% gays, 25% travestis e 3% lésbicas). Proporcionalmente, os transgêneros (travestis e transexuais) são mais agredidos que gays e lésbicas. Por volta de 70% das vítimas são afro-descendentes.

No Brasil, registra-se, portanto, um crime de ódio anti-homossexual a cada 3 dias. Dois por semana. Oito por mês. Uma média de 100 homicídios anuais. A partir de 2000 essa média vem aumentando: 125 crimes por ano, sendo que em 2004 atingiu o

recorde: 158 homicídios (www.ggb.org.br/assassinatos2005.html, consultado em 19 de junho de 2006).

Assustador, não?

O perfil do crime homofóbico merece referência para compreendermos a gravidade da situação! Os crimes ocorrem, em geral, nos fins de semana, durante a madrugada. Os travestis são, predominantemente, atacados na rua a tiros; enquanto os gays, em suas próprias casas, a facadas. As vítimas são assassinadas a tiros, facadas, pedradas, asfixiamento, pauladas e enforcamento. Em geral, requintes de crueldades estão claramente presentes: tortura prévia, uso de múltiplas armas, ocorrência de vários tiros e facadas. Nem 10% dos assassinos são identificados!

Essa média anual de crimes homofóbicos colocam o Brasil no primeiro lugar de uma lista de 25 nações (incluindo Irã, Arábia Saudita, Somália, Argentina, Peru, México, EUA e os principais países europeus) que disponibilizam dados desses crimes. Chama atenção que o México (2º lugar) e os EUA (3º lugar) apresentam média anual de 35 e 25 mortes anuais, respectivamente. E quando nos lembramos de que as estatísticas brasileiras possuem grandes limitações (subnotificações), a informação se torna alarmante!

Mas o que isso tem a ver com nossa aula e com a sua formação como docente? Tudo! Leia com atenção o texto de Luiz Mott, fundador do Grupo *Gay* da Bahia, responsável pela pesquisa:

A tragédia tem solução: educação sexual científica em todos os níveis escolares, ensinando desde o pré-primário o respeito aos direitos humanos dos homossexuais; legislação que puna os crimes sexuais com o mesmo rigor que o racismo; maior rigor da Polícia e da Justiça na investigação e punição dos criminosos, e finalmente, maior consciência da população GLTB (...) que *gay* vivo não dorme com o inimigo! (www.ggb.org.br/assassinatos2005.html, consultado em 19 de junho de 2006).

A homofobia precisa ser combatida com a formação ética do cidadão. O respeito à diversidade, a compreensão das múltiplas dimensões de expressão da sexualidade, a formação para a tolerância e o repúdio à discriminação são alguns princípios que podem contribuir para o combate à homofobia. Esses valores estão intimamente relacionados com o nosso processo de formação – escolar ou não – ao longo dos anos.

ATIVIDADE



3. Observe os dados da “Pesquisa Nacional de Violência, Aids e Drogas nas Escolas”, realizada pela UNESCO.

Ações consideradas mais violentas	Masculinos		Femininos	
	Posição	%	Posição	%
Atirar em alguém	1°	82,6	1°	86,3
Estuprar	2°	68,5	2°	84,0
Bater em homossexuais	6°	36,1	3°	47,8
Usar drogas	3°	48,1	4°	46,0
Roubar	4°	45,3	5°	44,6
Andar armado	5°	44,0	6°	42,1

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Apud: ABRAMOVAY e outros: 2004, p. 279.

Interprete a tabela, relacionando seus dados com a homofobia.

RESPOSTA COMENTADA

Em primeiro lugar, já chama atenção que “bater em homossexuais” é uma das cinco ações consideradas mais violentas entre estudantes, o que evidencia que essa violência faz parte do cotidiano dos indivíduos em idade escolar. Em segundo lugar, causa perplexidade a diferença da gravidade dessa ação violenta entre os entrevistados do sexo masculino e feminino, indicando que a homofobia é de certa forma naturalizada na formação dos homens.

DA TEORIA À PRÁTICA

Depois de termos reconhecido os principais objetivos da proposta do PCN para a abordagem do tema transversal Orientação Sexual e termos aprofundado um pouco a questão teórica sobre sexualidade, você deve estar se perguntando: mas o que pode ser feito no âmbito das Séries Iniciais do Ensino Fundamental para reduzir a homofobia?

Em primeiro lugar, o docente não pode ser conivente com “brincadeiras”, ditas e tidas como inocentes, que reforçam preconceito de gênero e de orientação sexual. Essas práticas são extremamente perversas, pois, por seu caráter de brincadeira, tendem a impedir qualquer tipo de reação do indivíduo agredido. Os apelidos, as piadas e as agressões verbais de caráter sexistas e homofóbicas não devem ser tolerados na sala de aula. E nós, docentes, temos de refletir sobre nossas próprias práticas. Se essas atitudes não são desejáveis para os alunos, são proibitivas para o docente.

Em segundo lugar, a dinâmica do trabalho pedagógico das Séries Iniciais propicia oportunidades de discussão dessas temáticas através de jogos e brincadeiras. A divisão constante entre grupos de meninas e meninos deve ser evitada, oportunizando a integração entre os sexos e gêneros. A competitividade entre meninas e meninos não deve ser estimulada.

Por outro lado, é possível gerar debate sobre a questão! Jogos e dinâmicas envolvendo narrativas orais, atividades com desenhos, depoimento com familiares de diferentes faixas etárias podem ser elaborados para que a turma trabalhe temáticas como “o que é brincadeira de menino e de menina”, “o que é profissão de homem e de mulher”, “o que menino e menina não podem fazer ...”. Claro que as respostas trarão para cena da sala de aula questões a serem trabalhadas, a fim de desmistificar certos tabus.

Inúmeras outras possibilidades podem ser imaginadas. Lembre-se de que muitas idéias boas nascem da nossa capacidade de aproveitar uma oportunidade em sala de aula que não foi planejada. Exemplo: você está desenvolvendo seu planejamento e surge um desentendimento entre colegas. Um xinga o outro de “bicha”. Essa é a hora de parar e de conversar! Quem sabe você não poderia fazer uma brincadeira envolvendo rótulos indesejáveis entre os alunos. De certo, outras agressões verbais podem ser identificadas. O importante é demonstrar que todos nós somos diferentes, que temos sentimentos e que certos julgamentos superficiais magoam e deixam marcas. Fazer o aluno agressor se colocar no lugar do agredido é um bom mecanismo de reflexão.



ATIVIDADE

4. Leia o texto.

“O preconceito que existe que eu percebo é quando um aluno faz sua escolha sexual, principalmente o homem. Quando parte para a homossexualidade. Principalmente na sala é que é motivo de brincadeira, preconceito, mas isto acontece em qualquer lugar” (Grupo focal com professores, escola privada, Teresina. Apud: ABRAMOVAY e outros, 2001, p. 289).

O depoimento do professor naturaliza o preconceito existente em sala de aula contra o homossexual. Explique a afirmativa.

RESPOSTA COMENTADA

Embora o docente perceba a existência de discriminação na sala de aula, ele a considera “normal”, já que esse preconceito está em outros espaços sociais. Se considerarmos que a escola é um espaço de socialização, percebemos a gravidade dessa naturalização, que, de fato, trata de ser uma opção pela reprodução do status quo, isto é, pela manutenção de tudo como está.

CONCLUSÃO

Se desejamos colaborar para uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual os direitos humanos prevaleçam sobre valores pessoais, a escola e os docentes não podem se apartar de contribuir para a reflexão sobre o sexismo e a homofobia. É necessário compreendermos de maneira definitiva que a sexualidade não pode ser apartada do cotidiano de nossas vidas porque ela é inerente à existência de todo indivíduo.

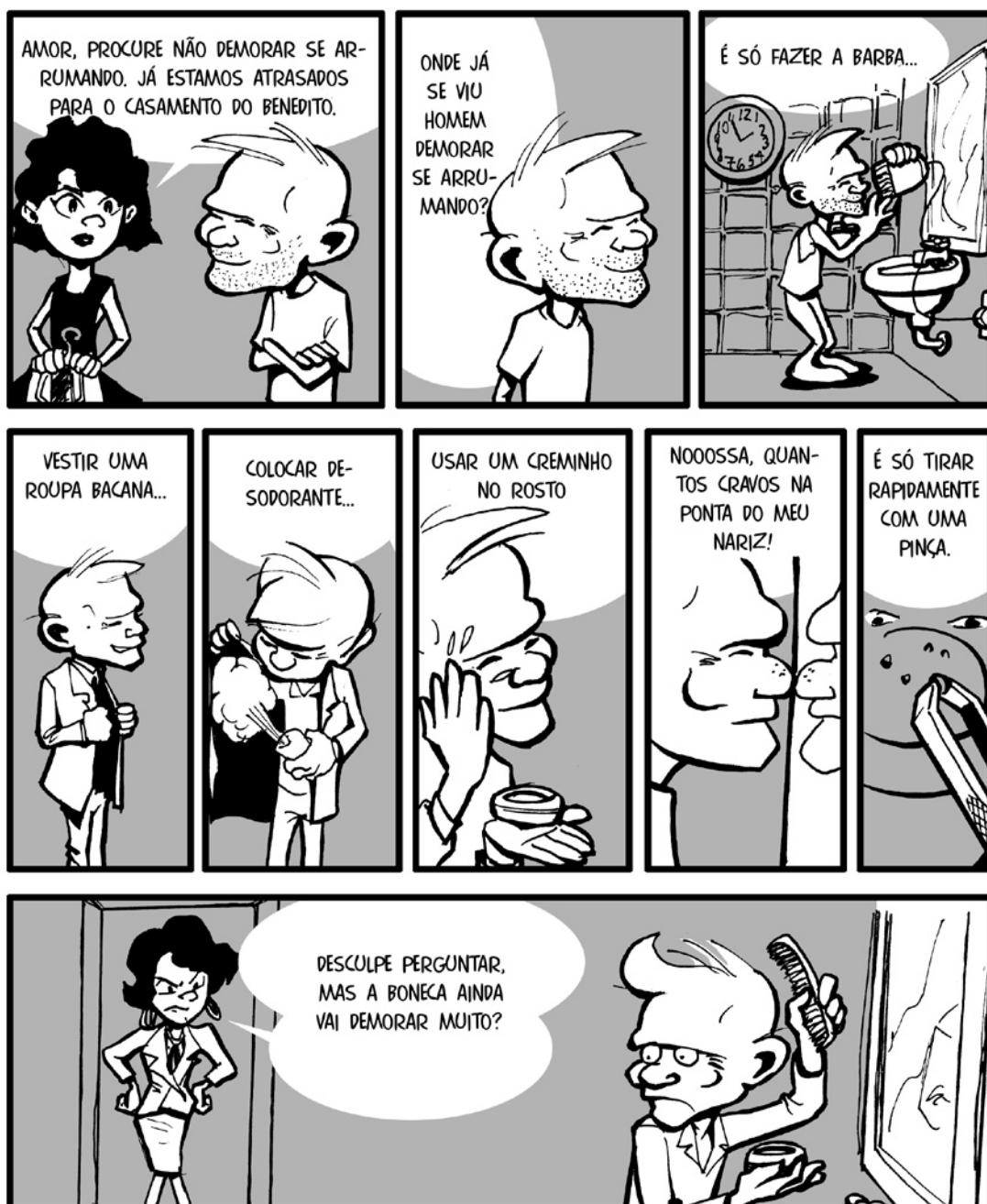
Está evidente para todos que ignorar uma temática de tanta significação não impediu que ela estivesse presente na escola. É momento, portanto, de pensar que a nossa formação como educadores exige um embasamento teórico e uma reflexão ética sobre a sexualidade.

É impossível sermos isentos de nossas crenças e valores na sala de aula, mas precisamos ter consciência de que existem outras crenças e valores que precisamos aprender a respeitar. Desta forma estaremos mais preparados para lidar com os nossos medos de enfrentar temáticas delicadas em sala de

aula. Nunca podemos perder de vista que a qualidade de vida e os direitos de indivíduos em formação – nossos alunos – devem prevalecer.

ATIVIDADE FINAL

Leia a tirinha com atenção.



Proponha uma atividade que discuta a questão de gênero a partir da tirinha.

RESPOSTA COMENTADA

O texto, claramente, identifica que a vaidade é uma característica feminina. Por que o homem não pode ser vaidoso? Por que ele não pode gostar de sua aparência e cuidar dela? São algumas questões que merecem reflexão a partir da tirinha.

LEITURAS RECOMENDADAS

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

O artigo apresenta uma visão ampla da questão, funcionando como uma leitura introdutória abrangente.

LOURO, G. L., FELIPE, J. e GOELLNER, S. V. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2005

A obra permite uma visão abrangente do problema, das questões em debate e dos caminhos teórico-metodológicos que foram traçados até o momento no contexto da Educação.

GOLIN, C. (org.). *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

Trata especificamente da identidade homossexual em termos legais, artísticos (literatura), psicológicos e políticos.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Trata-se de material oficial da campanha contra a homofobia.

AQUINO, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. 1997.

RENA, L. C. C. B. *Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

Apresentam a questão no âmbito da prática.

SITES INDICADOS

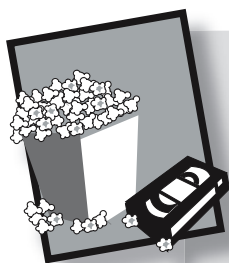
Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – www.andi.org.br.

Grupo Arco-Íris – www.arco-iris.org.br

Grupo Gay da Bahia – www.ggb.org.br

Mixbrasil – www.mixbrasil.com.br

Presidência da República Federativa do Brasil – www.planalto.gov.br



MOMENTO PIPOCA

Adeus minha concubina – filme chinês, Palma de Ouro em Cannes, que propicia a discussão tanto de questões de gênero quanto de orientação sexual em contexto cultural diverso do ocidental, tendo como pano de fundo o tradicional teatro chinês.

Telma e Louise – discute questões de gênero, violência sexual e machismo a partir da jornada de duas amigas.

O segredo de Brokeback Mountain – narra a história de Ennis Del Mar (rancheiro) e Jack Twist (vaqueiro de rodeio) que lutam, secretamente, para manter um relacionamento homossexual através dos anos.

Se eu fosse você – comédia brasileira através da qual se pode discutir as relações de gênero a partir das situações vividas por um casal cujas almas trocam de corpos.

Desejo proibido – três histórias sobre lesbianismo, que acontecem na mesma casa em períodos diferentes (1961, 1972 e 2000), que permitem observar as mudanças históricas no enfrentamento da questão.

Longe do paraíso – em 1957, uma dona de casa que leva uma vida aparentemente perfeita, descobre a orientação homossexual do marido e, em crise, se aproxima de um jardineiro negro. Além de discutir racismo, o filme permite refletir sobre o preconceito contra a homossexualidade.

Revisão – História do Brasil e Idade Contemporânea

AULA 19

Meta da aula

Apresentar de forma sintética os pontos mais relevantes que foram trabalhados nas Aulas 11, 13, 15 e 17.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- criar uma síntese compreensiva das transformações ocorridas nos períodos históricos trabalhados nas aulas anteriores.

INTRODUÇÃO

Esta aula-resumo é dividida em duas partes: na primeira pretendemos retomar os temas relativos à História do Brasil; já na segunda parte você irá relembrar um dos períodos da História mundial, mais precisamente o período conhecido como Idade Contemporânea.

1ª PARTE: HISTÓRIA DO BRASIL

Colônia

Tudo começa com a situação de Portugal na transição da Idade Média para a Moderna. Vamos relembrar a Aula 11? A necessidade de descobrir novas rotas de comércio e, por consequência, de fortalecimento econômico, ligados à posição geográfica e à tradição marítima, empurraram Portugal ao Atlântico. Não demorou para que o pequeno reino, de poucos recursos e com escassa população, iniciasse sua expansão territorial.

Descoberta? Achamento? Chegada? Intencional? Acaso? Todas essas palavras já foram usadas para explicar a viagem de Cabral. Mas o que nos importa é que todas elas servem para marcar o encontro entre portugueses e indígenas na América. Esse evento, considerado por muitos o nascimento do Brasil, foi documentado pela carta de Caminha que, por sua vez, registrou as primeiras impressões sobre nossos mais antigos habitantes: os índios.

O modo de vida completamente diferente dos europeus fez com que os índios fossem vistos como “inferiores”. Muitos – fossem leigos ou religiosos – repetiam que eles não conheciam as letras “F”, “L” e “R”, porque não tinham fé, nem lei, nem rei. Os colonos não tinham dúvida em classificá-los como selvagens e bárbaros, ou seja, escravos naturais cuja única função era servir aos empreendimentos coloniais. Empreendimentos “civilizatórios” que levaram os índios a padecerem de fome e epidemias devastadoras e ao extermínio de muitas comunidades.



Quer uma ótima sugestão de leitura complementar? Vá até a biblioteca mais próxima, peça o livro *Dicionário do Brasil Colonial* (VAINFAS, Ronaldo (dir.). Rio de Janeiro, Objetiva, 2000) e busque o verbete “Índios”, mas não o entregue logo, pois vou lhe sugerir mais verbetes adiante.

“Ocupar para não perder”

A frase resume bem a idéia inicial dos portugueses, pois, a princípio, os melhores esforços lusitanos permaneceram voltados sobretudo para o Oriente. Assim, o Brasil viu-se, até por volta de 1530, relegado a uma posição secundária no Império Colonial português. Sua exploração, executada por mercadores portugueses, foi organizada no sistema de feitorias fortificadas instaladas ao longo do litoral.

Como você viu na Aula 11, frei Vicente de Salvador escreveu que os portugueses preferiram se fixar na costa brasileira. Viu também que a ocupação começou com a extração do pau-brasil, e que a utilização de mão-de-obra indígena serviu não só nas questões comerciais, mas também como forma de conhecer e se adaptar à nova terra e seus habitantes.

A partir de 1532 a ocupação portuguesa cresceu. Martim Afonso de Souza fundou a primeira vila no Brasil, São Vicente, e no mesmo ano surgiram as capitanias hereditárias: empreendimento altamente complexo, que enfrentou várias dificuldades (comunicação, segurança etc.) e favoreceu ainda mais a intervenção portuguesa. Em 1549, a chegada do governador-geral Tomé de Souza trouxe também toda uma estrutura, cujo objetivo ultrapassava as questões de ordem política e econômica. Suas ações tiveram, também, nítidas preocupações socioculturais. Nesse sentido, as tarefas desenvolvidas pelos jesuítas foram emblemáticas no processo de colonização: eles atuaram tanto na “civilização” e na cristianização dos índios como lutaram contra a “indianização” de alguns colonos portugueses.



Você lembra que falei para você não devolver ainda o livro *Dicionário do Brasil Colonial*? Pois é, volte a ele! Agora tenho várias sugestões de verbetes que vão lhe ajudar a compreender melhor o trabalho dos jesuítas, anote aí: “jesuítas”, “catolicismo”, “catequese”, “casamento”, “concubinato”, “padre José de Anchieta”, “Padre Manuel da Nóbrega”, dentre outros que você vai acabar descobrindo. Divirta-se!

A cana-de-açúcar

Segundo A. J. Antonil, em seu livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado

D. SEBASTIÃO I
(20 DE JANEIRO DE 1554
- 4 DE AGOSTO DE 1578)

Décimo sexto rei de Portugal e sétimo da dinastia de Avis. Era neto do rei João III, tornou-se herdeiro do trono depois da morte do pai, o príncipe João de Portugal, duas semanas antes do seu nascimento, e rei com apenas três anos, em 1557. Em virtude de ser um herdeiro tão esperado para dar continuidade à dinastia de Avis, ficou conhecido como o Desejado; alternativamente, é também memorado como o Encoberto ou o Adormecido, devido à lenda que se refere ao seu regresso numa manhã de nevoeiro, para salvar a nação. D. Sebastião, provavelmente morreu no Marrocos em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, ou foi morto depois de esta terminar. Mas para o povo português de então o rei havia apenas desaparecido. Ele tornou-se então numa lenda do grande patriota português – o “rei dormente” (ou um Messias) que iria regressar para ajudar Portugal nas suas horas mais sombrias, uma imagem semelhante à que o rei Artur tem na Inglaterra ou Frederico Barbarossa na Alemanha. Quer saber mais? Lembra do *Dicionário do Brasil Colonial*? Pois então vá até a página 523 e leia o verbete “Sebastianismo”.

de muitos”. O engenho de açúcar era o tipo de produção que melhor caracterizava as condições de riqueza, poder, prestígio e nobreza do Brasil Colonial. A construção da riqueza ligava-se diretamente ao comércio, mas a nobreza e o prestígio social estavam vinculados à propriedade de terras. Portanto, como você já viu na Aula 11, o cultivo e o comércio da cana-de-açúcar esquematizaram a escala social, além de interferirem diretamente na ocupação territorial da Colônia.

Um dos principais acontecimentos do século XVII foi a morte de **D. SEBASTIÃO**, em 1578. Este evento levou a outro que foi a anexação de Portugal pela Espanha (1580-1640). A complexidade do processo que envolveu a união das duas Coroas pode ser percebida nos termos usados para referir-se ao período: “União Ibérica” para os espanhóis e “dominação filipina ou habsburgo”, para os portugueses. Mas, apesar das dificuldades oriundas da unificação, o processo de colonização brasileira acabou por se consolidar: a cultura de cana continuava a dar lucros, enquanto o tabaco, a farinha de mandioca e a aguardente ganhavam importância no cenário econômico colonial. Os bandeirantes, ao desbravarem o sertão na tentativa de encontrar pedras e metais preciosos, fizeram o território brasileiro crescer. A expansão da pecuária também foi marcante e, ao fim do século XVII, principalmente, o litoral brasileiro já era todo português.

A descoberta das lavras de ouro – primeiro nas Minas Gerais, nos finais do século XVII e início do século XVIII, seguida dos achados em Jacobina e no rio das Contas, na Bahia, nos de Forquilha e Sutil no Mato Grosso, e o que se extraiu no sertão de Guaiás em Goiás – foi o episódio mais espetacular da história econômica do Brasil Colônia e provocou enorme repercussão, tanto em Portugal como em boa parte do mundo.

A notícia da descoberta de metais preciosos provocou uma verdadeira corrida. Foi tamanho o fluxo que o rei D. João V resolveu, por lei de 1720, controlar a saída dos seus súditos com receio do despovoamento das aldeias e dos campos portugueses. Na Colônia, o deslocamento em massa em direção às minas também provocou alarme no governo. Iniciava-se a ocupação do interior do Brasil. A população naquele século aumentou dez vezes, atingindo mais de três milhões de habitantes, sendo que 650 mil concentravam-se na área das minas.

Além do espetacular evento da descoberta das lavras de ouro, a Colônia sofreu a influência de um também espetacular personagem:

o marquês de Pombal. Principal ministro de D. José I (1750-1777), Pombal promoveu uma série de medidas que causaram a reorganização de Portugal e de seu Império.

O princípio de que a administração da Colônia devia ter sempre como meta a geração de riquezas para o reino não mudou sob a administração de Pombal. O regime de monopólio comercial, por exemplo, não só se manteve como foi acentuado.

Em 1755 e 1759, foram criadas, respectivamente, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, empresas monopolistas destinadas a dinamizar as atividades econômicas no norte e nordeste da Colônia. Na região mineira, o ministro instituiu a derrama (taxa *per capita*, em quilos de ouro, que a Colônia era obrigada a mandar para a metrópole, independentemente da real produção de ouro) em 1765, com a finalidade de obrigar os mineradores a pagarem os impostos atrasados.

As maiores alterações, porém, ocorreram na esfera político-administrativa e na educação. Em 1759, o regime de capitanias hereditárias foi extinto. Quatro anos depois, a sede do governo geral da Colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Pombal expulsou os jesuítas do Império português e determinou que a educação na Colônia passasse a ser transmitida por leigos nas chamadas aulas Régias (volte lá no *Dicionário do Brasil Colonial* e dê uma olhada no verbete “aulas”). Regulamentou ainda o funcionamento das missões e criou, em 1757, o Diretório, órgão composto por homens de confiança do governo português, cuja função era gerir os antigos aldeamentos.

Complementando esse “pacote” de medidas, Pombal procurou dar maior uniformidade cultural à Colônia, proibindo a utilização do nheengatu, a língua geral (uma mistura das línguas nativas com o português, que era falada em quase todo o território brasileiro). Tornou obrigatório o uso do idioma português, e o Brasil deixou de ser um país bilíngüe. Pombal deu uma nova “cara” à Colônia, que só foi mudar novamente com a chegada da família real em 1808, mas isso é assunto para o nosso próximo tema.



ATIVIDADE

1.

Na primeira carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Nada há de dizer de novo, senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu ainda mais. No ano de 1649 partiram os moradores de São Paulo para o sertão, em demanda de uma nação de índios distantes daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com a intenção de os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo, e aí se servirem deles como costumam.

(Padre Antonio Vieira, carta ao Padre Provincial, 1653, Maranhão.)

Conforme é demonstrado pelo texto que você acabou de ler, a relação entre portugueses e índios muitas vezes foi conflituosa. A partir desse enfoque, responda:

- Qual característica dessa relação está explícita no texto?
- Explique qual era o papel dos jesuítas e outras ordens religiosas nessa relação e quais foram as estratégias utilizadas por esses religiosos.

COMENTÁRIO

a. Você deve comentar o afastamento das tribos das proximidades dos centros de povoamento dos portugueses.

b. Você deve falar das escolas, do papel da religião cristã e do enfoque nas crianças indígenas.

BRASIL IMPÉRIO

Como você viu na Aula 13, o Brasil vive permeado por nosso passado monárquico que, se por um lado – principalmente na TV e no cinema. Quer exemplos? A minissérie *O quinto dos infernos* da TV Globo, e o filme *Carlota Joaquina*, da cineasta Carla Camurati) – é visto como uma época de reis, rainhas, príncipes e princesas envolvidos em festas, fofocas e trapalhadas políticas, por outro lado é visto também

como o momento em que o Brasil passa por grandes e importantes transformações. Portanto, agora você vai relembrar um pouco desse agitado período da história brasileira: o período imperial.

O início da empreitada imperial brasileira ocorre com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das tropas napoleônicas. Esse acontecimento foi carregado de um forte caráter simbólico: foi a única corte européia a residir na América colonial. Mas também ficou caracterizado por uma ocupação física sem precedentes na História do Brasil, mais precisamente da cidade do Rio de Janeiro.

A vinda da família real modificou profundamente o cotidiano brasileiro, principalmente do carioca, que passou a tentar viver e se comportar como um europeu. A família real chegou acompanhada de súditos (membros da nobreza portuguesa e ricos comerciantes) que acabaram se adaptando perfeitamente à nova sede do Império português. Porém, essa situação não perdurou. Após a derrota de Napoleão em 1815, os portugueses, prejudicados com a perda dos mercados brasileiros, exigiram a volta do rei ao país de origem e também que o Brasil voltasse à condição de Colônia. Mais tarde, os ideais de liberdade, inspirados pelas idéias iluministas e pela Revolução Francesa, acabaram por levar o Brasil a proclamar sua independência.

Podemos dizer que o Primeiro Reinado (1822-1831) não foi um período muito tranquilo, pois, como você já viu na Aula 13, apesar de um relativamente rápido reconhecimento internacional de sua independência, os conflitos (veja Aula 13) entre os grupos de D. Pedro I e o dos brasileiros, aliados ao caráter centralizador do imperador e à crise econômica, provocaram a abdicação de D. Pedro I, em 1831, em favor de seu filho de apenas cinco anos, D. Pedro de Alcântara.

A regência (1831-1840) foi, fundamentalmente, um período turbulento. A fragmentação política, as revoltas populares (como a Sabinada, a Balaiada, a Revolta dos Farrapos, a Cabanagem, dentre outras) e a ausência de um governante capaz de unificar o país provocaram várias crises tanto de cunho econômico como político e social.

Apesar das crises, foi nesse período que ocorreu a expansão da cultura do café no Vale do Paraíba, expansão estreitamente vinculada a duas classes sociais: os “barões do café” e os escravos, figuras exponenciais nas relações entre as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro e as necessidades de mão-de-obra.

Por fim, os perigos de revoltas populares e/ou escravas, juntamente com o perigo da quebra da unidade nacional, levaram as elites políticas a antecipar a maioria do príncipe, como forma de manter a unidade nacional e o controle da nação.

E não é que a elite política acertou? O reinado de D. Pedro II (1840-1889), denominado Segundo Reinado, conseguiu tomar as rédeas do governo, consolidar o Império e expandir a economia, tendo o café como carro-chefe.

Porém não se livrou das crises, talvez a maior delas referia-se à questão da mão-de-obra escrava. Você deve ter em mente o grande conflito desse período: de um lado as pressões da Inglaterra pelo fim da escravidão e do outro o interesse dos grandes proprietários de terras e traficantes de escravos pela manutenção do sistema escravagista. A vitória acabou sendo dos abolicionistas, pois as pressões externas e internas, agravadas pela Guerra do Paraguai (1864-1870) – reveja a Aula 13 –, foram demais para o arcaico sistema escravista, que teve seu fim com a abolição da escravidão pela princesa Isabel em 1888.

A liberdade negra levou os latifundiários a mudarem de lado. Passaram a apoiar o movimento republicano que chegou ao poder em 15 de novembro de 1889, quando os militares derrubaram o Império.

ATIVIDADE



2. Uma jogadora de vôlei do Brasil nas Olimpíadas de Sidney fez esta declaração à imprensa: “Agora vamos pegar as cubanas, aquelas negras, e vamos ganhar delas” (*O Estado de S. Paulo*, 27/9/2000). Ainda segundo o jornal: “A coordenadora do Programa dos Direitos Humanos do Instituto da Mulher Negra classifica as palavras da atacante como preconceituosas e alerta as autoridades para erradicarem esse tipo de comportamento, combatendo o racismo.”

a. Descreva o processo de abolição da escravatura a partir do Segundo Reinado (1840-1889).

b. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?

RESPOSTA COMENTADA

a. Você responderá bem se citar a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos e o conflito de tais medidas com os interesses internos (grandes proprietários e traficantes de escravos), o surgimento das leis abolicionistas, as conseqüências da Guerra do Paraguai e a insatisfação dos negros e abolicionistas com o atraso do Brasil em relação aos outros países.

b. De forma geral, podemos dizer que a abolição não foi acompanhada de uma preocupação social, nem da inclusão do negro no mercado de trabalho. Dessa forma, a população negra continuou a sofrer forte discriminação racial, sendo marginalizada tanto economicamente como socialmente.

BRASIL REPÚBLICA

Você deve se lembrar de que, logo na introdução da Aula 15, pontuamos as diferenças entre os sistemas monárquico e republicano, explicitando assim que a grande diferença entre eles é a possibilidade de qualquer pessoa assumir o governo no caso republicano. Você viu também que essa possibilidade pode aumentar ou diminuir no jogo político, no qual as regras de participação da população na escolha de seus governantes determinam o grau da democracia presente nas suas Constituições.

Se você acha que a simples troca de sistema de governo bastaria para acabar com as desigualdades do país, enganou-se. Você deve se lembrar de que os próprios republicanos divergiam a respeito de como organizar o novo regime. Na Primeira República (1889-1930), o regime presidencialista controlava os parlamentares e deixava de fora do processo eleitoral as mulheres e analfabetos.

A nascente República brasileira não era nem de longe uma unanimidade. Pelo contrário! Vários movimentos colocaram à prova a estabilidade do governo, movimentos esses originados das mais variadas

questões, de religiosas a militares, de raciais a econômicas, de trabalhistas a ideológicas, enfim, o nascimento da República foi um período de luta por direitos e espaço.

No item economia, o café era o fiel da balança econômica brasileira, e por conta disso, o governo criou medidas intervencionistas visando a proteger os grandes cafeicultores, na maioria paulistas.

Com o decorrer do tempo, o Brasil passou por algumas mudanças, tais como o aumento do número de pequenos agricultores, o crescimento das cidades e, com elas, a expansão da classe média urbana e da classe operária. Modernidade, esta era a palavra de ordem! No centenário da Independência (1922), o Brasil tentou mostrar sua cara moderna. Para isso modificou sua paisagem com as reformas urbanas e procurou estabelecer novos rumos nas artes, por meio da valorização da cultura nacional.

O movimento moderno baseou-se na idéia de que as formas “tradicionais” das artes plásticas, da literatura, do *design*, da organização social e da vida cotidiana tornaram-se ultrapassadas, e que se fazia fundamental deixá-los de lado e criar no lugar uma nova cultura. Esta constatação apoiou a idéia de reexaminar cada aspecto da existência, do comércio à filosofia, com o objetivo de achar o que seriam as “marcas antigas” e substituí-las por novas formas, e possivelmente melhores, de se chegar ao progresso. Em essência, o movimento moderno argumentava que as novas realidades do século XX eram permanentes e imanentes, e que as pessoas deveriam se adaptar às suas visões de mundo a fim de aceitar que o que era novo era também bom e belo.

A ERA VARGAS (1930-1945)

Você deve ter notado na Aula 15 que o nome de Vargas “batiza” essa era não por acaso, afinal, foram quinze anos no poder, comandando o Brasil com o apoio das classes média e popular. As transformações desse período, carregadas pelo embate de forças opositoras (veja a Aula 15), culminaram com a instauração, por Getúlio, em 1937, do Estado Novo de caráter ditatorial.

A relação entre Estado e cidadão, a partir da Revolução de 1930, mudou. Percebemos uma clara tentativa de alçar a classe trabalhadora à participação política. Uma das atitudes do governo foi vincular a idéia de cidadania ao trabalho, e, a partir disso, as relações entre trabalhadores e patrões passaram a sofrer uma intervenção do Estado por meio de uma rígida legislação. Esse é o período das leis trabalhistas.

Mas e o restante da população? Só havia um projeto de cidadania para os trabalhadores? Não. O **GOVERNO POPULISTA** de Getúlio não cometeria este erro. Como você viu na Aula 15, o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 14 de novembro de 1930, cuidou do projeto de cidadania nacional, principalmente por meio da educação escolar, “abrasileirada”, ou seja, voltada para um aprofundamento do conhecimento da língua, da história e dos costumes brasileiros.

Uma outra marca do Estado Novo (1937-1945), foi a preocupação com a indústria nacional. Uma combinação de recursos externos e internos, possibilitou a criação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional (Figura 19.1).

O regime democrático (1945-1964)

Uma das consequências do fim da Segunda Guerra Mundial foi a valorização do regime democrático. No Brasil, esse processo foi marcado pelo surgimento de novos partidos políticos, ou seja, do jogo entre situação e oposição. O PTB, o PSD e a UDN passaram a protagonizar os eventos políticos do período até o golpe de 1964.

Na economia, permaneceu a preocupação com o incremento da política industrialista. Tanto Vargas como Juscelino Kubitschek, além do incentivo à indústria nacional, preocuparam-se com o problema da energia, e criaram a Eletrobrás, a Petrobras e o BNDE (atual BNDES).

Um governo moderno, esta era ambição de Juscelino, o “presidente bossa nova”, reverenciado em música por Juca Chaves, que construiu Brasília como símbolo de integração e desenvolvimento.

Na cultura, o rádio, o teatro e o cinema nacional ganharam força, com destaque para as chanchadas e para o surgimento de novos ídolos populares como Oscarito, Grande Otelo, dentre outros.

A ditadura civil-militar (1964-1979)

Revolução, golpe ou movimento? Como você deve se lembrar da Aula 15, essa é quase uma questão de ponto de vista. O importante é que o Brasil passou pelo período de sua mais feroz ditadura – os conhecidos “anos de chumbo” –, quando a democracia sofreu um retrocesso: eleições indiretas, censura, tortura, atos institucionais, suspensão de direitos políticos, enfim, medidas que evidenciaram um dos panoramas mais complicados de nossa História.

GOVERNO POPULISTA

A característica básica do populismo é o contato direto entre as massas urbanas e o líder carismático (caudilho), supostamente sem a intermediação de partidos ou corporações. A idéia geral é a de que o líder populista procura estabelecer um vínculo emocional (e não racional) com o “povo” para ser eleito e governar. Isto implica um sistema de políticas ou métodos utilizados para o aliciamento tanto de classes sociais de menor poder aquisitivo como também da classe média urbana, procurando, assim, alcançar a simpatia daqueles desarraigados para angariar votos e prestígio - resumindo, legitimidade – para si.

A abertura política

Apesar do apoio de parte da população (veja a Aula 15), um conjunto de fatores – econômicos, políticos, sociais, internos e externos, com destaque para o papel da TV e dos jornais (mesmo com censura) – fez com que o regime militar fosse, pouco a pouco, perdendo força. E antes que as pressões aumentassem, os próprios militares assumiram as rédeas da transição: tentaram fazê-la de uma forma não muito lenta que parecesse provocação, nem muito rápida que denotasse medo.

Apesar dos percalços, o regime democrático voltou à cena brasileira. Podemos dizer que o momento emblemático foi a aprovação da lei da anistia (liberdade aos presos e exilados políticos) e a da reforma partidária.

De 1980 a 2000: uma nova democracia e novos desafios econômicos

Nesse período você, com certeza, viveu alguns momentos; é a nossa, a sua História presente. Por participação ou mesmo omissão, você é co-responsável pelos eventos ocorridos. E de pelo menos um ponto você deve se orgulhar: desde 1980 o processo democrático só tem se consolidado. O teste maior talvez tenha sido o impedimento do primeiro presidente eleito de forma direta desde o início do regime militar: Fernando Collor de Mello. As instituições brasileiras seguiram à risca a Constituição, dando provas de uma maturidade política raramente vista na História brasileira.

Outra característica marcante do período foram as mudanças na administração do Estado, que passou por um “enxugamento” de suas atribuições. Empresas públicas foram privatizadas e órgãos da administração pública, considerados obsoletos ou ineficientes, foram extintos. Tais fatores, aliados à política neoliberal de abertura ao capital estrangeiro, compuseram um cenário de crise em alguns setores industriais.



ATIVIDADE

3. Em 1937, o golpe que implantou o Estado Novo viabilizou a permanência de Getúlio Vargas no poder. Em 1964, outro golpe depôs o presidente João Goulart, iniciando um período da História da República no Brasil marcado pela presença de militares no controle do poder executivo federal (1964-1985). A partir de seus conhecimentos a respeito do Estado Novo (1937-1945) e do período dos governos militares (1964-1985), identifique semelhanças entre os regimes políticos que vigoraram em cada um desses momentos.

RESPOSTA COMENTADA

Você deve ter comentado sobre o caráter autoritário de ambos os regimes políticos; sobre o fortalecimento do poder executivo central em prejuízo tanto dos poderes Legislativo e Judiciário quanto do poder executivo dos Estados; sobre a restrição às liberdades de manifestação, organização e associação, expressa na censura à imprensa, no controle sindical e na limitação do direito de greve, dentre outros; e sobre o caráter expressamente anticomunista.

2ª PARTE: IDADE CONTEMPORÂNEA

Introdução

Chamamos Idade Contemporânea o período iniciado a partir da Revolução Francesa (1789) até o momento atual da História do mundo ocidental. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm, é o período em que o mundo vem sofrendo as maiores transformações desde a Antiguidade.

Revolução Francesa

Você viu na Aula 17 que a Revolução Francesa não só inaugurou uma era, como também fortaleceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática. Ela influenciou fortemente a política e a ideologia do mundo contemporâneo, e deu início a um tempo em que não mais se aceitou a dominação da nobreza nem um sistema de privilégios baseado nos critérios de casta (determinados pelo

nascimento). Pela primeira vez se constituiu um governo que, legitimado constitucionalmente, foi submetido ao controle do povo por meio de eleições periódicas.

Podemos observar a separação entre Estado e Igreja, os direitos à cidadania, a igualdade de todos perante a lei e o lema liberdade, igualdade e fraternidade tornar-se no decorrer do século seguinte uma bandeira da humanidade inteira.

Por volta de 1789, a França era o país mais populoso da Europa e vivia um momento calamitoso. Os momentos mais marcantes desse período foram a queda da Bastilha juntamente com a formação da Assembléia Nacional, pois marcaram o início da derrubada do Absolutismo na França.

As divisões entre os revolucionários e as pressões externas acabaram por possibilitar a ascensão e a queda de Napoleão. A partir daí surgiu a Santa Aliança, organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal e a restauração do Absolutismo na Europa, que foi interrompido por sucessivos movimentos revolucionários que expressaram o descontentamento de setores populares diante das tentativas de restauração do Antigo Regime. Esse surto revolucionário deu o golpe de misericórdia no Absolutismo.

A Revolução Industrial

Você deve se lembrar de que a economia européia foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial Britânica. Motivadora de grande mudança nas relações de trabalho, ela fez com que as pequenas oficinas de artesãos fossem, aos poucos, substituídas pelas fábricas. As tradicionais fontes de energia – água, vento e força muscular – foram substituídas pelo carvão e pela eletricidade.

Viu também que o êxodo rural contribuiu para o rápido crescimento das cidades, pois a única mercadoria que o trabalhador passou a possuir foi a sua força de trabalho, vendida em troca de um salário. Esse quadro proporcionou o nascimento de uma nova classe: o proletariado.

O recrudescimento da exploração do trabalho e das condições subumanas de vida e a expansão do capitalismo estimulando as idéias imperialistas geraram as críticas ao Estado burguês.

O surgimento das idéias socialistas

Tais idéias ganharam espaço durante os movimentos de 1848 e se constituíram em uma das ideologias mais marcantes da História contemporânea: o comunismo. Este baseava-se no conceito elaborado por Marx e Engels denominado luta de classes (burguesia x proletariado, trabalhadores x patrões).

A expansão dos Estados europeus e a “paz armada”

A consolidação do capitalismo mudou o panorama mundial e com ele surgiram duas novas potências econômicas na América e na Ásia: os Estados Unidos e o Japão. A superioridade militar e econômica da Europa acabou provocando uma corrida imperialista, permeada por um clima de rivalidade entre as grandes potências (Inglaterra, Alemanha e França, além da Rússia e do Japão), por conta disso a África e a Ásia foram dominadas pela força das armas e do capital. A corrida armamentista estimulou a produção de armas, o fortalecimento dos exércitos e os tratados de aliança. As potências européias ocuparam novas terras visando, também, a resolver o problema do excedente de mão-de-obra.

A eclosão da Primeira Grande Guerra

O evento que foi o estopim da Primeira Guerra Mundial foi o atentado ao príncipe herdeiro do Império austro-húngaro, Francisco Ferdinando. Esse fato funcionou como um efeito dominó, acionando todas as alianças entre as nações européias. Tal episódio ocasionou um conflito no qual quase todos os segmentos sociais foram envolvidos, de alguma forma, pelo “estado de guerra”. Como, por exemplo, a considerável parcela de mulheres ingressando no mercado de trabalho industrial, as medidas de racionamento impostas pelos governos e a fome espalhando-se por várias camadas da população.

O fim do conflito foi, de certa forma, apressado pelo apoio financeiro e material dado pelos EUA, que ao entrar no conflito foi decisivo para a vitória da Entente e de seus aliados. Assim, em 11 de novembro de 1918, o governo alemão foi obrigado a assinar o armistício em situação bastante desvantajosa, pois as condições impostas à Alemanha no pós-guerra foram duras.

No final do século XIX, a Rússia, governada com mão de ferro há tempos pelos czares, era o Estado mais extenso da Europa. Abrigava povos de várias etnias e culturas diversas; possuía graves desequilíbrios sociais, econômicos e políticos, além de ter uma economia semifeudal, cuja industrialização começara apenas no final do século XIX.

A Revolução de 1917 ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial e o imenso e arcaico império russo não suportou o peso de uma guerra moderna. Durante o processo, o movimento da burguesia cedeu terreno para a primeira revolução socialista da história contemporânea. A partir de então, a possibilidade de ruptura dos padrões da sociedade burguesa e liberal tornou-se uma realidade no mundo em que vivemos.

Em 1922, a Rússia tornou-se a União Soviética com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, planificação econômica, reformas agrárias, nacionalização dos bancos e fábricas etc.

Ao assumir o governo devido à morte de Lenin, Stalin imprimiu ao socialismo um caráter predominantemente nacionalista, fortaleceu a polícia política, o exército e o partido único, e desenvolveu o “culto à personalidade”, provocando inúmeros expurgos e perseguições, além de gerar um regime de terror que foi justificado pela necessidade de fortalecimento da ideologia oficial que se encontrava ameaçada.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, como os entraves da economia semifeudal russa, a hostilidade dos países capitalistas, bem como os movimentos internos de contra-revolução, a URSS transformou-se nos anos de 1940 em uma potência mundial, desenvolvida e industrializada.

O período entre guerras

Você viu na Aula 17 que o otimismo do período pré-guerra foi substituído pelo pessimismo decorrente da crise econômica, do desemprego, da proletarização da classe média, o que gerou críticas ao modelo econômico do liberalismo.

Enquanto isso, na Alemanha e na Itália – que, mesmo aliada com as potências vencedoras, não estava satisfeita com as vantagens prometidas e não concretizadas –, a inflação e o desemprego geravam um clima de agitação social, favorecendo a atuação de partidos extremistas que promoveram a ascensão do fascismo e do nazismo.

Nesses movimentos se encontravam adeptos de todas as camadas sociais, inclusive proletários.

A inflação e a alta do custo de vida eram reflexos da crise econômica que se tornou mais aguda quando, em 1929, ocorreu a quebra da Bolsa de Nova York, com repercussões mundiais. Os EUA e a Inglaterra reagiram à depressão econômica criando mecanismos protecionistas que caracterizam o *Estado de bem-estar social*.

A Segunda Guerra Mundial

A causa diplomática mais profunda da Segunda Guerra Mundial, segundo a maioria dos historiadores, tem sua origem no Tratado de Versalhes, assinado entre as potências vencedoras da Primeira Grande Guerra (Estados Unidos, Inglaterra, França) e as vencidas (Alemanha e Áustria).

Segundo R.A.C. Parker: “O conceito que a humanidade tinha de si mesmo, nunca voltará a ser o mesmo”, uma vez que a supressão da diferença entre aqueles que combateram no front e a população civil na retaguarda foi uma novidade.

O governo de Hitler incitou o expansionismo e a anulação do Tratado de Versalhes, a devolução de suas colônias e a restituição dos territórios perdidos, especialmente aqueles que eram habitados por germanos. Em 1938, a Áustria foi invadida, iniciando o projeto de formação da Grande Alemanha.

Em 1939 foi a vez da Polônia. Hitler invadiu seu território, exigindo a devolução do Corredor de Gdansk. Então, França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Era o início da Segunda Guerra Mundial.

O alinhamento de dois grandes blocos ficou claro, de um lado, o dos Aliados, liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos e do outro o Eixo Roma-Berlim-Tóquio formado em 1940, quando o Japão se juntou à Alemanha e à Itália.

Em 1941 o Japão ataca a base militar norte-americana de Pearl Harbour no oceano Pacífico, fazendo os Estados Unidos entrarem no conflito ao lado das forças aliadas.

Este importante e triste conflito terminou somente no ano de 1945 com a rendição da Alemanha e Itália. O Japão, último país a assinar o tratado de rendição, sofreu um forte ataque dos Estados Unidos, que despejaram bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasáki.

O racismo esteve presente e deixou uma ferida grave, principalmente na Alemanha, onde os nazistas mandaram para campos de concentração e mataram aproximadamente seis milhões de judeus. Com o final do conflito, em 1945, foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas), com a função de promover o diálogo e evitar o conflito armado entre as nações.

O Mundo pós-guerra

Em lados opostos, Estados Unidos e União Soviética iniciaram uma disputa geopolítica entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético, na qual ambos países buscavam ampliar suas áreas de influência sem entrar em conflitos armados. O embate dessas duas superpotências vai se dar não campo de batalha, mas no terreno sombrio que passou a ser conhecido como Guerra Fria, desenhando um novo contexto mundial no qual ocorreu um processo de esfacelamento dos grandes impérios coloniais; a condição da mulher na sociedade ocidental, que passou por significativas e permanentes mudanças ao substituir a mão-de-obra masculina durante da Segunda Guerra, conquistando um espaço de onde não houve mais retorno. Além disso, graves crises abalaram seriamente, em alguns momentos, o equilíbrio de forças e, por pouco, não se desfizeram em um catastrófico conflito atômico.

A vitória do capitalismo

Mesmo com a crise é neste período que aconteceu o que o historiador britânico Eric Hobsbawn chamou de “Era de Ouro do Capitalismo”, pois o mundo capitalista apresentava um crescimento extraordinário, agora sob uma nova condição, que era justamente aquela de que as contradições internas do capitalismo não levariam a um conflito mundial (como já havia acontecido na Primeira e Segunda Guerras Mundiais), já que as contradições principais eram direcionadas ao combate ao socialismo. Simultaneamente, o sistema socialista começava a mostrar sinais de fragilidade, iniciando, assim, a derrocada do Império Soviético. O primeiro grande impacto ocorreu em 1989: a queda do muro de Berlim, evento que abriu espaço para a reunificação das duas Alemanhas divididas após a partilha do espólio da Segunda Guerra entre os mundos capitalista e socialista.

Entre 1991 e 1992, o comunismo da União Soviética recebeu o golpe final, com a implementação das políticas da *perestroika* e *glasnost*. Países satélites Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Bulgária, Romênia e Alemanha Oriental proclamaram um a um suas independências.

Na década de 1990, vemos a Alemanha passar pelo processo de unificação. E na situação presente, podemos dizer que só uma superpotência mundial sobreviveu: os Estados Unidos.

ATIVIDADE



4.

O avanço do socialismo após a Segunda Guerra Mundial, sua crise e a persistência do regime em alguns países do mundo são episódios marcantes na história do século XX. A avaliação do fim da União Soviética e do socialismo real em boa parte do mundo tornou-se objeto de debates entre os estudiosos, e muitas matérias sobre o assunto são publicadas a todo instante na imprensa.

A crise do socialismo real teve como marco o ano de 1989, quando o Muro de Berlim foi destruído, depois de décadas separando os habitantes da Alemanha e dividindo simbolicamente os países capitalistas e socialistas. Esse período não foi vivenciado (nem mesmo pela televisão) pela grande maioria dos alunos, mas faz parte da memória recente da humanidade.

(Fonte: *História Geral – Nova Consciência*, 8ª série, de Gilberto Cotrin.)

Durante décadas o socialismo se constituiu na utopia de gerações, especialmente dos mais jovens, quando se tratava de vislumbrar o futuro. Com base no texto acima, pense em questões que seriam úteis para promover, em sala de aula, um debate no qual os alunos confrontassem seus anseios com os das gerações que os antecederam.

RESPOSTA COMENTADA

Darei exemplos de algumas, mas é claro que você pode elaborar outras. É um bom motivo para você trocar idéias com os colegas e comparar as questões elaboradas.

O debate pode ser feito sobre algumas questões centrais: Quais são os anseios dos jovens de hoje? Que esperança eles têm? Qual o mundo que os espera e quais os valores defendidos por eles?

Exercícios

AULA 20

Meta da aula

Analisar a urbanização da cidade do Rio de Janeiro – da Independência à proclamação da República – como base de reflexão para o ensino da História por meio da história local.

objetivos

Esperamos que, após efetuar os exercícios desta aula, você seja capaz de:

- reconhecer as estruturas econômicas, políticas e culturais da História Colonial, Imperial e Republicana no Brasil e do mundo contemporâneo;
- identificar processos históricos tratados nas aulas anteriores;
- identificar as relações entre as aulas de conteúdo e as aulas referentes ao ensino da História.

BRASIL COLONIAL

1. Você estudou nas Aulas 11 e 12 a formação do Brasil. O período Colonial foi um longo período de transformação e de implementação de um sistema econômico baseado na exploração de riquezas naturais. A agricultura da cana-de-açúcar deu um aspecto agrário ao país nascente, marcando profundamente as estruturas sociais e políticas. Faça uma pesquisa sobre a história do Estado do Rio de Janeiro. Identifique TRÊS localidades do Estado do Rio de Janeiro onde é possível encontrar vestígios do período Colonial, justificando a ocorrência desses vestígios. E não se esqueça de que a presença do período Colonial pode estar também no comportamento e na organização social.

COMENTÁRIO

Não há uma resposta exata para este exercício. Vai depender da sua pesquisa e das características de sua cidade. Fique atento para as relações que você pode estabelecer entre os vestígios e as Aulas 11 e 12.

2. Leia atentamente o texto a seguir:

A exploração da Mata Atlântica vem ocorrendo desde a chegada dos portugueses ao Brasil, cujo interesse primordial era a exploração do pau-brasil. O processo de desmatamento prosseguiu durante os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, da produção de carvão vegetal, da extração de madeira, da plantação de cafezais e pastagens, da produção de papel e celulose, do estabelecimento de assentamentos de colonos, da construção de rodovias e barragens, e de um amplo e intensivo processo de urbanização, com o surgimento das maiores capitais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, e de diversas cidades menores e povoados.

A sua área atual encontra-se altamente reduzida e fragmentada com seus remanescentes florestais localizados, principalmente, em áreas de difícil acesso. A preservação desses remanescentes vem garantindo a contenção de

encostas, propiciando oportunidades para desfrute de exuberantes paisagens e desenvolvimento de atividades voltadas ao ecoturismo, além de servir de abrigo para várias populações tradicionais, incluindo nações indígenas. Além disso, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais para abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

(http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/mata_atlantica.htm; consultado em 18/9/2006)

Identifique a partir do texto:

a.Três fatores de destruição da Mata Atlântica que estejam relacionados temporalmente ao período Colonial.

b.Três justificativas de preservação da Mata Atlântica.

COMENTÁRIO

A resposta é individual. O texto é rico em indicações tanto dos fatores de destruição quanto das justificativas de conservação. Cabe ressaltar, entretanto, que a produção de papel e celulose e a construção de rodovias e barragens são itens que não se relacionam ao período Colonial.

BRASIL IMPÉRIO

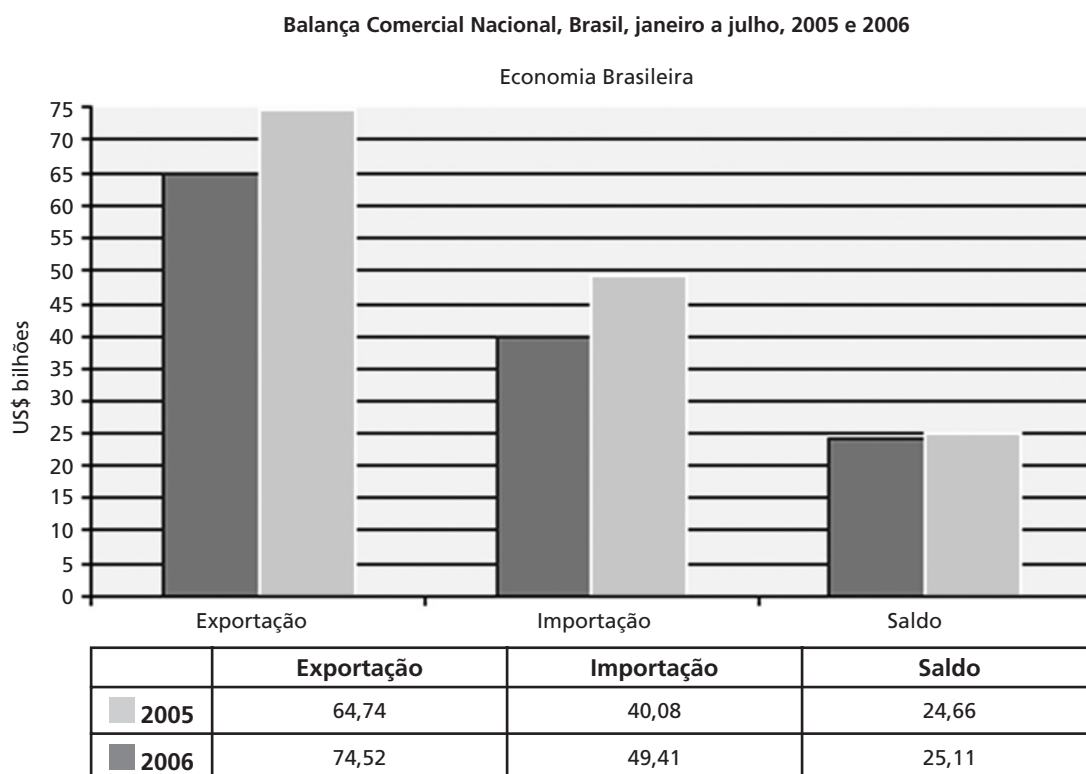
3. Assim, o ano de 1850 marcou a proibição do tráfico africano, embora hoje em dia os historiadores saibam que africanos foram trazidos ilegalmente para o país como escravos até 1857. Como esta crise de mão-de-obra ocorreu justamente na fase de abolição do tráfico atlântico, ela estimulou a política imigrantista, responsável por incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. O fim do tráfico e a vinda de imigrantes, aliados à grande insatisfação de escravos – que resistiam à escravidão de todas as formas que podiam – fizeram com que o regime de trabalho escravo fosse, aos poucos, entrando em sua crise final (Aula 13).

Leia atentamente o trecho acima. Nele, você encontra a afirmação de que os escravos resistiam à escravidão. A partir de uma pesquisa, identifique formas de resistência dos escravos.

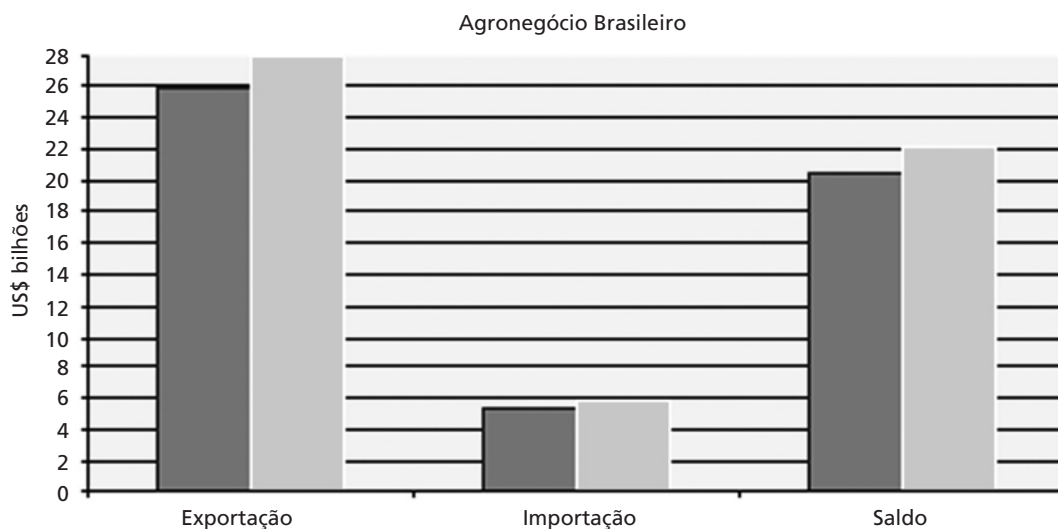
RESPOSTA COMENTADA

O objetivo da questão é salientar o fato de que os africanos escravizados não aceitaram passivamente a condição de escravo. Assim, podemos perceber em vários comportamentos uma resistência às vezes silenciosa, outras mais ruidosas dos africanos à sua condição de trabalhador servil.

4. Analise os gráficos e as tabelas fornecidas pelo Instituto de Economia Agrícola do Governo do Estado de São Paulo.

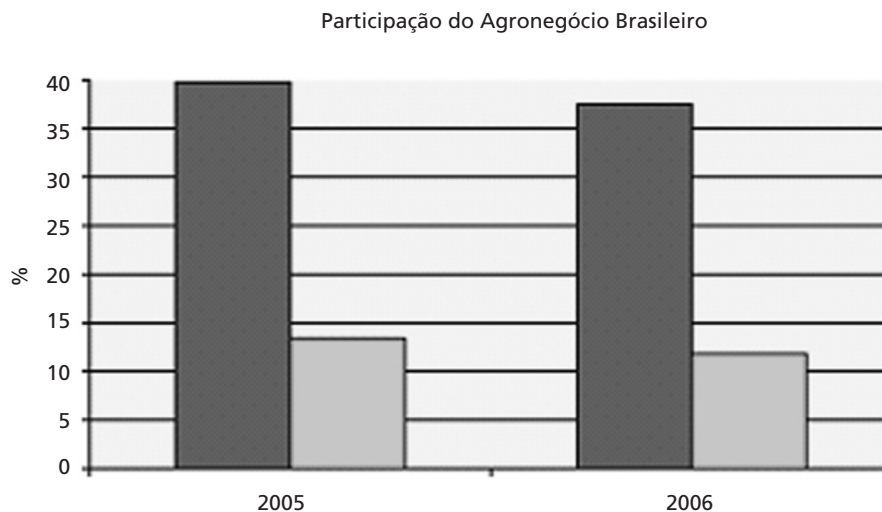


Balança Comercial do Agronegócio, Brasil, janeiro a julho, 2005 e 2006



	Exportação	Importação	Saldo
2005	25,84	5,39	20,45
2006	27,96	5,84	22,12

Participação do Agronegócio na Exportação e na Importação, Brasil, janeiro a julho, 2005 e 2006



	2005	2006
Exportação	39,9	37,5
Importação	13,4	11,8

Fonte: IEA/APTA/SAA, dados básicos da SECEX/MDIC
<http://www.iesa.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=6934>, consultado em 19/09/2006.

Proponha uma abordagem didática para os gráficos IEA, estabelecendo eixos de análise significativos para o processo de aprendizagem da História do Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

Nota-se que a exportação continuou tendo um papel significativo nas exportações brasileiras. Embora os produtos agrários tenham reduzido sua participação no contexto das exportações, ainda são de grande importância para a economia nacional. De certa forma ainda encontra-se registrada a tradicional marca da divisão internacional do trabalho. Essas comparações são importantes para fazer em sala, porque permitem o aluno visualizar mudanças e permanências. Seria igualmente interessante analisar quais produtos estão dominando a exportação brasileira. Os portais oficiais possuem amplas estatísticas sobre o tema e merecem ser consultados.

BRASIL REPUBLICANO

5. ... o brasileiro comum está tão angustiado com o quadro em que vive – baixo salário, desemprego, custo de vida, inflação, a panela vazia – que chegar para um brasileiro nesse estado de espírito, nesse estado d’alma e começar a falar que a nossa mensagem é a [Assembléia Nacional] Constituinte para reorganizar a vida jurídica do país, fica um pouco difícil dele entender. Entrevista com o deputado Aldo Fagundes (MDB), em 24/5/1982.

In: KINZO, Maria Dalva Gil. Oposição e autoritarismo. *Gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: IDESP/Vértice, 1988. p. 195.

A partir do depoimento citado explique o objetivo do MDB e o contexto da abertura política brasileira.

RESPOSTA COMENTADA

No final dos anos 1970, o MDB lutava pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, um dos seus desafios era mostrar a importância de tal reivindicação de ordem política, mesmo em uma conjuntura de crise econômica.

6. Leia o texto a seguir com atenção.

O currículo como ferramenta de exclusão social

O currículo pode ser tudo, menos neutro. Ele é sempre o resultado de uma seleção feita por indivíduos que desejam manter o seu status quo sobre o conhecimento de um todo. A maneira de como realizar essa seleção e como esse resultado será transmitido às novas gerações está intimamente ligada à relação de subordinação e domínio da sociedade. É dentro dessa perspectiva que o currículo pode ser (ou é?) utilizado como uma ferramenta de exclusão dos indivíduos pertencente às demais classes sociais que não estão na dominante. (...)

Além disso, podemos perceber que a escola se tornou uma instituição formadora obrigatória, principalmente no ocidente. A idéia de que toda criança tem que ir para a escola, retira do indivíduo a liberdade de escolha. O direito do cidadão é quanto à educação, mas perguntamos por que a educação está restrita somente à escola?

A didática ensino/aprendizagem como opção única da escola é algo feudal, tipicamente de cima para baixo, solidificando o conceito de “educação bancária”, onde aprender, como papel exclusivo do educando significa cristalizar a atitude de submissão e obediência. O educador, o “verdadeiro” educador, não precisa dessa submissão. Enquanto não se perceber que a didática deve ser estratégia emancipatória, educação representará o passado. Fundamental é reconhecer que, hoje, posições rígidas apenas fossilizam o conhecimento, que é o fator motor principal da nova sociedade globalizada. O centro da inteligência é aprender a aprender, saber pensar, ser crítico e analítico. Esse deve ser o centro da educação, e é dentro dessa perspectiva que o currículo deve ser pensado.

(Texto de ARAÚJO, Izamir Carnevali de e ARAÚJO, Marizeli Viana de Aragão, disponível, em <http://www.ufpa.br/ccs/artigoizamircurriculo.pdf#search=%22exclus%C3%A3o%20social%22>)

A partir do texto que você acabou de ler, relacione o papel excludente desempenhado pela escola no Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

A escola foi estruturada no Brasil aos moldes europeus, tendo na maior parte de sua história o acesso negado ou dificultado às classes populares. A partir do momento que o acesso à escola tornou-se universal, evidenciou-se mais claramente que a perpetuação da discriminação se fazia, também, através da própria construção dos currículos e da prática pedagógica. Para sua boa formação, o docente precisa ter consciência disso e subverter as formas tradicionais de construção dos currículos e de desempenho da prática pedagógica.

O MUNDO CONTEMPORÂNEO

7. Atualmente a palavra globalização e os seus efeitos ocupam uma parte importante de nossa atenção. Faça uma lista dos elementos que compõem o conceito de globalização, explique-as e exemplifique-as.

RESPOSTA COMENTADA

O objetivo desta questão é desenvolver uma lista com os elementos que nós associamos ao conceito de globalização. São elementos que estão cada vez mais presentes em nossas vidas e que caracterizam o momento atual da História Contemporânea.

8. Leia o texto de Tereza Rodrigues publicado no Jornal *E* do CEALE/UFMG, em 21/8/2006.

A discussão sobre a discriminação de grupos minoritários em escolas, principalmente homossexuais, vem ganhando espaço em pesquisas e projetos de políticas públicas na área de educação. A questão é preocupante. Muitos estudantes são apelidados ou ridicularizados no meio escolar por ter um comportamento 'diferente'. O problema se agrava quando isso acontece com frequência, interferindo negativamente no aprendizado ou causando a evasão de alunos discriminados. (...)

CEALE (CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA)

Órgão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, criado em 1990.

A pesquisa "Juventudes e Realidades", realizada em 2004 pela Unesco em escolas de 14 capitais do Brasil, revela que, aproximadamente, 25% dos alunos não gostariam de ter um homossexual entre seus colegas de classe. Pela relevância dos desdobramentos relativos à questão do preconceito, a professora Marília Pinto afirma que é essencial um espaço para refletir sobre a responsabilidade da escola nessa conversa.

http://www.fae.ufmg.br:8082/Ceale/menu_abas/noticias/materias/2006/agosto_2006/homofobia_na_escola/view?searchterm=Homofobia

A questão das identidades é pauta indiscutível do mundo contemporâneo e a escola não está livre de enfrentá-la. O debate sobre a discriminação na escola pode contribuir para formação de quem?

RESPOSTA COMENTADA

Todo debate age sobre todos aqueles que interagem com a escola; logo, tanto docentes e servidores quanto alunos e comunidade externa são sempre tocados pelas discussões polêmicas que a escola traz para o debate social. Por isso que é importante não se eximir de enfrentar o problema da discriminação.

História na Educação 2

Referências

ABREU, João Capistrano. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1883.

_____. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Nacional. 1969.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*. USP, São Paulo, vol. 35, p. 21-74, 1992.

CHANDEIGNE, Michel. (Org.) *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/ Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

HOLANDA, Sergio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras. 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

_____. *Inferno Atlântico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WELLING, Arno; WELLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ABREU, Maurício de (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. (Biblioteca Carioca, 21).

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Os jesuítas no Brasil Colonial*. São Paulo: Atual, 2003.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século dezessete*. Livraria José Olympio Editora, 1965.

COELHO, Maria Célia Nunes. *A ocupação da Amazônia e a presença militar*. São Paulo: Atual, 1998.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. 2 v.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Prefácio à História dos índios no Brasil*. In: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. (Biblioteca Carioca, 17)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *O encontro entre culturas*. São Paulo: Atual, 1994.

SILVEIRA, Marco Antônio. *Os arraiais e as vilas de Minas Gerais*. São Paulo: Atual, 1996.

SOUSA, Avanete Pereira. *Salvador, capital da colônia*. São Paulo: Atual, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e Souza; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

TONHASCA JUNIOR, Athayde. *Ecologia e História Natural da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

Aula 13

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. v. 2: Império: a corte e a modernidade nacional.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GRINBERG, Keila *et al.* *Para conhecer Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1962. Tomo II: O Brasil Monárquico.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

NEVES, Lucia & MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um Monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Aula 14

CIVITA, Victor (Ed.). *Nosso século: 1900/1910*. São Paulo: Circulo do Livro/Abril, 1985.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *No tempo dos seringais*. São Paulo: Atual, 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. *O café e a imigração*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. *O império do café: a grande lavoura no Brasil (1850 a 1890)*. São Paulo: Atual, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994.

TOLEDO, Edilene; CANO, Jefferson. *Imigrantes no Brasil do século XIX*. São Paulo: Atual, 2003.

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. *Sua Majestade o café*. São Paulo: Moderna, 1992.

Aula 15

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LAMARÃO, Sérgio; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (1930-2000). Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

FERREIRA, Jorge. *O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção O Brasil republicano; v. 2).

FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção O Brasil republicano; v. 2).

_____. *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção O Brasil republicano; v. 3).

_____. *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção O Brasil republicano; v. 4).

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 133-160.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Aula 16

ABREU, Maurício de (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. (Biblioteca Carioca, 21).

AZEVEDO, Antônio Carlos de. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERCITO, Sonia de Deus Ridrigues. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.

BREFE, Ana Cláudia. *As cidades brasileiras no pós-guerra*. São Paulo: Atual, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro*. São Paulo: Moderna, 1988.

_____. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1994.

COIN, Cristina. *A guerra de canudos*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1994.

COSTA, Nicola S. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: Moderna, 1990.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. 2 v.

DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A República Bossa-Nova: a democracia populista (1954-1964)*. São Paulo: Atual, 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil – 1889 a 1930*. 2.ed. São Paulo: Atual, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; DANTAS FILHO, José. *De Getúlio a Getúlio: O Brasil de Dutra e Vargas (1945-1954)*. São Paulo: Atual, 1991.

FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Saraiva, 1998.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. (Biblioteca Carioca, 17)

LOBATO, Monteiro. “ Café! Café!” Apud: AGUIAR, Flávio. *Com palmos medida. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo/Boitempo, 1999. p. 185-188.

MAESTRI FILHO, Mário. *1910: a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1992.

MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

MOCELIN, Renato. *A guerra do contestado*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989.

PAES, Maria Helena Simões. *Em nome da Segurança Nacional: do golpe militar ao início da abertura*. São Paulo: Atual, 1995.

PETTA, Nicolina Luiza. *A fábrica e a cidade até 1930*. São Paulo: Atual, 1995.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopéia brasileira: a coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1995.

REZENDE, Antônio Paulo. *Uma trama revolucionária? Do tenentismo à Revolução de 30*. 4.ed. São Paulo: Atual, 1990.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil da Abertura: de 1974 à Constituinte*. São Paulo: Atual, 1990.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. *Cidades em tempos modernos*. São Paulo: Atual, 1995.

SANTOS, Ana Maria dos e outros. *História do Brasil: da terra ignota ao Brasil atual*. Rio de Janeiro: Log On Editora Multimídia, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Iara Lis Schiavinatto Carvalho. *A república do progresso*. São Paulo: Atual, 1994.

VIANNA, Marly. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1997.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

Aula 17

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Uma introdução à filosofia*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste. *O século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1: o tempo das certezas.

_____. *O século XX*. Rio de Janeiro, Record, 2000. v. 2: o tempo das crises.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *A era dos Capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ABRAMOVAY, Mirian et al. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AQUINO, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

BERNARDI, M. *A deseducação sexual*. Trad. Antonio Negrini. São Paulo: Summus, 1985.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Lei nº 8.069/90). *Diário Oficial da União*, 13 de julho de 1990.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/96). *Diário Oficial da União*, 20 de dez. de 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRITZMAN, D. Sexualidade e cidadania democrática. In: SILVA, L. H. (Org.). *Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.154- 171.

CHAUÍ, Marilene. *Repressão sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

EGYPTO, A.C. (Org.). *Orientação sexual nas escolas: um projeto apaixonante*. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei 3406/2001. *Diário Oficial do Estado*, novembro de 2001.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei 3786/2002. *Diário Oficial do Estado*, 26 de março de 2002.

FILGUEIRAS, Vera. *Adolescente: o desafio de ser mutante*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros do SENAI, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984-8. 4 vol.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOLIN, C. (Org.). *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GUIMARÃES, I. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEERS, B.; TRASFERETTI, J. *Homossexuais e ética cristã*. Campinas, SP: Átomo, 2002.

LOPES, L. P. da M. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

LOURO, G. L. (Org). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, G. L. Segredos e mentiras no currículo: sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. (Org.). *Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001 (a). p. 33-47.

_____.; FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 2005.

MARTINEZ, S. A. Questões de gênero e formação de professores/as. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1997. p. 251-268.

MORAES, M. *Ser Humana: quando a mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PARKER, R. (Org.) *A AIDS no Brasil (1982-1992)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

PRIORE, Mary Del. *A história da Mulher no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

RAMOS, Anna Cláudia. Sem medo da diversidade sexual. *O Globo Revista*. v. 2, n. 99, p. 47, 18 jun. 2006.

RENA, L. C. C. B. *Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

SILVA, L. H. (org.). *Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, R. de C. E. *Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto currículo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ISBN 85-7648-264-9



9 788576 482642



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

